

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

**REDES SOCIAIS E COALIZÃO DE GOVERNO EM CURITIBA 1985-2004**

**SÃO PAULO**

**2005**

**LOUISE RONCONI DE NAZARENO**

**REDES SOCIAIS E COALIZÃO DE GOVERNO EM CURITIBA 1985-2004**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciência Política**

**Orientador: Prof. Dr. Eduardo Cesar Marques**

**SÃO PAULO**

**2005**

Nada foi  
Feito o sonhado  
Mas tudo foi bem vindo  
Feito tudo  
Fosse Lindo

*Paulo Leminski (curitibano)*

***À Helena (filha amada) e à Edna Francisco (in memoriam) .***

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primordialmente, ao professor Eduardo Cesar Marques que me reorientou, mostrando novas luzes para que eu conseguisse tornar meu trabalho um real problema de pesquisa.

Na Universidade de São Paulo (USP), agradeço ao professor Leandro Piquet Carneiro, pelas iniciais orientações, e à professora Maria Hermínia Tavares de Almeida, os dois, por me abrigarem no grupo de estudos de metodologia dos seus orientandos. Assim, também, por extensão sou grata às reuniões do grupo em que pude conhecer os colegas e partilhar das dúvidas intelectuais e das saídas metodológicas. À Maria do Socorro Braga pelas apreciações na qualificação. Aos membros da banca examinadora, Fernando Limongi e Renato Monseff Perissinoto, que se dispuseram a discutir e criticar o projeto de pesquisa. A Adriano Nervo Codato pelo diálogo e oportunidades de divulgação da minha pesquisa na Universidade Federal do Paraná.

Sou grata a CAPES pela concessão da bolsa. Sou grata ao Departamento de Ciência Política da USP, e à Maria Raimunda, a Rai, nossa gentil e eficiente secretária da pós-graduação.

Devo valorizar também os meus entrevistados e todos aqueles que me disponibilizaram as informações para a continuidade desse trabalho, os assessores parlamentares, os funcionários públicos, os políticos e colegas que trabalham com o tema. Mas, devo salientar as dificuldades. De certa forma, poderia até agradecer aqueles que se recusaram a falar, que me impuseram condições e que bloquearam as informações até o último momento, pois me fizeram perceber, com mais clareza, as dificuldades das relações políticas no Brasil para quem não se posiciona no papel de “sabe com quem está falando?”.

Sou grata à vida pela oportunidade de conhecer amigos maravilhosos e colegas interessantes durante minha *pseudo* morada em São Paulo, que, se não foram a causa primária dessa *pseudo* mudança, fizeram valer as noites dormidas nos ônibus durante um ano e meio de disciplinas e monitoria no mestrado. Em especial, nomeio as companheiras afetuosas de apartamento, meus vínculos fortes: Flávia Rossi e Juliana Viggiano, que definitivamente mostraram como é importante ter segurança, carinho, tolerância e

descontração no ambiente em que se vive. Quero demonstrar meu afeto agradecendo pela confiança e pela cumplicidade às felizes surpresas de mestrado: amiga Anna Beatriz, amigos Rafael Cortez, Rodrigo Rodrigues e Fábio Peixoto. Gostaria de grafar também nesta memória e nesse trabalho os nomes de Raphael Neves, Carolina Debs, Ariane Roder, Manoel, Adla Bourdoukan, Isabela, Ana Maura, Cíntia, Gonzalo Rojas, Amílcar, José Paulo, Wagner, Hélio Alves, Vanessa, Gabriela, Mayla, Arthur, Patrício, Sidney, Emmanuel, Petrônio, Sérgio, todos colegas do “políticausp”.

Agradeço profundamente ao meu estimado amigo Rafael Antônio Duarte Villa, que me incentivou a prestar o mestrado e me ajudou no processo de adaptação a esta nova realidade. Se os corredores em torno de sua sala não estão povoados de risadas descontraídas e discussões proveitosas, não se deve a sua vontade, pois sua generosidade intelectual é imensa e sua companhia mais do que agradável.

Aos meus amigos de sempre, agradeço pela paciência e pelas demonstrações de afeto e encorajamento, em especial, sempre a Tatjane. Às amigas do grupo de ANPOCS, que viraram meus suportes, Vanessa, Míriam, Ana Paula Peters e Silmara. Ao meu antigo “chefe”, André Passos, sou grata pela paciência em me perder do cargo, pela disponibilização de seu gabinete e de suas relações para que eu efetivasse minhas pesquisas e pela crença no meu potencial acadêmico, mesmo pensando que eu devesse esperar. A Mirele Camargo, Nanci Kirinus e Adeli Aguiar devo agradecer pela preocupação e pelas informações de última hora. Ao João Marcelo, pai de Helena, por fazer ponte com a biblioteca do IUPERJ e pela descontração na comunicação virtual, necessária à sanidade mental.

Rendo grande homenagem, também, a toda minha família por cuidarem de minha filha durante todo o tempo de viagens e de estudos que o mestrado consumiu, e por acreditarem na minha satisfação em estar passando por esses desafios. Lurdes, Jamile, Bruna, Giovana, Eleusis (mãe), Nilson (pai) e Gustavo, meus sinceros “obrigadas”. Sou grata, por fim, à vida, pela oportunidade de ser mãe de uma garota maravilhosa, Helena, que me surpreende ao não se deixar abater pelos maus humores e impaciências maternas e proporciona sentido de continuidade à vida.

Espero retribuir sem apego, sem medo e com competência o que vivenciei durante esse período de dissertação.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS</b> .....	iii
<b>LISTA DE TABELAS E FIGURAS</b> .....	v
<b>RESUMO</b> .....	vi
<b>ABSTRACT</b> .....	vii
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>1 CURITIBA DESCRITA</b> .....	9
1.1 CURITIBA EM PLANO: PLANEJAMENTO URBANO E GESTÃO DA CIDADE .....	10
1.1.1 Curitiba em Casos: a CIC e o Grupo de Transporte Coletivo .....	15
1.2 CURITIBA EM ESTRUTURA .....	19
1.3 CURITIBA EM CARGOS .....	22
<b>2 APOIO LEGISLATIVO: DINÂMICA ELEITORAL E RELAÇÕES ENTRE PODERES EM CURITIBA DE 1985 A 2004.</b> .....	30
2.1 O LOCAL EM FOCO .....	31
2.2 ELEIÇÕES MUNICIPAIS .....	35
2.3 INDICATIVOS SOBRE RELAÇÕES ENTRE EXECUTIVO E LEGISLATIVO MUNICIPAIS .....	41
2.4 TIPOS DE VEREADORES .....	44
2.5 RELAÇÕES ENTRE VEREADORES E ELEITORES .....	51
2.5.1 Reeleição .....	54
2.5.2 Migrações .....	57
<b>3 CONTROLE DO EXECUTIVO: HISTÓRIA E ESTRUTURA DAS INDICAÇÕES PARA OS ALTOS CARGOS EM CURITIBA DE 1985 A 2004.</b> .....	60
3.1 ORIGEM TECNOCRÁTICA EM CURITIBA .....	61
3.2 A ONDA MDBISTA E SUA INTERFERÊNCIA NA PREFEITURA .....	65
3.3 A (RE)OCUPAÇÃO DA PREFEITURA PELO GRUPO LERNER .....	68
<b>4 REDES DE RELAÇÕES DO GRUPO NO PODER PÚBLICO DE CURITIBA DE 1985 A 2004</b> .....	76
4.1 REFERÊNCIAS TEÓRICAS .....	76
4.2 METODOLOGIA .....	78
4.3 REDES DE RELAÇÕES PRECEDENTES NO PODER LOCAL, ANTES DE 1980 ...	85
4.4 REDES SOCIAIS DO PODER MUNICIPAL EM CURITIBA – A CONSTRUÇÃO DA FORÇA MDBISTA – 1980 A 1983 .....	93
4.5 GESTÃO MDBISTA: A INDICAÇÃO E A VITÓRIA ELEITORAL DO PARTIDO NA CAPITAL .....	98

4.6 REDES DE RELAÇÕES DO PODER MUNICIPAL EM CURITIBA: A HEGEMONIA DA DIREITA NO GRUPO LERNER DE 1989 A 2000 .....	104
4.7 REDES SOCIAIS DO PODER MUNICIPAL EM CURITIBA – PERÍODO DE REAJUSTES – DE 2000 A 2004. ....	110
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>114</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>118</b>
<b>APÊNDICE 1 - RELAÇÃO DE CARGOS DA ALTA BUROCRACIA MUNICIPAL – NOMEADOS PELO PREFEITO .....</b>	<b>123</b>
<b>APÊNDICE 2 - NOMES DA ALTA BUROCRACIA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CURITIBA, POR GESTÃO (1979-2000).....</b>	<b>126</b>
<b>APÊNDICE 3 - RELAÇÃO ENTRE POLÍTICOS - SEMENTE DE ENTREVISTA.....</b>	<b>132</b>
<b>APÊNDICE 4 - NOMES DA REDE .....</b>	<b>135</b>



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ARENA	- Aliança Renovadora Nacional
BADEP	- Banco de Desenvolvimento do Paraná
CIC	- Companhia de Desenvolvimento de Curitiba (antes dos anos 80) e Cidade Industrial de Curitiba (depois dos anos 80)
CMC	- Câmara Municipal de Curitiba
CODEPAR	- Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná
COHAB	- Companhia de Habitação Popular de Curitiba
FAS	- Fundação de Assistência Social
FCC	- Fundação Cultural de Curitiba
FREI	- Fundação de Recuperação do Indigente
IAM	- Instituto de Administração Municipal
IMAP	- Instituto Municipal de Administração Pública
IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPMC	- Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município e Curitiba
IPPUC	- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
PLADEP	- Plano de Desenvolvimento Econômico do Paraná
PCB	- Partido Comunista Brasileiro
Pc do B	- Partido Comunista do Brasil
PDC	- Partido Democrata Cristão
PDS	- Partido Democrático Social
PDT	- Partido Democrático Trabalhista
PFL	- Partido da Frente Liberal
PH	- Partido Humanista
PL	- Partido Liberal
PMDB	- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	- Partido da Mobilização Nacional
PPB (PP)	- Partido Progressista Brasileiro
PPS	- Partido Popular Socialista
PRN	- Partido da Renovação Nacional

PSB	- Partido Socialista Brasileiro
PSC	- Partido Social Cristão
PSDB	- Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	- Partido Social Liberal
PST	- Partido Social dos Trabalhadores
PT	- Partido dos Trabalhadores
PTB	- Partido Trabalhista Brasileiro
PV	- Partido Verde
RMC	- Região Metropolitana de Curitiba
URBS	- (Empresa de) Urbanização de Curitiba

## LISTA DE TABELAS

1 - PREFEITOS DE CURITIBA E GOVERNADORES DO PARANÁ (1954-2004) <sup>(1)</sup> .....	23
2 - ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS EM CURITIBA -1985-2000 .....	38
3 - DISTRIBUIÇÃO DE CADEIRAS - ELEIÇÕES PROPORCIONAIS DE CURITIBA - 1988-2004.....	40
4 -SÉRIE HISTÓRICA DE PARTIDOS, SEGUNDO COALIZÃO E COLIGAÇÃO DOS MESMOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA – 1985 - 2000 .....	42
5 -MUDANÇAS DE PARTIDO DOS VEREADORES DE CURITIBA POR MANDATO, SEGUNDO TIPO DE MIGRAÇÃO – 1988-2004.....	58

## LISTA DE FIGURAS

1 - MOMENTO ZERO - REDE DE RELAÇÕES POLÍTICAS ENTRE OS PODERES MUNICIPAIS EM CURITIBA - ANTES DE 1980 .....	86
2 - REDE EGOCENTRADA EM JAIME LERNER .....	91
3 - MOMENTO 1 - REDES DE RELAÇÕES POLÍTICAS ENTRE PODERES MUNI- CIPAIS EM CURITIBA DE 1980-1982.....	94
4 - EGO NETWORKS DOS NOMES DO MDB - ADHAIL SPRENGER PASSOS, DIAS, FRUET, RICHA, SALAMUNI, SCALCO .....	97
5 - MOMENTO 2 - REDES DE RELAÇÕES POLÍTICAS ENTRE PODERES MUNI- CIPAIS EM CURITIBA DE 1983-1988.....	99
6 - REDE EGO CENTRADA EM MAURÍCIO FRUET.....	101
7 - REDE EGO CENTRADA EM ROBERTO REQUIÃO .....	102
8 - REDE EGOCENTRADA EM JAIME LERNER .....	103
9 - MOMENTO 3 - REDES DE RELAÇÕES POLÍTICAS ENTRE PODERES MUNI- CIPAIS EM CURITIBA DE 1989-2000.....	105
10 - rede egocentrada em cássio taniguchi.....	107
11 - REDE EGOCENTRADA EM JOÃO CLÁUDIO DEROSSO.....	109
12 - MOMENTO 4 - REDES DE RELAÇÕES POLÍTICAS ENTRE PODERES MUNI- CIPAIS EM CURITIBA DE 2000-2004 .....	111

## RESUMO

Essa dissertação apresenta discussões sobre a formação de uma coalizão dominante no poder municipal curitibano, estudando o período de 1985 a 2004. Com esse intuito, utiliza-se da análise de redes sociais para explicar os padrões de relações existentes entre grupos e indivíduos envolvidos nesse processo de formação de coalizão. Há uma forte atração para o estudo de Curitiba a respeito da relação entre governo municipal e planejamento, pois ao longo do tempo, houve uma sobreposição dos planejadores urbanos e dos governos locais, fazendo do sucesso do planejamento urbano sua instância de legitimidade. Assim, o estudo das redes seria um novo enfoque para tratar sobre a continuidade dos grupos que controlam o poder político em Curitiba, sendo que estabilidade eleitoral e dinâmica interna das relações entre Poderes se reforçam mutuamente. A análise de redes sociais contribui também para um estudo preciso das relações políticas em termos descritivos, sem impor *a priori* uma estrutura à realidade dos atores políticos envolvidos. A metodologia possibilitou esclarecimento sobre as ligações do grupo político de Jaime Lerner na cidade e na compreensão do apoio a ele. Verificou-se que a rede de sustentação deste grupo, durante 16 anos, dentro do período investigado, foi herdada das relações políticas passadas, muito anteriores, fundamentadas no grupo de Ney Braga e que, ao longo do tempo, foi incrementada com elementos novos, principalmente das relações com o legislativo. Mas, não rompeu com muitos dos vínculos iniciais de um período de grande influência deste político.

**Palavras-chave:** redes sociais; coalizão política dominante; política local; Jaime Lerner; relações executivo-legislativo.

## ABSTRACT

This dissertation presents the debates on the formation of a dominant coalition in tea Curitiba Municipal power, studying the period of 1985 to 2004. With this intention, it is used social network analysis to explain the standards of existing relations between the groups and involved individuals in this process of coalition formation. It has one strong attraction for the study of Curitiba regarding the relation between municipal government and urban planning, therefore to the long one of the time it had an overlapping of urban planners and the local governing making of the success in the urban planning its instance of legitimacy. Thus, the study of networks it would be a new approach to treat on the continuity of the groups that control the power politician in Curitiba, where electoral stability and internal dynamics of relations between Public Powers strengthen mutually. The analysis of social networks also contributes for a necessary study of the politic relations in descriptive terms without imposing an *a priori* structure reality of the actors. The methodology made possible clarification on the linking of the politician group of Jaime Lerner in the city and the understanding of its support. It was verified that the support network of Jaime Lerner during 16 years, inside of the investigated period, was inherited of previous relations with late politicians based on the Ney Braga's group. To the long on of the time, also, the network was developed with new elements, which did not breach with many of the initial bonds of the period of Ney Braga's great influence.

**Key-words:** social networks; political dominant coalition; local politics; Jaime Lerner; executive and legislative relations.

## INTRODUÇÃO

Essa dissertação surgiu do desejo de entender a permanência no executivo municipal do grupo Jaime Lerner e as relações entre Poderes em Curitiba. Ele e o grupo/staff a ele associado aparecem na história política recente da cidade de Curitiba garantindo supremacia eleitoral desde as eleições de 1988, até a de 2000.<sup>1</sup> Jaime Lerner ingressou no setor Público dentro do Neyismo,<sup>2</sup> foi nomeado prefeito de Curitiba em 1972, mas já tinha sido presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC - antes Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) de 1969 a 1970.

Desde 1968, o Brasil começa a viver no clima cunhado de “milagre econômico” que além de altas taxas de crescimento exibia a inflação descendente atestando supostamente uma eficácia da gestão tecnocrática da política. Em relação a Curitiba, Jaime Lerner, optando pela atuação profissional de técnico de planejamento urbano, constituiu uma leal equipe no IPPUC, sendo que alguns deles associaram-se mais diretamente ao seu êxito profissional, indo trabalhar com ele no Rio de Janeiro (com Brizola, época em que se filiou ao PDT), ou ocupando cargos executivos no poder municipal (DORIA, 2002). A história de Curitiba é recontada até

---

<sup>1</sup> As eleições de 2004 consagraram parte do grupo que, aos poucos, foi se redistribuindo e rearticulando após as eleições de 2000. O prefeito eleito foi Beto Richa (PSDB).

<sup>2</sup> Ney Braga foi prefeito de Curitiba em 1954 pela coligação PR-PSP, depois em 1958 filiou-se ao PDC como deputado estadual. Em 1961 foi empossado governador pelo PDC, e Jânio Quadros ocupou a presidência pela coligação PDC-UDN. Posteriormente Ney Braga (também era militar que se formara no Curso Maior do Exército) foi nomeado a Ministro da Agricultura pelo general Castello Branco durante a Ditadura e continuou sua carreira política na Arena. Quando governador, seu partido conseguiu eleger um prefeito de Curitiba, Ivo Arzua, na gestão em que Jaime Lerner se integrou como técnico do APPUC (Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) (DORIA, 2002).

hoje nos sites oficiais do IPPUC e da Prefeitura de Curitiba, exaltando as gestões de Lerner e seu continuísmo.

A cidade contada, a partir desses planejadores, parece ser um exemplo de gestão urbana, ancorada nas ações desse grupo que atua mesmo antes de ganhar a prefeitura em 1988.<sup>3</sup> Esses gestores que conferem o status de modelo à cidade, incorporando identidade de vanguarda urbanística, afirmam ter assumido com maestria o seu papel: modelo de planejamento e gestão em soluções urbanísticas, em transporte, em programas ambientais, em preservação de áreas verdes e reciclagem de resíduos. Esse modelo, por sua vez, recebe sucessivas premiações internacionais e a preservação da imagem positiva de Curitiba permanece.<sup>4</sup> Esses planejadores urbanos como governantes locais fizeram desse anunciado/divulgado sucesso de gestão urbana sua instância de legitimação, inaugurando uma forte atração para o estudo da relação entre governo municipal e planejamento urbano em Curitiba (OLIVEIRA, 2000). Sobre o planejamento urbano de Curitiba desenvolveram-se diversos estudos. Estes, todavia, deixam de analisar aspectos institucionais e relacionais do poder.

Estudos que se concentram sobre as dimensões locais da dinâmica entre Legislativo e Executivo emergem aos poucos; qualquer que seja a abordagem, o foco privilegiado parece ser sempre a esfera nacional.<sup>5</sup> A política local possui, por sua vez, grande relevância no sistema democrático brasileiro, tanto no que se refere

---

<sup>3</sup> Jaime Lerner foi presidente do órgão responsável pelo planejamento urbano no final da década de 60. E foi prefeito de Curitiba de 1971 a 1975 e de 1979 a 1982.

<sup>4</sup> Alguns dos termos de propaganda da gestão Lerner e seu continuísmo são: Cidade Sorriso – Cidade Modelo – Capital Ecológica – Cidade de Primeiro Mundo – Capital Social.

<sup>5</sup> É importante ressaltar o trabalho recente de Fabiano Santos (2001), “O poder legislativo nos estados: diversidade e convergência”, pretende fazer um balanço dos resultados das pesquisas sobre os legislativos estaduais testando a vigência da estrutura determinada pelo trabalho de Figueiredo e Limongi, no plano federal, e de Abrúcio, com relação aos padrões das Assembléias Estaduais.

à descentralização administrativa de competências, que o Federalismo pós Constituinte atribui aos municípios, como no que se trata de inovações de gestão pública e participação dos cidadãos (ALMEIDA e CARNEIRO, 2002). Esse projeto de pesquisa visa, nesse sentido, contribuir para o debate sobre as especificidades e a relevância do Poder Municipal nas dinâmicas de construção de coalizões de governo na cidade de Curitiba, no período de 1985 a 2004. Pretende-se dar ênfase, por sua vez, aos aspectos relacionais dessa construção de grupo e coalizão de governo.

David Knoke reafirma que o poder é um processo e não apenas um resultado (1990, p: 105), e sugere que as preferências e recursos de poder estariam constrangidos e seriam remodelados pelas instituições e, também, pelos padrões de relações existentes entre os grupos e indivíduos envolvidos no processo de formação de coalizões. Práticas, regras e padrões de ligação entre os atores destes poderes poderiam fornecer a estrutura necessária à permanência do grupo no poder. Dessa forma, a análise dos padrões de interação, presentes e herdados, entre indivíduos ligados aos dois poderes municipais, formando uma rede (social) de relações pode ser uma diferente forma de explicar a conexão entre o fenômeno da permanência e o fenômeno do apoio na relação Executivo Legislativo em Curitiba.

Como se estrutura a coalizão de governo municipal após a primeira eleição direta para prefeito? Como se configuram as relações de cooperação e coordenação dos Poderes Municipais entre os políticos?

A análise de fenômenos sociais à luz dos padrões de relações entre indivíduos e grupos sugere a construção de redes, sendo que a sugestão metodológica orienta que a concepção de preferências, interesses, padrões relacionais ganham em potencial analítico se declarados posteriormente, pelo exame das interconexões nas redes, em particular, e pela visualização da estrutura dessas redes, em geral. Assume-se que o uso da análise de redes agregaria ao estudo sobre formação de governos locais o entendimento da estrutura de poder, pela exposição dos vários vínculos entre indivíduos, descrevendo os imbricamentos da e na elite da política



curitibana. Seria um novo enfoque para tratar sobre a continuidade dos grupos que controlam o poder político na cidade, em que estabilidade eleitoral e dinâmica interna das relações entre Poderes se reforçam mutuamente.

Pensamos, também, como vantagem do método de análise de redes, primeiro, desenvolver estudos muito precisos em termos descritivos sem impor uma estrutura *a priori* à realidade e aos atores, avançando em apontar 'mecanismos causais que em combinação produzem as histórias únicas que observamos'. (TILLY *apud* EMIRBAYER e GOODWIN, 1994). Sem recorrer a um padrão de relações pré estabelecido, a análise relacional permite interpretar de maneira mais precisa a realidade social, com seus detalhes e surpresas, dando real valor à complexidade do mundo social investigado, constituindo-se num tipo de "estruturalismo de origem empírica" (MARQUES, 1999, p: 46). Temos como objetivo central descrever o grupo do executivo municipal em Curitiba através das redes.

Focalizamos a análise na interação entre a estrutura formal de cargos e a rede de relações informais políticas da coalizão de governo municipal em Curitiba, durante o período subsequente à primeira eleição direta para prefeito em 1985 até 2004. E observamos que o desenvolvimento do processo político em Curitiba caminhou para reprodução do grupo Jaime Lerner, harmonizando os seus interesses de ampliação e afirmação. Nesse sentido é que utilizamos a rede para descrever os grupos de poder no município, em que há uma situação de controle continuado de um determinado grupo sobre o Estado. Todos os componentes da rede são tratados como atores individuais, objetivando menos restrições sobre os políticos, ou "os que buscam o poder".

O grupo político que permanece no poder municipal da cidade de Curitiba de 1989-2004 se construiu a partir de uma combinação vitoriosa entre elites locais e grupos técnicos de planejamento que nasceram da atuação no IPPUC, centralizado pelo ex-prefeito Jaime Lerner. Pensando nas elites locais, a coligação eleitoral que sustentou a vitória de Lerner em 1989 é tributária do grupo de Ney Braga. A atuação

dos técnicos, embora também ligada ao período tecnocrático em que Ney Braga se estabelece como liderança paranaense e até nacional, se faz pela influência de arquitetos e urbanistas da área de influência e que influenciaram Jaime Lerner. Por outro lado, a influência do PMDB não se fortaleceu em Curitiba, como no Paraná.

Ao longo dos anos, do período democrático, esse grupo centralizado por Jaime Lerner absorveu elementos desvinculados da origem de elite ou do IPPUC, temos como hipótese que isso se deve tanto à estratégia de permanência no poder quanto à conquista do Cargo de governador por Lerner que o fez deslocar sua rede e abrir espaço no poder municipal. Assim como no âmbito legislativo, a permanência de parlamentares por diversos mandatos na Câmara Municipal de Curitiba (CMC) e nos cargos de direção desta instituição fundamentou a entrada de novos elementos à rede do poder e a coesão do grupo político dominante na cidade.

### **Plano da dissertação**

A fim de tornar mais clara as exposições das idéias do trabalho, a dissertação divide-se em quatro capítulos, além dessa introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo constitui-se em uma breve descrição sobre aspectos gerais da cidade de Curitiba, que norteia o leitor a respeito das eleições e antecedentes políticos, bem como sobre a tradição de planejamento urbano da cidade, sendo um ponto de referência para o desenvolvimento da gestão urbana pelos ocupantes do poder executivo.

No capítulo II, tenta-se entender como as regras do jogo local moldam a competição para construir uma coalizão dominante, desenvolvendo estratégias que se transformam em aprendizado e legado histórico para os grupos competidores. Neste sentido, temos como questão norteadora: como se distribuem os cargos eletivos no município e quais conseqüências há para o entendimento sobre o grupo político no poder.

Entendemos que as coalizões de governo podem estar representadas para além das relações entre Executivo e Legislativo, sendo alianças de maior alcance, com objetivo de estabelecer e manter a cooperação com outros centros de poder, privados ou públicos. Essas coalizões mais abrangentes podem ser base para a permanência política, não refletindo apenas a estabilidade eleitoral, porém demonstrando estruturas sociais que a garantem (MOLLENKOPF apud MARQUES, 2003, p: 45). A presente dissertação não incorporou os atores fora do Estado, ou seja, aqueles que não detinham cargos, eleitos ou não, nas instituições estatais, como ponto de partida para entender as relações do grupo no poder. Assume-se, desta forma, que talvez a não incorporação dos mesmos, como primários para as entrevistas e para a “semente” das entrevistas, possa resultar numa dificuldade de explicação sobre a estabilidade do grupo estudado.

Tornou-se necessário pensar a respeito da ocupação das cadeiras parlamentares, a divisão entre grupos de apoio e oposição e sobre a permanência dos vereadores na Câmara para identificar na rede as relações entre indivíduos de diversas posições frente aos poderes municipais. Para desenvolver as idéias sobre a coalizão de governo, deve-se debater também sobre os ocupantes dos cargos nomeados: quem são, de onde vêm, como circulam entre mandatos são alguns questionamentos que o Capítulo III tenta responder. Debate-se, já no capítulo II, sobre uma estratégia dominante de construção de um gabinete apartidário e de cooptação no município durante os quatro mandatos do grupo de Jaime Lerner. Assim, o desdobramento dessa parte, no capítulo III, descreve o período através das nomeações, estrutura administrativa e circulação de pessoas nos cargos formais da prefeitura de Curitiba. A descrição do gabinete da prefeitura, indicando algumas tendências e indivíduos, torna-se necessária para compararmos essas tendências com as redes que se formam nos momentos das gestões da prefeitura.

O Capítulo IV centraliza-se na interação entre a estrutura formal de cargos e a rede de relações informais políticas da coalizão de governo municipal em

Curitiba, durante o período subsequente à primeira eleição direta para prefeito depois do Regime Militar (1985) até 2004. É neste sentido, que este trabalho se identifica como uma tentativa de visualizar (operacionalizar a rede da coalizão de governo) o apoio ao executivo também como produto de inter relações numa estrutura de conectividade entre indivíduos. Enfim, analisamos a rede como estrutura que organiza a política de cargos municipais, eleitos e nomeados .

Pudemos acompanhar pelas redes a origem arenista de uma base de apoio ao governo Jaime Lerner na prefeitura de Curitiba, proveniente fundamentalmente de políticos da elite política paranaense. Assim como um padrão de relacionamento executivo com técnicos próximos ao prefeito e com muitos vínculos entre si, que demonstrou a percepção sobre a construção de um gabinete apartidário, discutido já no capítulo III. O período democrático, todavia, suscitou novas alianças e vínculos para a rede deste grupo, provenientes da dinâmica de relações com o legislativo, e uniu setores da oposição MDBista à rede principal. Essa união e esses novos vínculos são visíveis na rede do Momento 3 (de 1989 a 2000), pois num momento seguinte, nota-se a rearticulação de divisões e de questionamento do amplo apoio antes dado ao grupo Lerner. Essas mudanças posteriores podem ser entendidas a partir da distribuição de vínculos na rede, já no momento anterior, em que a centralização de Lerner está acompanhada de uma centralização também de outros atores municipais, como Cássio Taniguchi , dentro do mesmo grupo, e de Roberto Requião no campo oposto.

De modo geral, a cena política local em Curitiba apresenta estabilidade. Há um longo período de controle dos cargos executivos e legislativos do campo político da direita, especificamente de um grupo centralizado, que passa a agregar os novos políticos e forças políticas da cidade. As redes demonstraram que os vínculos iniciados não são facilmente rompidos e podem ser mobilizados para rearticulação de forças, mas que dependem de uma posição do indivíduo mais central em diversos sentidos, particularmente, em proximidade, em intermediação e quantidade

de relações. Neste sentido, pelo estudo desta rede de relações entre poderes municipais em Curitiba, mostra-se que o desenvolvimento do processo político ao longo do período caminhou na direção da reprodução do poder do grupo político citado acima, assemelhando-se em muito, ao estudo em São Paulo realizado por Eduardo Cesar Marques (2003). As redes de apoio ao executivo de Curitiba também indicaram relações entre público e privado, representadas por indivíduos atuantes nessas esferas, não amplamente exploradas nesta dissertação. Mas, demonstrando a possibilidade de identificação empírica da interpenetração de interesses do capital no Estado, interesses de capitais específicos e constantes nas redes, como o do transporte público.

## 1 CURITIBA DESCRITA

Curitiba é conhecida pelo seu clima temperado e úmido e por sua imagem de cidade modelo. Em 2000, estava em 7º lugar das capitais com maior população no Brasil, ultrapassando as duas outras capitais da Região Sul. A capital faz parte de uma Região Metropolitana criada, em 1973, pela Lei Complementar nº 14 do Governo Federal, que se compunha de 14 municípios; hoje, 30 anos depois, já fazem parte 26 municípios. A população dessa área corresponde a 28,5% da população do Estado do Paraná, segundo o censo de 2000. E a Região Metropolitana de Curitiba é a única região no Paraná<sup>6</sup> que apresenta municípios com os menores e também os maiores valores do Índice de Desenvolvimento Humano Médio (IDH-M), com destaque para Curitiba.<sup>7</sup>

Na discussão do Plano Diretor, em 1965, o não acompanhamento do aumento do emprego industrial em relação ao crescimento populacional era visto como um atraso, porém depois da década de 80, taxa de empregos industrial permanece quase constante e o padrão industrial não foi incorporado ao perfil de Curitiba, mesmo com o Plano da Cidade Industrial. Curitiba apresentou uma situação financeira equilibrada, levando em conta o período de 1986-2000. Seu maior endividamento, por conta dos investimentos de implantação da Cidade Industrial, em 1978, foi absorvido grande parte pelo governo do Estado, tanto no período do governador Ney Braga e prefeito Jaime Lerner (1979-1982), quanto no do governador Roberto Requião (1991-1994).

Já em relação ao voto de 1985 (primeira eleição direta a prefeito na capital depois da ditadura militar) até hoje, o comparecimento às eleições municipais

---

<sup>6</sup> IPARDES, 2003.

<sup>7</sup> Curitiba, 1991, IDH-M 0,799; 2000 IDH-M 0,856. RMC 1991 IDH-M0,763; 2000 – IDH-M 0.824 (PNUD)

permanece entre 82 e 88%, com exceção da eleição de 1988, em que 92,54% de eleitores foram às urnas. Esse incremento pode ser explicado, tendo em vista as condições conjunturais e contextuais, tanto por fatores nacionais, pela aprovação da Constituição e a proximidade com as primeiras eleições diretas presidenciais, como por fatores locais: foi nessa eleição a famosa ascensão dos 12 dias de Jaime Lerner como candidato a prefeito, que levou a renúncia dos candidatos do PFL, PDT e PTB já existentes.

Este capítulo descreve a cidade de Curitiba em alguns dos seus principais aspectos, como introdução das questões da cidade, para subsidiar a discussão sobre a constituição das redes de apoio político do poder municipal, objeto principal dessa dissertação. O capítulo se divide em três (3) seções. A primeira comenta sobre o planejamento urbano, símbolo do sucesso dos governantes de Curitiba, e menciona a sua relação com os grupos empresários da cidade; a segunda parte relata alguns aspectos da estrutura administrativa da capital e a terceira, última seção, traz informações sobre os antecedentes políticos da cidade.

## 1.1 CURITIBA EM PLANO: PLANEJAMENTO URBANO E GESTÃO DA CIDADE

Planejamento urbano e política estão atrelados no caso da capital do Paraná. Há muito que se fala sobre o destaque da cidade de Curitiba, principalmente no seu perfil de planejamento urbano de êxito. Todavia, quando se atribui a notoriedade de Curitiba ao desempenho técnico do planejamento urbano, veste-se um discurso e uma prática políticos que se constrói e se reproduz há mais ou menos quatro décadas, pelo grupo que permanece por mais tempo, durante esse período, no comando do executivo. Sem dúvida, a cidade sofreu muitas ações planejadas para a redefinição de seu espaço. Já na década de 40, Alfred Agache<sup>8</sup> desenha a

---

<sup>8</sup> Arquiteto Francês, contratado pela empresa paulistana Coimbra Bueno e Cia para elaborar um Plano Diretor de Urbanização de Curitiba (plano Agache).

cidade segundo áreas e suas funções definidas. Mas é principalmente na segunda metade da década de 60 que a história modelo se inicia. Em 1965 Jorge Wilhelm produz um Plano Preliminar de Urbanismo para Curitiba, que posteriormente se transforma no Plano Diretor da cidade, na gestão do prefeito Ivo Arzua. Como seu escritório é de fora, de São Paulo, a prefeitura pede por um grupo local de acompanhamento,<sup>9</sup> principalmente arquitetos oriundos do antigo departamento de urbanismo da prefeitura.

Na Câmara Municipal, os vereadores, cautelosos, davam seu parecer sobre os riscos do planejamento e a discordância quanto à forma em que havia sido tratada a aprovação do Plano, ou seja, tempo curto para apreciação e discussão em término de mandato de prefeito e vereadores. Mesmo assim, o plano foi aprovado. Conforme Nelson Rosário de Souza (1999), o prefeito se convence das habilidades dos arquitetos, o grupo de acompanhamento ganha força e espaço na prefeitura, transformando-se em Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (APPUC) com ligação direta ao gabinete, daí emerge o atual Instituto de Pesquisa e Planejamento de Curitiba (IPPUC), e inicia-se a escalada da autoridade técnica dos arquitetos/engenheiros urbanistas locais. O órgão de planejamento, uma autarquia, se estabelece como o principal agente da política de desenvolvimento da cidade, pelo menos até a volta das eleições diretas para prefeito na capital.

O projeto de Wilhelm se adequava aos objetivos de modernização e industrialização da cidade, e previa a construção de grandes parques de intuítos sanitários e de lazer na recuperação de áreas de pedreiras e ocupações das áreas inundáveis, a revitalização do centro, e também incorporou do Plano Agache a idéia da definição de funções específicas para as áreas da cidade e o projeto de vias de

---

<sup>9</sup> O grupo local de acompanhamento era formado por: do departamento de urbanismo – Francisca Rischbieter, Dulcia Auríquio, Tabajara Wendt da Costa, **Jaime Lerner**, J.M. Gandolfi, Onaldo Pinto Oliveira, Domingos Bongstalos; da CODEPAR – César Muniz Filho; Outros – Almir Fernandes, **Lubomir Ficinski Dunin**, Ferguson Ribeiro Gomes, Léo Grossman, Cyro Correa Lima, Luiz Forte Netto, **Saul Raiz**, **Reinhold Stephanes**, Alfred Willer.



eixo estrutural – direcionando linearmente o sentido de crescimento da cidade. O projeto tem como destaque o tripé integrado: sistema viário, transporte de massa e uso do solo (ver SOUZA, 1999, p. 129-134). Na década de 60 as idéias do urbanismo modernista, como a racionalização das decisões, a regulação do solo, o planejamento global, as ruas como circulação, o zoneamento funcional, estavam incorporadas nos planos da prefeitura. Naquela época Curitiba já podia ser considerada vanguarda da arquitetura urbanística, posteriormente, com o avanço de idéias urbanísticas pós-modernas, Curitiba materializa o conceito de que o espaço, sendo algo autônomo e independente, passa a ser moldado segundo princípios estéticos, desinteressados, num espetáculo para atração de investimentos. A cidade permanece como vanguarda urbanística. A imagem continua sendo mantida, mesmo que inventada quando contrastada com dificuldades contemporâneas de periferização, favelização e poluição, ancorada num procedimento da administração municipal, que dá força aos trabalhos pioneiros do IPPUC.

O Plano Diretor de Curitiba tem seu papel na modernização de Curitiba num contexto de processo de planificação dos anos 70. Com suporte institucional, recursos nacionais e internacionais e pactos com o capital local, firmou-se um padrão de relações entre os gestores e os proprietários dos meios de produção que garantiram êxito da experiência, ao redor de uma proposta política materializada tecnicamente, ocorrendo uma continuação administrativa na implementação do Plano Diretor (MOURA, 2001 e DENNISON, 2000). A produção de Curitiba, como planejamento e imagem, se irradia do IPPUC, que toma para si na década de 70 o lugar central da administração pública como instituição responsável pela combinação da razão (técnica), estética e “humanística” a serviço da reforma urbana (SOUZA, 1999). E mesmo hoje, apesar das transformações na estrutura governamental, que retiram do IPPUC sua centralidade administrativa, o simulacro inventado pelos urbanistas ainda convencem muitos sobre as necessidades da comunidade, da cidade. De certa forma: *“persiste a mística de uma cidade planejada, que tem seu*

*crecimento orientado por planejadores competentes e suas políticas públicas definidas de forma pretensamente racional e objetiva”* (DENNISON, 2000, p. 61).

O IPPUC também se estabelece como um órgão formador de quadros para a Administração Pública, seus técnicos vão ocupar cargos de secretarias e diretorias das futuras secretarias municipais nos anos 80 e 90, em todas as gestões, até 2000. Esses quadros também aparecem nas redes de apoio político discutidas no capítulo IV e se concentram, principalmente, nos vínculos diretos com o executivo de Jaime Lerner e Cássio Taniguchi.

Embora não haja nenhuma relação causal entre o saber técnico e as práticas de poder do grupo no Executivo, durante a maior parte dos 40 anos citados, há um encaixe, no caso de Curitiba, que se perpetuou no tempo e foi bem sucedido, na maneira como os técnicos construíram saberes sobre a cidade e desenvolveram práticas, legitimando perante os setores da sociedade a sua política urbana. Não seria pura manobra ideológica, lavagem cerebral ou tentativas de ludibriar o povo, mas a administração incorpora discurso e práticas dos técnicos urbanistas somados às intenções de progresso da elite, no passado, que se desenvolvem como comportamento da população e seus políticos. Há uma certa identificação com o discurso da administração técnica e racional, que isola o conflito e resolve ordenar racionalmente o espaço, como a sociedade.

A tese de Nelson do Rosário Souza (1999) trabalha como os arquitetos em Curitiba se tornam agentes de grande autonomia e hegemonia, tomando para si o papel da reforma e gestão urbana, criando discurso e prática que se incorpora ao poder municipal. Mas, como já mencionado, os arquitetos se projetam através e com respaldo dos políticos, e a elite pode se beneficiar economicamente da administração técnica, que promove identificação entre discurso modernista dos arquitetos e anseios da elite. No entanto, as escolhas do modernismo colocam em si mesmo contradições da produção do espaço, e acabam por bloquear possibilidades de gerenciamento público da economia e sociedade (SOUZA, 1999; PEREIRA, 2001).

O comércio ilegal, os transportes piratas, os loteamentos clandestinos, são pensados pelos urbanistas modernos como disfunções e anomalias a serem erradicadas, porém têm seu gérmen nas próprias definições do planejamento, no zoneamento, na construção de vias estruturais, na demarcação do uso do solo, já que a qualidade de uma área é medida em contraposição à precariedade de outras.

A administração pública de Curitiba, todavia, foi bem sucedida, ocultando esses efeitos. Os seus técnicos conseguiram tomar crédito pelas vitórias e exemplos urbanísticos e, quando impossível esconder, debitaram as perdas em forças além de seu controle. A expansão das mazelas e dos efeitos do planejamento econômico-urbanista se desenvolveu, principalmente, na Região Metropolitana, vejam-se as ocupações de reserva dos mananciais em Piraquara. O aumento da área e dos municípios da Região Metropolitana e seu crescimento desordenado são também parcialmente produto do sucesso do planejamento urbano de Curitiba. Piraquara chegou a crescer três vezes mais que a taxa da RMC entre 1991 e 1996, principalmente, por ocupações irregulares. Na bacia do Altíssimo Iguaçu se produz cerca de 60% da água que alimenta o principal sistema de abastecimento público regional (Sistema Integrado Curitiba). Essa bacia é formada pelo encontro do Rio Palmital com o Iraí, na divisa entre Pinhais e Piraquara e, mais à frente, no encontro com o Rio Atuba, em Curitiba. São nas várzeas do Rio Palmital e do Guarituba (rio Iraí) que têm se intensificado as ocupações irregulares, apesar das restrições quanto à ocupação do solo, previstas nas legislações estadual e municipal. E segundo dados do IBGE, o processo de apropriação irregular dessas regiões alagadiças inicia-se principalmente nos anos 90, quando se instalam as grandes “ocupações/invasões” (LIMA, 2001).

O esquecimento da Região Metropolitana pelo discurso curitibano produz a ilusão da separação espacial entre cidade pólo e as agregadas. A polarização exercida por Curitiba desalinha possibilidades de equilíbrio metropolitano centrado no fortalecimento das sedes municipais regionais, que constava de diretriz no Plano

de Desenvolvimento Regional, aprovado em 1978. O problema urbano, porém, numa região desse tipo está na ausência de instrumentos legais e políticos com alcance geral. Convivem diversos entes públicos de atuação e diversos interesses. Há dificuldades não somente para a coordenação funcional entre os diferentes momentos de execução da planificação urbana e seus serviços públicos, mas também para assegurar padrões de qualidade e medida não tão desiguais (MOURA, 2001). Desafios que o planejamento bem sucedido da cidade pólo precisa tomar para si nos próximos anos.

### 1.1.1 Curitiba em Casos: a CIC e o Grupo de Transporte Coletivo

Dos projetos urbanistas que foram estudados por vários autores, vamos destacar duas vinculações entre planejamento e escolha econômica, que definiram os rumos dos benefícios de parcela da população curitibana, ao longo desses 30 anos: a promoção do desenvolvimento industrial (Cidade Industrial de Curitiba - CIC<sup>10</sup>) e o transporte coletivo. São dois casos em que os grupos favorecidos dos empresários dão continuidade aos vínculos políticos com o Executivo e Legislativo de Curitiba.<sup>11</sup> É o caminho em que as relações entre Estado e o sistema socioeconômico formam a agenda política municipal. Se há uma suposta dependência das administrações públicas perante o capital, seja pela necessidade de se manter o crescimento econômico, seja devido à arrecadação de impostos, há escolhas e exclusões entre os setores capitalistas beneficiados. De certa maneira, haveria uma “captura” do Estado pelo (os) capital (is), mas, conforme Marques: *“não é estrutural, mas parte do processo político, sendo reproduzida na arena eleitoral... assim como no interior do próprio Estado”* (2003, p.39).

---

<sup>10</sup> Espaço urbano reservado a instalações industriais e vila de operários, encontra-se na margem oeste-sudoeste da cidade.

<sup>11</sup> As relações entre empresários, vereadores e equipe de governo poderão ser visualizados na rede e nas descrições da composição dos cargos em Curitiba, matérias dos próximos capítulos.

Dennison (OLIVEIRA, 2000) delinea quatro setores principais do capital produtores da cidade: 1) os empresários industriais da CIC; 2) os empresários imobiliários; 3) os empresários do transporte e 4) os empreiteiros de obras públicas. Os três primeiros ramos estão conectados com os objetivos e as ênfases estruturais do Plano Diretor de Curitiba, qual seja o seu tripé articulado, zoneamento-transporte coletivo-uso do solo, e a meta de industrialização e progresso. Isso pode apontar que o viés dos resultados políticos em favor de determinados grupos econômicos não é força de uma simples subordinação da administração pública ao capital, porém, uma relação não determinista entre interesses da elite econômica, interesses históricos da elite tradicional e interesses das novas formas de gestão e os produtores do setor público. Somente o último ramo não pôde se apropriar igualmente dos benefícios do planejamento urbano da capital (OLIVEIRA, 2000). Ao contrário do que se constata em São Paulo, em que o setor empresarial de obras públicas se beneficia das ligações com a prefeitura, como aponta e detalha o trabalho de Eduardo Marques sobre as “Redes Sociais, Instituições e Atores Políticos no Governo da Cidade de São Paulo” (2003).

A expectativa dos urbanistas era enquadrar o surto de desenvolvimentismo industrial nas linhas do planejamento de Curitiba. A década de 70 foi uma época em que tanto os dirigentes do Estado como os da cidade se empenhavam para o Paraná e Curitiba se industrializarem. Iluminação no interior e construção de estradas foram alguns dos vários incentivos do governo para o progresso do Estado. Em Curitiba, a iniciativa se localizava numa zona de função industrial, que abrigava também um projeto de vila de operários. A prefeitura subsidiava claramente a instalação de empresas na CIC, realizou muitas obras de saneamento, iluminação, encanamento, estrutura viária, para as indústrias, financiadas por bancos públicos e privados, estrangeiros e nacionais, bem como por recursos próprios da prefeitura. Inclusive o seu endividamento foi maior do que o previsto, sendo que até início dos anos 90 a prefeitura precisou negociar com o governo do Paraná para que ele

assumisse parte dessa dívida. A preparação da área contava também com áreas para os serviços públicos, mas que acabaram sendo reduzidas, e teve conseqüentemente denúncias a respeito da venda imprópria de terrenos reservados a postos de saúde (OLIVEIRA, 2000).

A partir da consolidação da CIC, iniciou o processo de formação da associação de empresários da CIC, tendo os empresários também garantido sua participação dentro dos conselhos dos órgãos públicos da administração municipal. Segundo Dennison de Oliveira, alguns planejadores foram também compor conselhos administrativos de empresas instaladas na CIC. Em 1996, a CIC abrigava cerca de 463 grandes, médias e pequenas empresas cadastradas, responsáveis por 24% do ICMS do Estado do Paraná. O pólo planejado e estruturado pelo poder público institucionalizou um padrão de relacionamento entre empresários e administração pública. O grupo econômico vencedor e subsidiado incorporou o discurso urbanístico e apoiou o grupo político formado a partir desses planejadores, que tem como maior expoente Jaime Lerner (OLIVEIRA, 2000, p.133, nota 35).

Sobre o caso do transporte coletivo, foi a partir da primeira indicação de Lerner como prefeito que o IPPUC começa a trilhar os espaços concedidos à circulação de ônibus, o plano dos expressos<sup>12</sup> e um sistema pautado na regularidade e horários fixados. Porém, as planilhas de custos e as concessões às empresas de ônibus já estavam estabelecidas desde a década de 60. Os empresários não concordaram de pronto com as mudanças de Lerner, o problema da divisão de áreas exploradas pelos diferentes empresários e o conceito do novo ônibus (expressos – hoje transformados em bi-articulados) criaram resistências no setor. E foi o IPPUC que tomou para si a tarefa de coordenação do sistema, apesar da existência do

---

<sup>12</sup> Existem vias estruturais que ao meio contêm espaço específico para trânsito de ônibus, são as canaletas dos ônibus expresso. Elas fazem trajeto de leste a oeste (hoje, Bi-articulado Centenário-Campo - Comprido), nordeste a sudeste (hoje, bi-articulado Santa Cândida - Capão raso), centro a sudeste (hoje, bi-articulado Boqueirão) e centro a sudoeste (hoje, bi-articulado Rui Barbosa - Pinheirinho) utilizando parte da via de nordeste a sudeste.

Departamento de Serviços Públicos, anteriormente responsável pelo transporte coletivo. Os preços foram controlados, a lucratividade deve ter sido achatada, como descreve Dennison, em contrapartida, o poder público obrigou-se a afastar qualquer concorrência alternativa dos empresários de ônibus. A indústria ao longo do tempo concentrou em poucas famílias a propriedade das empresas de ônibus e o número de empresas baixou. Os princípios de autofinanciamento do sistema e de áreas seletivas para exploração da circulação dos ônibus também permaneceram no sistema.

Apenas na gestão de Requião, em consequência da ação de movimentos sociais urbanos, é que se questionou o sistema do transporte coletivo. As planilhas de custo foram investigadas, denunciadas e viraram motivos para disputas políticas e judiciais. A proposta de estatização do sistema também foi veiculada na época, mas, não teve condições para se operacionalizar completamente. A propriedade da frota era pública, porém sua circulação não o era. O confronto entre a prefeitura e os empresários era aberto, a prefeitura também assumiu uma postura de confronto com os vereadores que se opunham às medidas estatizantes. As mudanças, todavia, não foram de tão grande impacto para a estrutura de concessões aos empresários do transporte. A consequência mais permanente e visível dos confrontos foi a constituição de um grupo na Câmara Municipal de Curitiba, fundamentado no apoio dos empresários de ônibus, chamado “Pró-cidade”. Erondy Silvério e Donato Gulin, empresários do ramo, antigos vereadores e posteriormente deputados, foram nomes atuantes na cooptação de vereadores. As relações entre esses empresários, vereadores e executivo são mostradas através das redes de apoio político do capítulo IV, demonstrando que há uma farta interligação entre esses atores e poucos pontos de corte entre eles.

Esse grupo conseguiu unir vários vereadores, sendo criado a partir da ótica do transporte coletivo, para defender o *status quo* vigente, porém, acabou se transformando num amplo centro de apoio ao executivo a partir da gestão Lerner. A falta de fidelidade e de identificação partidária dos vereadores encontrou no tema

dos transportes o caminho para a agregação de interesses e manutenção dos postos políticos, nesta fase inicial. Os confrontos abertos de Requião com a Câmara<sup>13</sup> e o processo de renovação nacional dos políticos em 1988 fizeram com que a Câmara se renovasse em 70%, mas alguns representantes dos transportes puderam se agregar à gestão posterior para atuar junto aos prefeitos seguintes em benefício dos sindicatos patronais dos transportes coletivos, em primeiro momento, e diversificar sua atuação política ao longo do tempo. Em capítulo posterior, a ocupação de cargos eletivos parlamentares e sua distribuição em relação a apoios serão mais aprofundados.

## 1.2 CURITIBA EM ESTRUTURA

Se por um lado, atribui-se um sucesso para a cidade de Curitiba focalizando-se no seu planejamento urbano, em decorrência disso, têm sido atribuídos os méritos dele à figura de Jaime Lerner, em detrimento de aspectos institucionais, como a criação e viabilização do IPPUC e sua centralidade na administração municipal da época de implantação do Plano Diretor. E também, o papel do governo do Estado, que possibilita o pagamento das dívidas para o financiamento da Cidade Industrial, constante no Plano Diretor. A estrutura administrativa e a criação de órgãos na prefeitura podem complementar o entendimento sobre o êxito de algumas políticas urbanas e o sucesso político dos grupos no poder.

Em 1963 se cria o Instituto de Administração Municipal (IAM), atual Instituto Municipal de Administração Pública (IMAP). A Companhia de Urbanização e saneamento de Curitiba, antiga URBS, foi criada também em 1963. Dez anos mais tarde ela se encarregaria da implantação do projeto da Cidade Industrial, e em 1980 ela passa a ser chamada de Cidade Industrial de Curitiba S.A e cria-se outra companhia com o nome de URBS (Urbanização de Curitiba S.A). O Instituto de Pesquisa e

---

<sup>13</sup> Em especial, a respeito das divergências sobre o sistema do transporte coletivo.



Planejamento Urbano de Curitiba, como já mencionado, foi criado em 1965 junto com a Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB). Todos esses órgãos possibilitaram tanto a captação de recursos para a cidade como o desenvolvimento de sua autonomia administrativa no período, principalmente em relação à Câmara Municipal. A formação desses órgãos de administração indireta são uma forma para agilizar a ação política. O surgimento desse tipo de capacidade administrativa tem paralelo em nível nacional, como alguns órgãos em São Paulo (1963).

A atual estrutura administrativa de Curitiba baseia-se na Lei Municipal 7671/91, com poucas alterações. Mas, foi depois do primeiro governo eleito da década de 80 que a estrutura administrativa começa a funcionar a partir de secretarias com mais autonomia, competência e atribuições técnicas independentes. Na gestão de Roberto Requião, os antigos departamentos subordinados ao prefeito passam ao estatuto de secretarias, e conforme o desenvolvimento dos recursos humanos e a consolidação de suas burocracias, o IPPUC perde sua centralidade de planejamento. À medida que as secretarias específicas vão formando e consolidando procedimentos técnicos de sua área, o grande “interdisciplinar” instituto esvai sua capacidade de planejamento e desloca-se do centro decisório sobre as interferências urbanas. Porém, este processo ocorre lentamente, em conjunto também com as transformações do grupo dirigente do executivo, a perda de centralidade do IPPUC sobre a gestão urbana pode ser melhor percebida após o mandato eleito de Jaime Lerner.

Concomitante com a transformação de departamentos em secretarias, a gestão de Requião propõe a criação de administrações regionais de freguesias. A primeira divisão do território municipal em Regionais Administrativas pode-se dizer que visava descentralizar as ações setoriais e interagir essas rotinas e operações nas “freguesias”- comunidades. A política de regionalização administrativa não é característica apenas de Curitiba, ela também foi implantada, através da iniciativa do executivo, nas capitais, Recife, Salvador, Rio de Janeiro no mesmo triênio (86-88). A descentralização da estrutura administrativa visando maior eficiência na realização de obras e prestação de serviços, e a tentativa de criação de mecanismos de

participação popular são objetivos comuns na implantação das Administrações Regionais dessas cidades (FISHER e COLOMER, apud FERNANDES, 2002, p.83), são também respostas críticas à centralização do poder e ações Estatal vindo do regime ditatorial.

O decreto 142 de 19 de fevereiro de 1986, do início do governo municipal de Roberto Requião, estabeleceu nove administrações regionais: da Matriz, do Boqueirão, do Cajuru, do Bacacheri, de Santa Felicidade, do Campo Comprido, do Portão, do Pinheirinho e do Umbará. Em 1989, já no primeiro ano do governo municipal de Jaime Lerner, oposição a anterior administração, reduziu-se para seis regionais, com justificativa de se adequar ao limite das áreas dos distritos rodoviários municipais e às práticas operacionais de conservação da malha urbana (IPPUC, 2004). Mantiveram as regionais da Matriz, do Boqueirão, do Pinheirinho, do Portão, de Santa Felicidade e da Boa Vista. Em 1993, início da gestão de Rafael Greca, delimitam-se novos contornos e recria-se a administração do Cajuru. Por fim, em 1997, cria-se administração do Bairro Novo (territorialmente próxima a antiga regional do Umbará).

Atualmente, no entanto, os objetivos de descentralização dos serviços em conjunto com a integração destes nas comunidades regionalizadas se perderam. A integração de rotina dos serviços públicos e a criação de mecanismos de participação popular não foram consolidados. A descentralização ocorreu, dentro das secretarias, mas as Administrações Regionais têm pouco poder decisório sobre os serviços públicos a serem prestados nas “freguesias”, e não possuem competência administrativa para comandar os mesmos, os seus administradores têm pouca influência no poder público municipal e mesmo seus recursos clientelísticos são limitados a partir das decisões intra-secretarias. Na gestão Requião, havia uma secretaria específica para Administrações Regionais, mais tarde na gestão Lerner, as Administrações de freguesias ficara subordinadas à Secretaria de Governo, a mesma que trata das relações Executivo-Legislativo.

A partir de 2003, o prefeito deve indicar, para a alta burocracia, 20 nomes para chefiar as Secretarias e a Procuradoria do município, 2 presidentes de fundações e 3 presidentes de autarquias (institutos), além dos chefes de gabinete do prefeito e vice-prefeito.<sup>14</sup> As indicações serão tratadas em capítulo específico sobre a distribuição de cargos no Executivo de Curitiba.

### 1.3 CURITIBA EM CARGOS

O êxito do Planejamento se associa à história de Jaime Lerner e ao grupo/*staff* a ele associado. Eles aparecem na história política recente da cidade de Curitiba como um grupo sólido e dominante, garantindo supremacia sobre seus adversários já em quatro eleições: 1988- Jaime Lerner; 1992- Rafael Greca; 1996- Cássio Taniguchi; e 2000- reeleição de Cássio Taniguchi. O grupo Jaime Lerner se estende para o âmbito estadual a partir de sua eleição como governador do Paraná em 1994, bem como rearticula no Estado componentes do antigo *neysmo*,<sup>15</sup> que esteve dividido no período de supremacia do PMDB no Estado do Paraná. O próprio Jaime Lerner ingressa no setor público a partir de indicações de Ney Braga. Para este trabalho, no entanto, focalizamos o grupo Lerner na capital Curitiba, apenas apontando influências e conseqüências estaduais. Esse grupo pode ser visualizado a partir das redes, nas quais notamos que se mantêm um grande número de pessoas relacionadas entre si de maneira cruzada. Esses e outros aspectos da rede de apoio ao executivo do grupo Jaime Lerner serão trabalhados no capítulo IV. A

---

<sup>14</sup> A relação de secretarias e cargos está contida nos anexos I e II.

<sup>15</sup> Ney Braga foi prefeito de Curitiba em 1954 pela coligação PR-PSP, depois em 1958 filiou-se ao PDC como deputado estadual. Em 1961 foi empossado governador pelo PDC, ao mesmo tempo em que Jânio Quadros ocupou a presidência pela coligação PDC-UDN. Posteriormente Ney Braga (também era militar que se formara no Curso Maior do Exército) foi nomeado a Ministro da Agricultura pelo general Castello Branco durante a Ditadura e continuou sua carreira política na Arena. Quando governador seu partido conseguiu eleger um prefeito de Curitiba, Ivo Arzua, na gestão em que Jaime Lerner se integrou como técnico do APPUC (Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) (DORIA, 2002).

tabela a seguir apresenta os prefeitos de Curitiba e os Governadores do Paraná para que debatamos a política paranaense e a base política em que surge a liderança de Lerner e seu grupo (tabela 1).

TABELA 1 - PREFEITOS DE CURITIBA E GOVERNADORES DO PARANÁ (1954-2004)<sup>(1)</sup>

GOVERNO ESTADUAL DO PARANÁ			GOVERNO MUNICIPAL DE CURITIBA		
Mandato	Nome	Partido	Mandato	Nome	Partido
31/1/1956 a 31/1/1961	Moysés Lupion	PSD	15/11/1954 a 15/11/1958	Ney Braga	PR
			15/11/1958 a 15/11/1961	Iberê de Matos	PTB
31/1/1961 a 17/11/1965	Ney Braga	PDC	15/11/1962 a 15/11/1966	Ivo Arzua	PDC
31/1/1966 a 15/3/1971	Paulo Pimentel	PDC	22/3/1967 a 15/3/1971	Omar Sabbag	PDC/ARENA
15/3/1971 a 23/11/1971	Haroldo Leon Peres	ARENA	15/3/1971 a 15/3/1975	Jaime Lerner	ARENA
23/11/1971 a 11/7/1973	Parigot de Souza	ARENA			
11/8/1973 a 15/3/1975	Emílio Gomes	ARENA			
15/3/1975 a 15/3/1979	Jaime Canet	ARENA	15/3/1975 a 15/3/1979	Saul Raiz	ARENA
15/3/1979 a 15/3/1983	Ney Braga	ARENA	15/3/1979 a 15/3/1983	Jaime Lerner	ARENA
15/3/1983 a 9/5/1986	José Richa	PMDB	15/3/1983 a 1/1/1986	Maurício Fruet	PMDB
9/5/1986 a 15/3/1987	João Elísio Campos (vice)	PP	1/1/1986 a 1/1/1989	Roberto Requião	PMDB
13/3/1987 a 15/3/1991	Álvaro Dias	PMDB			
15/3/1991 a 2/4/1994	Roberto Requião	PMDB	1/1/1989 a 1/1/1993	Jaime Lerner	PDT
2/4/1994 a 1/1/1995	Mário Pereira (vice)	PMDB	1/1/1993 a 1/1/1997	Rafael Greca	PDT
1/1/1995 a 1/1/1999	Jaime Lerner	PDT <sup>(2)</sup> /PFL	1/1/1997 a 1/1/2000	Cássio Taniguchi	PDT*/PFL
1/1/1999 a 1/1/2003	Jaime Lerner	PFL	1/1/2000 a 1/1/2005	Cássio Taniguchi	PFL
1/1/2003 a 1/1/2007	Roberto Requião	PMDB	1/1/2005 a 1/1/2009	Beto Richa <sup>(3)</sup>	PSDB

FONTE: Almanaque dos governadores do Paraná na internet; Casa da Memória de Curitiba na internet

(1) Não se inclui os governadores e prefeitos que assumem interinamente, apenas os indicados, eleitos e vices.

O ponto de partida é a eleição de Ney Braga para Prefeitura de Curitiba.

(2) Final de 1997 muda para o PFL

(3) A ser empossado

A política Paranaense e de Curitiba historicamente se marca pelo tradicionalismo político e dominação das elites locais. O Paraná nasceu politicamente em sintonia com a ordem dominante central e sempre esteve com a tendência nacional vitoriosa, como aponta Ricardo Costa de Oliveira (2001) em “Silêncio dos Vencedores: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná”. E Curitiba foi pensada politicamente com papel geopolítico estratégico para o poder central, por exemplo, a Comarca separou os revoltosos de farroupilha dos liberais de Sorocaba, abrigando desde sempre políticos conservadores e situacionistas das forças nacionais nos postos de governo. Sua posição geográfica favoreceu sua escolha como capital da província e acabou concentrando as forças políticas tradicionais. Certas forças políticas tiveram um domínio prolongado no Estado do Paraná, como as famílias Camargo e Munhoz da Rocha, na Primeira República. Oliveira trabalha este assunto no livro referido e entende que o poder político era revezado entre representantes de famílias tradicionais regionais.<sup>16</sup>

Neste trabalho adotamos a eleição de Ney Braga para prefeito de Curitiba como ponto de referência de antecedentes políticos, pois podemos identificar o grupo Jaime Lerner, ao qual se referenciou para estudar Curitiba, descendente do *neysmo*. Ney Braga teve o apoio do governador Bento Munhoz da Rocha Neto, seu (1º) cunhado, liderança tradicional de Curitiba, já ex-presidente do Estado no período pré-30. Estes faziam parte do Partido Republicano, legenda que levou Braga à prefeitura. Bento Munhoz da Rocha Neto era filho de Caetano Munhoz da Rocha, político tradicional que governara o Estado por dois mandatos de 1920 a 1928, de família proprietária de engenhos de erva mate, e mantinha vínculos familiares com outro notável da elite regional, Affonso Alves de Camargo. Este, de igual maneira, governara o Paraná em duas ocasiões, sendo derrubado, na segunda vez, quando se processaram os acontecimentos de 1930 (cf. BALHANA *et al*, 1969, p. 210-212).

---

<sup>16</sup> Sobre a questão do familismo na elite e redes sociais ver LIMA, 2003.

As filiações partidárias de Bento Munhoz da Rocha Neto foram sempre conservadoras, quando se candidatou a governador, em 1950, foi apoiado por uma aliança envolvendo a maioria dos udenistas paranaenses, o Partido Republicano, o Partido Social Trabalhista e o Partido de Representação Popular, desde sempre ligado às elites dirigentes, e profundamente anti-comunista, no sentido dos anos 50. De outro lado, estava o cacique Moisés Lupion, atuando na esfera do Estado, desenvolvendo suas atividades de comércio, indústria e agricultura na região de Ponta Grossa, Castro e Piraí do Sul no Paraná. Ele se encontra ao lado do Partido Social Democrático, e se elege contra Bento Munhoz da Rocha duas vezes, intercaladas (1947-1950 e 1956-1960) até a derrota do PSD nacional por Jânio Quadros e estadual por Ney Braga.

Afirmam que Ney Braga ascende na política no período identificado como democracia populista, chegando ao poder, como Jânio Quadros, na condição de opositorista, marcando sua ação por acusações contra atos de corrupção do governo Lupion.<sup>17</sup> A partir da entrada de Ney Braga no governo do Paraná, a maioria das prefeituras de Curitiba foram originárias de seu grupo, a começar pela derrota do candidato petebista Iberê de Matos pelo engenheiro Ivo Arzua do, na época, partido de Ney Braga, o PDC. Depois do golpe militar e da imposição do bipartidarismo, Ney Braga e todo o situacionismo decorrente das conquistas de seu grupo filiaram-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA). De todas as lideranças do executivo estadual posteriores ao governo Ney Braga, apenas Álvaro Dias, Roberto Requião e Mário Pereira não tiveram apoio ou origem no grupo de Ney, mesmo José Richa começou no PDC e foi oficial de seu gabinete no primeiro mandato de governador, claramente se distanciando ao longo dos anos ditatoriais. E mesmo assim, destes três, somente Álvaro Dias não possui relações de parentesco com as famílias históricas do Paraná, de qual o próprio Braga fazia parte.

---

<sup>17</sup> Kunhavalic, José Pedro. 2004. "Ney Braga: trajetória política e bases do poder", in de OLIVEIRA, Ricardo Costa de, A Construção do Paraná Moderno: político e política no Governo do Paraná de 1930 a 1980, Curitiba: SETI..

Conforme Oliveira (2001) as relações de parentesco podem se constituir num importante fato para os apoios políticos e para a reprodução do grupo político dirigente, ao menos no princípio da construção da democracia. Segundo este autor, a classe dominante tradicional foi formada centralmente pelas velhas famílias históricas paranaenses (derivadas de quatro grandes troncos) até 1940/50. E mesmo com a decadência da poderosa fração econômica da erva mate, em crise a partir de 1930, a influência dos velhos donos do poder atravessa o século XX, pelo controle do aparelho de Estado, como revelaria o exemplo de Ney Braga. Todavia, o próprio governo estadual de Braga e ao mesmo tempo a ditadura militar nacionalmente permitiram que outros grupos se inserissem na política, como os técnicos, além dos indivíduos que formavam grupos baseados na descendência ou no casamento entre famílias tradicionais. Assim como a reabertura política desde o final dos anos 70 permitiu que outras lideranças, como dos movimentos populares, da mídia e de trabalhadores, conquistassem algum lugar de representação política.

Por isso, pontuamos a característica da ascendência de governos tecnocratas durante a ditadura. Ney Braga que tinha vínculos com a elite tradicional e com a elite militar revestiu seus governos de elementos tecnocráticos. Uma das características do período autoritário foi a valorização dos técnicos e sua consequente colocação em postos antes considerados de natureza política. Esses técnicos passaram a ocupar cargos e funções executivas ou de assessoramento que abrem a criação de agências de desenvolvimento no Paraná. No primeiro governo Ney Braga no Paraná foram criadas: 1) a Café do Paraná em 1961; a 2) CODEPAR<sup>18</sup> (Companhia de Desenvolvimento do Paraná) em 1962; a 3) FUNDEPAR (Fundação Educacional do Paraná) em 1962; a 4) SANEPAR (Companhia de Saneamento do Paraná) em 1963; a 5) TELEPAR (Companhia de telecomunicações do Paraná) em 1963, a 6) CELEPAR (Centro Eletrônico de Processamento de Dados) em 1964; e a 7) COHAPAR (Companhia de Habitação do Paraná) em 1965.

---

<sup>18</sup> Depois vira BADEP (Banco de Desenvolvimento do Paraná)

Dentro da ideologia nacional-desenvolvimentista, essas agências seriam responsáveis pela atualização do Paraná, definindo pelo planejamento a expansão dos setores econômicos, os instrumentos aplicados e, então, a sua execução seria orientada pelo Estado. Alguns dos eixos de desenvolvimento foram traçados já pelo PLADEP (Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento para o Paraná), órgão criado na gestão Bento Munhoz da Rocha (1951), como a industrialização por meio da substituição de importações, especialização agrícola e o compromisso em dar preferência a empreendimentos de capital paranaense. Conviveram nessa época nomes como Karlos Rischbieter, Reinhold Stephanes, Maurício Schulman e Saul Raiz, “técnicos” que vão ocupar cargos no governo e ministério de Ney Braga, assim como, na prefeitura e governo de Estado de Jaime Lerner, ou como assessores informais do grupo. Outros exemplos seriam Lubomir Ficinski Dunin e Rafael Dely que sempre ocuparam cargos no governo Lerner. O paulista, descendente de japoneses, Cássio Taniguchi, prefeito da Capital por duas vezes, também começa seus vínculos em Curitiba como engenheiro recém formado na CODEPAR. O empresário Jaime Canet Junior, por sua vez, torna-se o primeiro presidente da Café do Paraná, para em 1975 assumir o governo do Estado através de eleição indireta. Esses nomes, entre outros que vão se mostrar, formam um grupo, em torno de Ney Braga e em torno de Lerner, de técnicos com trânsito entre órgãos públicos e privados, discussão retomada no capítulo III.

Entendendo como um processo de criação da filosofia tecnocrática a redução do saber a sua forma tecnocrática em consequência do uso do poder apenas em nome de um “saber” (MARTINS, 1974 *apud* KUNHAVALIK, 2004), os tecnocratas podem ser vistos como críticos do processo político, o que faz da relação ditadura – tecnocracia uma combinação eficaz. As decisões dos técnicos aparentam ser dotadas de objetividade e imparcialidade, incoerente com a política. Todavia, a suposta crítica ao processo político vai sendo contornada, e vários destes técnicos concorrem a eleições para cargos eletivos, mesmo durante a ditadura,



sendo então concorrentes da ARENA. O processo de redemocratização fez também com que os técnicos se ligassem a partidos e a eleições, circulando entre os cargos do executivo, sendo o caso de nomes próximos a Ney Braga e Jaime Lerner, retomados no capítulo III. O discurso sobre a supremacia técnica na gestão das cidades, porém, permanece até recentemente nas campanhas para prefeitura da cidade “modelo”.<sup>19</sup>

A burocracia funcionaria como ante-sala e aval para concorrência a cargos eletivos, dispensando militância prévia e relações com a comunidade (DORIA, 2002, p.35). Todos os prefeitos de Curitiba da época do Regime Militar tinham perfil técnico, significando, formação e ocupação profissional técnica. Esse perfil é quebrado com a entrada do PMDB na prefeitura, tanto Maurício Fruet como Maurício Requião, já vinham de cargos políticos, antes de assumirem a prefeitura. Do grupo de Lerner, que sucedeu Requião, Cássio Taniguchi também é um expoente técnico.<sup>20</sup>

A partir da retomada de eleições diretas para governador, em 1983, as forças vão se rearticulando. O PMDB, no Paraná, ganha com apoio do Partido Progressista, saído da ARENA. Dois anos depois a prefeitura de Curitiba mantém o PMDB via eleição, com apoio de quadros do PP, recém incorporado, e somente em 1988 com a eleição de Jaime Lerner<sup>21</sup> que as forças provindas do *neysmo* voltam a se articular em um amplo e coerente bloco situacionista no município. A criação do PSDB no Paraná, a sucessão de Álvaro Dias no governo de Estado, entre outras dinâmicas políticas dividem um pouco o grupo herdeiro de Ney Braga no plano do

---

<sup>19</sup> Ver MOURA, Rosa e KORNIN, Thaís. “(Des) Construindo o discurso eleitoral: o primeiro turno das eleições municipais majoritárias em Curitiba no ano 2000”, In Revista de Sociologia e Política. Curitiba: DECISO-UFPR, nº16, jun 2001.

<sup>20</sup> Desde Ivo Arzua até 2004 todos os prefeitos são engenheiros, com exceção dos Pmdbistas, que são advogados. Jaime Lerner é também arquiteto, Rafael Greca é também economista.

<sup>21</sup> Sobre a liderança de Jaime Lerner, sua origem política e sua autoridade, ver a dissertação de Pedro Ricardo Dória, de 2001, pelo mestrado em sociologia da Universidade Federal do Paraná: “Liderança, autoridade e contexto Político: o caso de Jaime Lerner no Paraná (1971-2001)”.

Estado, mantendo-se unido no plano municipal, representado por Jaime Lerner, Rafael Greca e Cássio Taniguchi como prefeitos sucessivos. É a partir de FHC que o Paraná terá a reintegração das forças políticas de direita e o início de uma diversificação do grupo municipal. Para Ricardo Costa Oliveira (2001) essas recomposições apenas exemplificam a lógica tradicional do poder político paranaense de estruturar o seu poder em relação à situação nacional, uma espécie de sintonia com a ordem nacional dominante e com a tendência que constrói o consenso nacional vitorioso.<sup>22</sup>

Os partidos de esquerda pouco peso tiveram durante a disputa de caciques e elites no período pré-85. Mesmo a partir do MDB os nomes de destaque têm sua origem na elite política tradicional do Paraná. É a partir da abertura ao pluripartidarismo que os partidos de esquerda poderão construir sua identificação, suas alianças e seus projetos eleitorais. Mesmo assim, suas posições são secundárias frente ao grupo da direita, que ocupa a prefeitura desde 1988. O capítulo seguinte discute a dinâmica política recente com mais detalhes, assim como a posição dos parlamentares em relação ao grupo do Executivo municipal.

---

<sup>22</sup> Consenso vitorioso em 1842, 1853, 1894, 1930, 1932, 1945, 1961, 1964, 1982, 1994 e 2002.

## **2 APOIO LEGISLATIVO: DINÂMICA ELEITORAL E RELAÇÕES ENTRE PODERES EM CURITIBA DE 1985 A 2004**

A duração de um mesmo grupo na prefeitura de Curitiba demonstra a força deste junto ao legislativo e frente ao eleitorado. As coligações eleitorais, os próprios empossados no executivo e seus secretários ao longo do tempo mudam. No entanto a força do grupo Jaime Lerner na cidade pode ser discutida, inclusive a partir do relacionamento dos vereadores com a prefeitura e entre si, compreendendo a continuidade de um bloco de apoio na Câmara Municipal.

Deste modo, partimos da idéia de que a dinâmica entre os poderes executivo e legislativo precisa operacionalizar com os processos eleitorais e a ocupação das cadeiras parlamentares na Câmara Municipal. Com exceção de 1982, nenhuma eleição manteve voto vinculado para os cargos dos dois poderes, assim, permitindo certa variedade na ocupação do legislativo em relação à orientação do executivo. Dessa forma, o trabalho de governo exige coordenação, formação de coalizões e apoios entre eles.

Essas variações, por exemplo, nas coligações e nos indivíduos ocupantes das cadeiras, não retrataram, porém, grandes mudanças no bloco de apoio ou oposição ao executivo. Por outro lado, as reeleições sucessivas dos parlamentares também incrementam as questões em relação ao apoio e à formação de um grupo forte de governo em Curitiba. Pois, de alguma forma, a consolidação do grupo no executivo municipal eleitoralmente está relacionado com a aceitação pela maioria da Câmara, que aprova os projetos e permanece em coligação eleitoral com os candidatos da situação.

As discussões sobre os vereadores, sua reeleição, os blocos na Câmara e o tipo de relacionamento com o executivo são elementos que podem relacionar-se para estudar os vínculos que se formam entre ocupantes do governo como um todo e posteriormente podem ser comparados nas redes. Por exemplo, os vereadores que estão ligados à rede do executivo são reeleitos sucessivamente, ou não?

Neste contexto, se fazem necessários os debates deste capítulo, tendo como objetivo traçar um panorama geral destas questões, que podem ser aprofundadas com mais critério posteriormente em outros trabalhos e na comparação com as redes examinadas nessa dissertação.

Este capítulo se divide em cinco seções. Na primeira é introduzido o debate sobre como estudar a política local. A segunda explicita os dados eleitorais de Curitiba. A terceira comenta sobre a relação legislativo-executivo em Curitiba em dois principais momentos: o primeiro é da gestão do PMDB na prefeitura e o segundo é o da (re)ocupação da prefeitura pelo grupo de Jaime Lerner, Greca e Taniguchi. Na quarta parte, discutem-se os tipos de vereadores que se relacionam com o Executivo. E por fim, na quinta efetua-se uma avaliação pontual sobre a relação entre vereadores e eleitores, a partir do tema da reeleição e da migração partidária.

## 2.1 O LOCAL EM FOCO

Baseamo-nos em Mollenkopf (1992), para, de maneira simplificada, estruturar o ambiente político local. O trabalho deste autor, “Phoenix in the Ashes”, trata sobre a administração do prefeito Edward Koch em Nova Iorque que se tornou uma coalizão dominante por 12 anos. O exame da construção de apoio e relações do governo com os maiores centros de poder público e privado na cidade se tornou o foco para pensar a posição e a capacidade do sistema político local. Mollenkopf discute como estudar a política local através do debate entre as abordagens estruturalistas e pluralistas, reconhecendo, por um lado, que a coalizão de governo de Koch é uma aliança de trabalho estável e transversal aos temas políticos e, por outro, que o governo municipal nem sempre planeja ou é hábil para desenvolver atividades que favoreçam “a classe dominante” e o “Capital”. Ou seja, na sua discussão, os pluralistas auxiliam para tratar das estratégias que a administração pública desenvolve para conquistar apoios políticos e os estruturalistas providenciam

o contexto social e econômico que molda a competição política, possibilitando uma articulação analítica entre as duas abordagens. Além disso, o autor traz à cena os interesses do setor público que é um agente permanente de interferência de governo. Neste sentido, sua síntese tenta evitar um pluralismo voluntarioso e um determinismo econômico, que reduz o Estado ao poder de classe, equalizando a influência da esfera econômica com a política/eleitoral (1992, p. 39) e relativizando as polarizações entre estrutura x ação, determinação x contingência, estabilidade x dinâmica (Sociedade x Indivíduos).

Eduardo César Marques em seu livro “Redes Sociais, Instituições e Atores Políticos no governo da cidade de São Paulo”, também discute sobre as abordagens pluralistas e estruturalistas que embasam as explicações sobre o poder na cidade. Ele enfatiza três linhas explicativas de influência para os estudos brasileiros: teoria das elites; os pluralistas (famoso debate entre “elitistas” e “pluralistas” na década de 1950) e marxismo, pelo viés da sociologia urbana francesa dos anos 1960-70.

Do lado dos elitistas, é dado de antemão que todo governo é oligárquico e, assim, as políticas públicas seguem os interesses das elites que mantêm posições econômicas, sociais e políticas imbricadas. A ciência política deve se preocupar em identificar as posições formais de mando numa dada comunidade; as características do grupo que controla tais posições e também os mecanismos sociais que garantem a condução e a manutenção desses indivíduos no topo das instituições de mando. (WRIGHT MILLS e MILIBAND, *apud* PERISSINOTO, 1999). Os principais problemas da teoria das elites citados por Marques (2003) seriam: 1) dificuldades para incorporar as mudanças e contingências dos processos políticos e 2) o entendimento do Estado como uma “casca vazia”, ocupado sempre pelas elites. Mas, assim como o autor afirma que alguns elementos da cena política paulistana se assemelham a esta descrição elitista, em Curitiba vê-se, também, a estabilidade do grupo no poder e semelhanças na origem social da classe política (ver OLIVEIRA, 2001). Derivar ações políticas das origens sociais mecanicamente, entretanto, seria um grande erro.

Há problemas também na definição das posições de mando, já que não há evidências decisivas que comprovem que quem ocupa essas posições de mando governam de fato. Pelos pluralistas, DAHL, como principal expoente crítico contra a teoria das elites, afirma que não há acumulação de todos os recursos sociais, econômicos, políticos, culturais nas mãos de uma mesma classe. Derivado disto, nenhum grupo político controla todas as questões de política, ao mesmo tempo em que não há ganhos estáveis ao longo do tempo. Seria, então, preciso analisar o processo decisório de modo detalhado, o que identificaria a contingência e as mudanças do processo político, dando relevância aos políticos e à política e respondendo à pergunta “quem governa”. O detalhamento do processo decisório, em si, no entanto, parece não incorporar como se transformam determinados temas em não-decisões, em outras palavras, como são determinados os temas que passaram pelo processo de decisão<sup>23</sup> (BACHRACH e BARATZ *apud* PERISSINOTO, 1999).

Torna-se um problema para o pluralismo lidar com a continuidade de domínio do poder por um grupo e com seus ganhos estáveis. E como já mencionado, essa continuidade é o caso da cidade de Curitiba. O pluralismo, mesmo retirando a política de uma posição subalterna, também percebe o Estado como casca, como lugar a ser ocupado, só que por diferentes grupos, desconsiderando os interesses dos funcionários do Estado, bem como, suas instituições.

Do lado dos marxistas, provém o interesse sobre quais relações sociais as decisões políticas reproduzem, deixando de lado a questão do “quem governa”. Da sociologia marxista, mais especificamente, Marques enfatiza que se retiram as contribuições sobre a inclusão dos conflitos na cena urbana e a dessacralização da produção do espaço mostrando os interesses dos capitais produtores da cidade. A tese de Dennison de Oliveira (2000) aborda a importância desses interesses na capital paranaense. Mas, as análises marxistas apresentam o mesmo problema de

---

<sup>23</sup> Relação entre poder de agenda e a segunda face do poder.

desconsideração do papel da burocracia e das instituições estatais. O Estado continua sendo um lugar a ser capturado. As instituições políticas e os produtores de políticas do setor público só aparecem significativamente a partir dos estudos do neoinstitucionalismo.<sup>24</sup>

Essa corrente das Ciências Sociais é relativamente recente, mas pode ser considerada uma das abordagens teóricas mais influentes na ciência política moderna. Entende-se que desde o artigo de Hall e Taylor (2003) o termo neoinstitucionalismo não se constitui em corrente de pensamento unificado, podendo ser identificado pelo menos três métodos de análise que reivindicam esse título. Uma destas correntes, o neoinstitucionalismo histórico, se fundamentou principalmente em contraposição aos estudos behavioristas predominantes, junto com o pluralismo, na área de política comparada americana das décadas de 50 e 60 (THELEN & STEINMO, 1992 ). Todos os três métodos se consolidam a partir de 1980. Dentre as contribuições gerais do neoinstitucionalismo não se acentua apenas que “as instituições importam” e precisam ser analisadas, mas que elas devem ter enfoque central, preocupando-se com a questão de como elas moldam as estratégias políticas (e até preferências) e influenciam o resultados políticos – “*how a given institutional configuration shapes political interactions*” (THELEN & STEINMO, 1992, p.06), (MARQUES, 1997; MELO,1996). Há também outro ponto enunciado pelo neoinstitucionalismo, histórico, que diz respeito à consideração da autonomia e poder dos atores estatais. No caso, do tratamento sobre o Executivo, existem grupos de funcionários capazes de estabelecer políticas públicas, relativamente independentes do grupo dirigente eleito e que engendram ações estatais que tendem a reproduzir ou aumentar o poder e o controle das instituições estatais sobre a sociedade (MARQUES, 1997). Como complemento, assume-se nesse enfoque

---

<sup>24</sup> Para discussão detalhada sobre neoinstitucionalismo ver: SKOCPOL, 1985; THELEN e STEIMO, 1992; HALL e TAYLOR, 2003; LIMONGI, 1994; MARQUES, 1997.

que a formação histórica do Estado e suas instituições, e legado das políticas, são imprescindíveis para a análise das interações entre *inputs* e *outputs* com atores envolvidos numa determinada comunidade, campo, setor de política.

Da discussão dessas idéias, o que se pode articular dessas abordagens para estudar a política local? A idéia de que o Estado não é um lugar vazio constitui-se num primeiro passo para entender também que a dinâmica política local não está subordinada a processos macroeconômicos, sociais e políticos e pode ser investigada com sua especificidade e autonomia. Isso significa incorporar também a relevância da política e dos políticos e entender que a questão “quem governa” representa uma variável importante na forma pela qual é conduzida a política de uma dada comunidade. Mas, sem dúvida, para o caso curitibano como para o paulistano, a continuidade e os ganhos estáveis do grupo no poder precisam ser compreendidos como um processo que articula representantes dos capitais produtores da cidade, funcionários do estado e oficiais eleitos, que queremos apreender pelas redes.

Voltando a referência de Mollenkopf, destacam-se quatro tipos de interesses envolvidos nas interações do governo local com os cidadãos: 1) os interesses da burocracia, setor público; 2) os da população; 3) os interesses das lideranças políticas e 4) os do mercado privado. Todos os tipos de interesses são marcados por certo grau de heterogeneidade variável e convivem em três tipos básicos de interações dos atores: 1- relações entre líderes; 2- relações entre líderes e eleitores; e 3- relações dos líderes com o ambiente econômico. Esse capítulo procura desenvolver alguns apontamentos sobre os dois primeiros tipos de interação entre os atores políticos locais, para discutir a permanência do grupo político da direita no poder executivo municipal de Curitiba, apoiado pelo legislativo.

## 2.2 ELEIÇÕES MUNICIPAIS

O realinhamento das forças políticas durante a transição democrática em Curitiba acompanhou a tendência brasileira. O PDS saiu enfraquecido do regime de



64, sendo que seu líder mais preeminente, Ney Braga, perde a eleição de governador do estado do Paraná, para o representante do PMDB, José Richa em 1982. E, em seguida, Jaime Lerner, já no PDT, apoiado por Braga no PFL,<sup>25</sup> perde a eleição da prefeitura para o adversário Roberto Requião, também do PMDB. O PDS também perde em 1985, quando um ex-governador de estado, Paulo Pimentel, como candidato a prefeito, e um ex-prefeito de Curitiba, Ivo Arzua, como vice, fazem votação pouco expressiva nessa eleição majoritária. Todavia, o novo sistema partidário permite que parte do PDS, constituindo o PP, apóie o PMDB no governo do Estado, com cargo de vice em 1986. Enquanto, o PFL, também surgido a partir do PDS, apóia o grupo de Lerner.

A partir da visualização de dados eleitorais poderíamos notar que o PMDB e o PDT, como cabeça de chapa, canalizam a grande maioria dos votos do eleitorado nas eleições majoritárias até 1996 (tabela 2) e são adversários. Tendo em vista essas novas acomodações, o campo da política local mostra dois blocos principais que podem ser separados pela clivagem ideológica esquerda – direita, PMDB (PT) x PDT (PTB, PFL, PPB). Esses blocos herdaram os líderes e as posições da ARENA e do MDB. As votações nos diversos partidos, no entanto, são bastante variadas, no início há polarização entre PDT e PMDB, isso se transforma em 2000 em uma disputa entre PFL e PT, e em 2004 entre PSDB e PT. Em certa medida, as

---

<sup>25</sup> O PFL do Paraná não se fortaleceu na segunda metade dos anos oitenta, graças à decadência do PDS. No Paraná, o PDS não foi a principal alternativa partidária aos integrantes da ARENA, principalmente aqueles que continuaram disputando eleições nos anos 80, como é o caso de Jaime Lerner, que foi para o PDT, destino da maioria dos lerneristas naquele período. O PFL do Paraná ficou no ostracismo por falta de lideranças estaduais fortes e ainda atuantes. O principal líder do PFL no Estado continuou sendo o ex-governador e ex-ministro Ney Braga, que em 1982, após ser derrotado em uma eleição para o senado federal, decidiu não disputar mais cargos eletivos. O partido só vai ganhar peso eleitoral após 1997, após a filiação do então governador Jaime Lerner, do prefeito de Curitiba Cássio Taniguchi e grande parte de seu grupo. Em poucas semanas, o PFL passou de um partido praticamente inexistente à principal potência política. Mesmo assim, “a análise isolada das informações sobre o incremento eleitoral e a presença institucional do PFL não são suficientes para evidenciar se houve de fato um “fortalecimento” do partido no Paraná a partir da filiação de Lerner” (CODATO e CERVI, 2002)

votações parecem coerentes se tomadas como apoio às pessoas que encabeçam as chapas, explicando o PSDB em 1996, de Carlos Simões, tomando o lugar do PMDB e do PT. E o PFL de Luciano Pizatto em 1992 quando tentou afastar-se do PDT. Há partidos que mantêm suas alianças num bloco apenas, outros que oscilam. Afinal, partidos coligados podem passar uns por cima dos outros. Mas, essas coalizões de partidos estão organizando o apoio ao governo, garantindo maioria nas casas legislativas, e estruturam o campo político em torno de dois pólos, “situação” e “oposição”.

Por outro lado, seria possível pensar que a eleição de 1982 para o governo do Estado teria quebrado a hegemonia da direita, representada pela ARENA, na administração da capital? Observemos que nas eleições majoritárias, o PFL, no entanto, aliou-se ao PDT em 1985, 1988 e 1996. O PTB também se torna aliado do PDT desde 1988 até 2000. O PPB, atual PP, virou aliado do PDT em 1992, depois da quebra da aliança tácita com o PMDB, na eleição de 1988. O PDT apenas não se aliou aos partidos de direita na eleição de 2000, em que sai sozinho,<sup>26</sup> depois de um desfalque de quadros que emigram do partido junto com o maior catalisador de votos, Jaime Lerner. As gestões do PMDB aparecem mais como um interrupção momentânea para o controle do bloco de direita, do que propriamente uma mudança. A unidade de apoio da elite para o grupo de Jaime Lerner foi grande, embora não se possa afirmar que tenha sido controladora, ela moldou a trajetória do desenvolvimento político de Curitiba. Além disso, o próximo capítulo mostrará que os indivíduos que ocupam os cargos no governo municipal no período democrático estavam, muitas vezes, presentes já na administração municipal do regime de 64.

---

<sup>26</sup> A coligação majoritária é com o PGT, partido de baixa expressão em Curitiba, que foi em seguida incorporado pelo PL.

TABELA 2 - ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS EM CURITIBA - 1985-2000

ANO/ COLIGAÇÕES	PREFEITO	VICE-PREFEITO	VOTOS	
			Abs.	%
<b>1985</b>				
PMDB.	Roberto Requião	Adhail S. Passos	227.249	43,7
PDT, PFL	Jaime Lerner	Francisco F. Fontana	208.384	40,1
PDS	Paulo Pimentel	Ivo Arzua	24.269	4,7
Demais candidatos			39786	7,6
Total de Comparecimento			519.959	100,0
<b>1988</b>				
PDT, PTB, PFL	Jaime Lerner	Algacir Túlio	326.815	48,6
PMDB, PCB, PJ, PC do B, PSD, PSB	Maurício Fruet	José Maria Correa	198348	29,5
PT	Claus Germer	Gilberto Carvalho	36.054	5,4
Demais candidatos			12.098	1,8
Total de Comparecimento			672.614	100,0
<b>1992</b>				
PDT, PTB ...	Rafael Greca	José Carlos de Carvalho	324348	43,4
PMDB	Maurício Fruet		144.479	19,3
PFL	Luciano Pizzatto		76.742	10,3
PT, PCdoB, PCB	Florisvaldo Fier		40.567	5,4
Demais candidatos			38.130	5,0
Total de Comparecimento			747.674	100,0
<b>1996</b>				
PPB, PDT, PTB, PSC, PFL	Cássio Taniguchi	Algacir Túlio	414.648	50,6
PPS, PSDB	Carlos Simões		229.470	28,0
PT, PCB, PCdo B, PV	Ângelo Vanhoni		83.052	10,1
Demais candidatos			31.332	3,8
Total de Comparecimento			819.953	100,0
<b>2000 (1º Turno)</b>				
PFL, PPB, PSC, PTB, PRN, PL, PRP, PST, PSB,PSL, PSD, PTdoB, PTN	Cássio Taniguchi	Beto Richa	378.993	40,9
PT, PV, PPS, PCB, PC do B, PMN, PHS	Ângelo Vanhoni	José Maurino	304.902	33,0
PAN, PMDB	Maurício Requião		89.017	10,0
PSDB, PSDC	Luiz Forte Netto		71.394	8,0
Demais candidatos			17687	2
Total de Comparecimento			927.260	100,0
<b>2000 (2º Turno)</b>				
PFL, PPB, PSC, PTB, PRN, PL, PRP, PST, PSB,PSL, PSD, PTdoB, PTN	Cássio Taniguchi	Beto Richa		
PT, PV, PPS, PCB, PC do B, PMN, PHS	Ângelo Vanhoni	José Maurino		
Total de Comparecimento			928.024	100,0
<b>2004 (1º Turno)</b>				
PSDB, PSB,PTN,PP,PDT,PSL,PAN, PRONA	Beto Richa	Luciano Ducci	329.451	32,6
PT,PMDB,PcdoB, PCB,PTB,PSC	Ângelo Vanhoni	Nizan Pereira	292.965	29,1
PPS, PHS	Rubens Bueno	Augusto canto Netto	188.313	18,7
PFL	Osmar Bertoldi	Silvana Groppo	58.514	5,8
PL	Mauro Moraes	Bernardino Oliveira	44.489	4,4
PV	Melo Viana	Murta Chaves	13.185	1,3
Demais candidatos			12.795	1,2
Nulos			42.995	4,3
Branços			26.338	2,6
Total de Comparecimento			1.009.045	100,0
<b>2004 (2º Turno)</b>				
PSDB, PSB, PTN, PP, PDT, PSL, PAN, PRONA	Beto Richa	Luciano Ducci	494.440	51,1
PT/PMDB/PCdoB/PCB/PTB/PSC	Ângelo Vanhoni	Nizan Pereira	408.163	42,2
Nulos			46.151	4,8
Branços			19.354	1,9
Total de Comparecimento			968.108	100,0

FONTE: TRE-PR, resultados eleitorais

NOTA: \* percentagem sobre o total do comparecimento

As vitórias do PDT em Curitiba dizem pouco sobre a construção ou posição deste partido. Como se sabe, o comando único e centralizador de Brizola caracterizava o PDT, e foi pelas mãos de Brizola que Lerner sai da ARENA. Tendo um baixo grau de institucionalização, reconhecido pela falta de empenho em atrair e treinar quadros partidários administrativos tecnicamente capacitados, na direção nacional, o PDT usou de uma estratégia agressiva de cooptação de políticos ligados a poderosos esquemas clientelísticos (MARQUES, 2003, p. 2). Em Curitiba, mais do que isso, há cooptação dos quadros tecnocratas locais.

As alianças eleitorais locais, por sua vez, mostram coerência com o tipo de direcionamento nacional dos partidos. Por exemplo, as instâncias subnacionais do PFL têm grande autonomia para conduzir assuntos locais, por isso, nunca houve interferência ou impedimento nacional para o PFL apoiar o PDT de Curitiba, o que resultou posteriormente na cooptação de Lerner e muitos dos seus apoiadores. A heterogeneidade e a falta de consenso no PMDB e a ambigüidade de seus líderes também provou ser racional para os parlamentares se posicionarem individualmente, como bloco de apoio ou oposição ao executivo do PDT e posteriormente PFL. A construção dos partidos no plano local e sua institucionalização podem justificar, em parte, as conformações dos vereadores na CMC. Por outro lado, o PFL-PR parece ter sido apenas um partido para o governo e um recurso institucional importante do líder político Jaime Lerner.

Na Câmara, o PT, o PDT, o PSDB e o PMDB ocupam parte significativa das cadeiras da Câmara Municipal de Curitiba (CMC) durante o período (ver tabela 3). Apesar de um estudo do modo de Figueiredo e Limongi (1999) ainda não ter sido efetuado na CMC, pode-se perceber dois blocos ideológicos, direita x esquerda, ganhando força e significância essa separação entre situação e oposição. Vê-se, por um outro ponto de vista, que independente do comportamento do parlamentar, não investigado nas votações da CMC, o número de cadeiras parlamentares, conseguidas pela coligação vitoriosa na majoritária, é bastante significativa (tabela 3). Isso se dá

mesmo com o aumento do número de partidos concorrendo à eleição majoritária e com o aumento da fragmentação partidária na Câmara.

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO DE CADEIRAS - ELEIÇÕES PROPORCIONAIS DE CURITIBA - 1988-2004.

Partidos	1982		1988		1992		1996		2000		2004	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
PC do B	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	1	2
PDT	0	-	6	18	8	24	8	23	2	6	3	8
PDS	11	33	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
PFL	0	-	3	9	3	9	4	11	9	26	5	13
PL	0	-	4	12	5	15	0	-	0	-	3	8
PMDB	22	67	12	36	4	12	4	11	3	8	4	10,5
PPB/PP	0	-	0	-	0	-	5	14	4	11	3	8
PPS	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	4	10,5
PRN	0	-	0	-	1	3	0	-	0	-	0	-
PSB	0	-	0	-	0	-	0	-	2	6	3	8
PSC	0	-	0	-	0	-	0	-	3	8,5	0	-
PSDB	0	-	0	-	2	6	7	20	3	8,5	4	10,5
PST	0	-	0	-	2	6	0	-	1	3	0	-
PT	0	-	3	9	3	9	3	8	6	17	3	8
PTB	0	-	5	15	5	15	4	11	2	6	4	10,5
PV	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	1	2
APOIO <sup>(1)</sup>	22	67	14	42	18	54,5	21	60	24	68,5	13	34
CADEIRAS	33	100	33	100	33	100	35	100	35	100	38	100
PARTIDOS	2	NA	6	NA	9	NA	7	NA	10	NA	12	NA
EFETIVOS <sup>(2)</sup>	1,84	NA	4,65	NA	7,26	NA	6,37	NA	6,92	NA	11,03	NA

FONTE: TRE-PR, resultados eleitorais, elaboração própria

(1) Apoio se refere a bancada de apoio ao Executivo Municipal e foi contado a partir da coligação para eleição majoritária.

(2) Número de partidos efetivos. NA, não se aplica. ( - ) fenômeno inexistente

Para além de uma sustentação na coligação eleitoral, no momento em que se assume a prefeitura, a construção de uma coalizão de governo estabelece novas relações entre executivo e legislativo. Assumimos, como Mollenkopf (1992), que as coalizões podem ser estáveis, operar transversalmente aos assuntos das políticas públicas e criar ganhadores e perdedores mais permanentes. Os atores se juntam produzindo uma constante circulação de benefícios aos aliados, sem a necessidade de coagir ou induzir ações específicas, a não ser em casos polêmicos. Neste sentido, há grupos que ganham, ao longo do tempo, de forma estável, mesmo que não em todas as áreas de políticas, mas nas que escolhem como relevantes para implementação de suas ações. No entanto, o conceito de coalizão deste autor é

mais abrangente, estende-se aos apoios de grupos econômicos e sociais. E o que pretendemos destacar, por hora, seria a coalizão como padrão de relacionamento entre executivo e legislativo, uma conexão governamental. Desta forma, tomaremos a idéia geral de Amorim Neto, da tipologia de gabinetes.

### 2.3 INDICATIVOS SOBRE RELAÇÕES ENTRE EXECUTIVO E LEGISLATIVO MUNICIPAIS

Sabendo-se que ao prefeito se oferece a prerrogativa para formar seu grupo de trabalho no executivo, podemos encontrar, simplificando os tipos (MELO, 2004, p.83), gabinetes de coalizão, de cooptação ou apartidários. No primeiro, há acordo entre chefe do executivo e partidos para ser sua base (tabela 4), respeitando a força dos partidos no legislativo, tendo critérios partidários. Nos outros, não há acordos do chefe do executivo com partidos, e a estratégia de aquisição de base de sustentação se dá de maneira mais ou menos individualizada, mas, no caso de cooptação, ainda se mantém recrutamento partidário e, no outro caso, o gabinete se compõe de mais de 50% de nomes sem laços partidários.

Em todos os casos, a vida da coalizão depende dos acordos e da capacidade de negociação das lideranças. A sustentabilidade, por outro lado, das alianças entre executivo e legislativo com um gabinete de coalizão, pressupõe que o legislativo aja partidariamente, com disciplina e previsibilidade, o que Figueiredo e Limongi (1999) já puderam fundamentar. O pressuposto para gabinetes de cooptação e apartidários, porém, parece ser outro. Gabinetes deste tipo, no entanto, na esfera federal se sustentaram por pouco tempo (AMORIM NETO, 2000). A problemática, neste trabalho, diz respeito ao domínio da política local (tabela 4). Neste sentido, que tipos de gabinete estão se construindo na cidade de Curitiba? Há problemas de sustentação das bases de apoio ao executivo no âmbito municipal? A administração de gabinetes de cooptação e apartidários no campo local cria tensões entre Câmara e Prefeitura?

TABELA 4 - SÉRIE HISTÓRICA DE PARTIDOS, SEGUNDO COALIZÃO E COLIGAÇÃO DOS MESMOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA – 1985 - 2000

PARTIDOS	1985	1988	1992	1996	2000
Partidos em coligação eleitoral vencedora	PMDB	PDT, PTB, PFL	PDT, PTB, PL, PST	PPB, PDT, PTB, PSC, PFL	PFL, PSDB, PPB, PSC, PTB, PRN, PRP, PST, PSB, PL, PSL, PSD, PT do B, PTN
Partidos em apoio ao governo (presentes na CMC)	PMDB <sup>(1)</sup>	PDT, PTB, PFL, <b>PL</b> , <b>PMDB*</b> ,	PDT, PTB, PL, PST, <b>PFL, PRN, PMDB*</b>	PPB, PDT, PTB, PSC, PFL, <b>PSDB</b> , <b>PMDB*</b>	PFL, PSDB, PPB, PSC, PSB, PST, PTB, <b>PDT*</b>

FONTE: TRE-PR, resultados eleitorais e Câmara Municipal de Curitiba.

NOTA: Quando o partido não toma decisão, mas os parlamentares apóiam individualmente, às vezes dividindo-se entre apoio e oposição.

(1) A eleição que elegeu os parlamentares ocorreu em 1982 e apenas dois partidos conquistaram cadeiras, o PDS e o PMDB. Durante o mandato extraordinário de 6 anos dos parlamentares, houve mudanças partidárias que não puderam ser registradas por falta de dados. Uma das particularidades do período 1985-1988 foi que parlamentares do PMDB deixaram de apoiar o prefeito mudando-se para outros partidos como o PDT, PTB, PFL, iniciando o processo de formação do grupo pró-cidade, mencionado no capítulo anterior.

Podemos distinguir que duas maneiras de construção de gabinetes desenvolveram-se em Curitiba, a partir das eleições de 1985. A primeira, fundamentada na gestão de Requião do PMDB, um gabinete em base partidária, um governo convergente, não de coalizão, pois fundamentado apenas no PMDB, já que a Câmara eleita em 1982 contemplava apenas ao PMDB (maioria) e o PDS. No caso de uma coalizão, o governo teria de dar espaço a outras agremiações e não “reinar” sozinho, como ocorreu, nos anos oitenta, com o PMDB tanto no cenário municipal, quanto no estadual. .A segunda, a partir da primeira vitória do grupo de Jaime Lerner, em 1988, que pode ser chamada de apartidária, num primeiro momento, e também se confunde com estratégias de cooptação ao longo do tempo. O detalhamento sobre as nomeações, as permanências e rotatividades dos nomes nos cargos do executivo serão aprofundados no capítulo seguinte. A partir das entrevistas e das informações sobre a construção das secretarias, não verificamos a interferência direta dos vereadores, dando-nos a impressão de que estes têm um papel de homologação do executivo sobre os cargos, em contrapartida os nomes do executivo se comprometem a atender a base parlamentar de apoio. Essas relações e discussões, todavia, não são aprofundadas neste trabalho

Como garantir o apoio da CMC construindo um gabinete apartidário e de cooptação? Como sustentar a coligação de partidos e aumentar o apoio parlamentar, com outros partidos, ou com outros parlamentares, sem contar com critério partidário? Seria coerente pensar que pelos meios de cooptação uma coalizão torna-se mais instável, pois não pode contar com disciplina nas votações, nem tem como aliado a previsibilidade do comportamento parlamentar. A CMC mostra, todavia, apoio permanente e majoritário ao executivo ao longo do tempo estudado e, principalmente, após 1988. A bancada de apoio ultrapassa facilmente a maioria simples dos vereadores, a mesa executiva, com exceção de um mandato (1989/1990), nunca abrigou componentes da bancada de oposição, as duas principais comissões são sempre presididas pelos membros do bloco de apoio e, se fizéssemos análise das aprovações dos projetos legislativos, provavelmente, comprovaríamos as afirmações dos nossos entrevistados, de que a oposição está sempre em desvantagem por seus projetos e emendas terem baixa aprovação, em relação à situação.

Foi na gestão Requião que os conflitos entre Câmara e Executivo fizeram-se visíveis, provocando a formação no legislativo de um grupo contrário às idéias do prefeito Requião, principalmente no que se referia ao transporte coletivo, e que se consolidou no Grupo Pró-Cidade, fundamentando uma grande bancada de apoio ao executivo a partir da gestão de Jaime Lerner na prefeitura de Curitiba.

Essa estável aliança entre vereadores e prefeitura pode ser explicada pela natureza da instituição, CMC, moldada e molde das regras do processo legislativo local, e pelo comportamento parlamentar majoritário, dentro dela, que estabelecem os vínculos com a administração municipal. De certa forma, a divisão entre bloco de situação e oposição, de direita e de esquerda respectivamente, opera numa situação em que os parlamentares não agem partidariamente e tornam os partidos na CMC fracos, tendo como principal estratégia o governismo. No apoio ao governo em troca de transferências de recursos sob o controle do Executivo para as ações do vereador com a população, o vereador estabelece vínculos com a equipe do



governo. A negociação entre os poderes dependerá principalmente do tipo de cooperação proposto pelo Executivo. (ANDRADE, 1998). As negociações, por sua vez, não parecem ser exclusivamente individuais e indiscriminadas. Há um padrão de relacionamento de situação e oposição que estão apoiadas na rede de coalizão dos Poderes. Alguns desses vínculos poderão ser visualizados e discutidos nas redes operacionalizadas por essa pesquisa, abordadas em capítulo posterior. De início podemos apontar que certos vereadores vão operar na distribuição dos recursos e mantêm-se diretamente ligados com os detentores dos altos cargos executivos.

## 2.4 TIPOS DE VEREADORES

Uma hipótese seria que a relação de apoio do Legislativo ao Executivo se estrutura num tipo de atuação parlamentar particular que foi se perpetuando ao longo do tempo, reforçada pelas escolhas da formação do grupo Jaime Lerner até hoje, sendo base para atuação parlamentar e baseada nas regras do processo legislativo da CMC.

Eli Diniz, em seu trabalho sobre máquina política (1988), aponta para a consideração do sistema de incentivos como um elemento estruturante de apoio e sustento de um grupo no poder, utilizados pela organização como estratégias de sobrevivência política. A autora baseia-se em quatro (4) modalidades de incentivos, que poderiam ser simplificadas em três: 1) materiais, 2) solidários (específicos e coletivos) e 3. de identificação, para ponderar sobre a "forma de constrangimento e de influência sobre o comportamento individual dos membros de uma organização que os tipos de incentivos exercem" (DINIZ, 1988, p. 29-31). A sugestão de uso dessas considerações da autora, aqui, com relação à conexão entre grupo no executivo e base de apoio parlamentar, diz respeito ao estabelecimento de um sistema de incentivos predominantemente materiais, aos moldes da caracterização

de máquinas políticas. No entanto, a organização não tem base no partido, nem se circunscreve a ele, mas a uma coalizão de governo, em que o seu núcleo se expande pela dominação de recursos do Executivo Municipal.

Para tentar entender os atores envolvidos na sobrevivência do grupo político no poder municipal em Curitiba, desenvolvemos uma classificação de tipos de vereador, a partir do que se observou, pelas biografias dos vereadores, sobre a relação do vereador com o seu eleitorado, levando-o a conquista do cargo parlamentar. Não classificamos através dos conteúdos de políticas públicas propostas por eles, mas aos moldes da tipologia efetuada por Miranda (ZAPPI, 2004). Retiramos as informações das biografias dos vereadores, que suas assessorias elaboraram, para constar oficialmente nas informações da CMC, Assembléia Legislativa do Paraná e Congresso Nacional.<sup>27</sup>

Como em toda classificação, a separação dos vereadores em cada categoria não significa restringi-lo a uma origem única, bem delineada, sem permeabilidade de influências dos vários tipos. Importa entender que as categorias foram supostas, *a posteriori*, baseando-se nas informações disponíveis nos discursos biográficos. Em algum ponto eles declaram sua identidade, ou silenciam-se sobre vínculos não existentes. Não possuíamos todas as biografias dos vereadores que passaram pelas cadeiras da CMC, mas, tínhamos as biografias simplificadas de pelo menos 50% dos vereadores eleitos, desde a eleição proporcional de 1988,<sup>28</sup> para construir algumas relações provisórias sobre o comportamento dos vereadores.

Dividimos os vereadores segundo quatro categorias: 1. comunitários; 2. midiáticos; 3. temático-institucionais; 4. técnico-políticos. A primeira categoria con-

---

<sup>27</sup> Já que muitos ex-vereadores se tornaram deputados estaduais e federais.

<sup>28</sup> Dos 33 vereadores eleitos em 1988, foram conseguidas 18 biografias. Dos 33 eleitos em 1992, conseguimos apenas 17 biografias. Em 1996, conseguimos de 25 e de 2000, tínhamos 30. reforço que as biografias são feitas pela assessoria de modo opcional a constar na página de divulgação pública da Câmara e Assembléia.

templa os vereadores que têm sua origem ligada às associações de bairro, grupos de bairro da escola, ou também declaram defender interesses do bairro, instalam escritórios nas comunidades, mantendo vínculos de atendimento à população. No caso da segunda, são parlamentares que se estabeleceram nos meios de comunicação, e assumem como identidade principal sua atividade na mídia, trazendo uma imagem pública anterior quando assumem suas cadeiras. Não basta ter um programa de rádio, mas já o ter antes da carreira política. Os ditos temáticos-institucionais seriam os vereadores que provêm de ligações com categorias específicas, como sindicatos, movimentos ecológicos, movimento religioso, movimento estudantil, etc. São parlamentares já familiarizados com outros tipos de ação política, como passeatas, abaixo-assinados, pois já se socializaram organizando atos para os seus movimentos e categorias e isso, muitas vezes, marca sua atuação parlamentar. O quarto tipo diz respeito àqueles que se identificam por terem começado a carreira política a partir de ligações com outros políticos, seja em órgãos do executivo, ou como assessores, ou de alguma forma percorrem os passos daqueles a que se declaram vinculados (avô, pai, líder...). Dentre todas as categorias, somente a última pode indicar um vínculo mais fraco entre o vereador e a população, no início da carreira política, pois pressupõe que ele tenha se socializado politicamente através de lideranças e cargos, sem necessariamente atuar junto à população.

Com as poucas informações de que dispomos, podemos apenas notar que há um certo equilíbrio entre vereadores de origem tipo comunitário e de tipo temático-institucional, com exceção da legislatura de 2000, em que os deste último tipo dobram. No entanto, não foram avaliados os suplentes e nem toda a composição das legislaturas, assim seria prematuro tentar tirar considerações a respeito. Especulamos no sentido de achar uma relação entre tipo da origem política do vereador e o comportamento situacionista da CMC. Questionamos que tipos

estão sendo estimulados a manter uma base de apoio ao executivo, ou que práticas são consolidadas, conformando e controlando os tipos de vereadores eleitos.<sup>29</sup>

Da tipologia da origem do capital político dos vereadores podemos argumentar sobre uma concepção a respeito do comportamento do vereador, em termos gerais, que se agrega ao grupo no poder do executivo. O parlamentar tem no executivo os instrumentos necessários para o atendimento das demandas de seus eleitores, o Executivo precisa do parlamentar para viabilizar seus projetos, assim negociando seus recursos com os mesmos. Uma concepção de clientelismo, em que, retomado o argumento de Diniz (1988), os sistemas de incentivos materiais delineiam o perfil e caracterizam a dinâmica de formação e desenvolvimento de um grupo no poder. As relações interdependentes que se estabelecem entre cidadão-vereador e vereador-executivo seriam assimétricas, pessoais e estariam fundamentadas nas concessões de benefícios particularizados, principalmente tangíveis, mas que não se restringem ao campo econômico da troca, envolvendo questões de prestígio, deferência pessoal, lealdade, gentileza, etc. Um modo de ação política em si.

Segundo Bezerra (1999) há um problema para se pensar as práticas clientelistas, pois estas não são pensadas como tendo estatuto sociológico próprio. O sistema de clientela tende a ser integrado com posição subordinada ao sistema político moderno, baseado nos conceitos de representação, multipartidarismo e liberalismo, um modelo ideal de política. São vistos ou como resquícios de formas de dominação tradicionais, ou como maneiras desviantes, ligadas à corrupção das instituições públicas. Nisso, se perde conceitualmente ao tratar o clientelismo como anomalia do sistema de representação, porque se deixa de explicar os mecanismos pelos quais ele opera e convive com outros tipos de atividades e sistemas de

---

<sup>29</sup> Seria interessante apontar a necessidade e a atenção para um trabalho que pudesse efetivar uma tipologia do comportamento parlamentar, a partir de estudo de caso mais detalhado, sobre proposições, plenário e gabinete do vereador em conjunto com a origem do seu capital político, que não será realizado nesta dissertação.

representação política. A troca de votos por favores, a distribuição de benefícios particularistas, a perpetuação de relações assimétricas entre cidadãos, podem ser avaliados como um fenômeno político autônomo e dotado de racionalidade, sem postular incompatibilidade operacional entre clientelismo e os pressupostos do Estado republicano-democrático.

De acordo com Bezerra (1999), a concessão de favores relacionados aos órgãos públicos e à obtenção de recursos são mecanismos sociais através dos quais os parlamentares acumulam certo poder social. As chances de concessão desses favores e recursos passam pelas relações estabelecidas entre vereadores com a Câmara e com o Executivo. Assim, tanto a CMC quanto a prefeitura exercem controle sobre a distribuição desse poder social: sobre o acesso aos recursos e como se distribuem esses recursos e favores disponíveis aos membros do grupo. Aos parlamentares interessa o acesso às arenas decisórias capazes de atender às demandas do seu eleitorado, seja de base comunitária, temática ou midiática, e ao controle de postos. No caso de uma coalizão de cooptação e apartidária, são principalmente os acessos que manterão a aliança majoritária entre poderes, produzindo a circulação constante dos benefícios aos aliados, pois a nomeação de cargos não está tão clara na coalizão de Curitiba, como no caso de São Paulo (ZAPPI, 2004).

Os acessos se constituem em estratégia política para os parlamentares e possibilitam as intermediações com seus pares e com a sociedade. A atuação dos vereadores, aliás, dos parlamentares em geral, como mediadores de demandas dos eleitores junto aos órgãos executivos tem raízes históricas (BEZERRA, 1999; KUSCHINIR, 2000). Assim, parece bastante racional que o vereador tenha um comportamento situacionista e a Câmara também. Mas, faz-se a ressalva de que essa concepção de acesso de Kuschnir se fundamenta na idéia de um tipo de vereador, o vereador comunitário, que pode ser estendido para o temático-institucional sem um caráter ideológico.

A valorização dos acessos aos recursos do executivo por parte dos parlamentares levaria a um comportamento previsível dos políticos, de tipo situacionista: “*Os acessos definem as noções de política, poder público, assim como a identidade do político*” (KUSCHNIR, 2000, p.105). Assim, de certa forma, os acessos possuiriam maior peso no campo da política local do que os partidos. Alguns estudos sobre o processo legislativo demonstram que os vereadores da base de sustentação do governo têm vantagens na aprovação de projetos e emendas legislativos.<sup>30</sup> Certos depoimentos dos entrevistados nesta pesquisa<sup>31</sup> endossam esses argumentos sobre os benefícios predominantemente exclusivos aos membros da base de apoio. As relações clientelistas entre órgãos do executivo e vereadores favorecem, também, a transformação das propostas, requerimentos e emendas legislativas em crédito perante os eleitores. Os entrevistados ilustram a relação de interdependência entre poderes, afirmando que não somente o vereador reivindica execuções de emenda requerida pela sua comunidade, mas também os órgãos das secretarias apontam, *a priori*, que obras já constam para execução nas secretarias e os vereadores podem tomar crédito por elas, ao encaminhar uma proposição que já sabem que será atendida.<sup>32</sup>

---

<sup>30</sup> Um pressuposto distributivista puro, todavia, não dá conta da complexidade das relações de mediação do vereador. Primeiro, porque se concentraria na análise de proposições legislativas, omitindo as outras atividades presentes no cotidiano dos gabinetes parlamentares. Segundo, a idéia de base eleitoral restrita, para a qual o eleito serviria de ponte até os recursos, não se adapta ao modelo eleitoral proporcional que molda as competições para as câmaras municipais brasileiras. Ver a respeito da corrente distributivista, seu pressuposto e novo institucionalismo em: **LIMONGI**, Fernando. 1994. “O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: a literatura Norte-Americana recente, *in* **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)**, nº 37.

<sup>31</sup> As identidades dos entrevistados não serão reveladas. As entrevistas fazem parte da aplicação do método de análise de redes ao objeto da pesquisa. Os entrevistados são ou funcionários públicos, ou assessores parlamentares, ou assessores do executivo, cargos comissionados da prefeitura, ou os próprios políticos ocupantes de cargos eletivos, que atuaram ou ainda atuam no domínio da política local, na cidade de Curitiba, no período compreendido entre 1985 e 2000.

<sup>32</sup> Não há como entender esses casos, todavia, como norma, pois não há como estudá-los com maior precisão, devido ao sigilo que envolvem essas práticas informais do *policy making*.

Os vínculos diretos com as secretarias por parte da bancada de apoio reduzem a importância dos requerimentos de informações, objeto típico de fiscalização do executivo. Informações da cidade podem ser conseguidas com maior confiança devido ao mecanismo de influência operado pelo sistema de incentivos da organização/ do grupo. No entanto, não conseguimos identificar como opera o controle de postos nos órgãos do Executivo por parte da bancada de apoio em Curitiba. Em nenhuma entrevista, os ocupantes dos cargos das administrações regionais ou quaisquer nomes das redes, que são trabalhadas no capítulo IV, foram identificados como indicações dos vereadores.

Os parlamentares sem acesso à prefeitura, de oposição declarada, por sua vez, têm os mecanismos formais, impessoais de acesso aos órgãos do executivo. Os incentivos para o clientelismo individualista não têm efeito uniforme em toda a CMC. Os estímulos, assim, são mais fracos entre aqueles que – excluídos dos círculos imediatos do poder e da patronagem – estão fora da base de apoio ao governo. Estes empenham as suas energias no ativismo oposicionista. Eles partilham de acessos limitados aos órgãos do Executivo, envolvendo-se mais na tentativa de compreensão do processo de acessos do que na conquista deste em si, e, de certa forma, atuam num espaço marginalizado pela imposição da regra da maioria simples. Mas, seria neste sentido que se viabilizariam espaços para formação de contra-redes de poder, o que se observou pelos vínculos do grupo do PMDB, descritos no capítulo IV.

Não se deve restringir as estratégias de sobrevivência eleitoral dos vereadores a objetivos particularistas. Cabe mencionar aqui apenas o cuidado de lembrarmos que as atividades dos vereadores contemplam um amplo leque de relações com eleitores e executivo. Seria problemático enxergar apenas os objetivos formais da representação parlamentar municipal, restringindo-os à produção de leis, pareceres, emendas e requerimentos de fiscalização. Até porque mesmo através dos requerimentos e seus trâmites formais, os vereadores usam desses instru-

mentos para legitimar um sistema de incentivos solidários com o seu eleitorado. As atividades realizadas nos gabinetes e em escritórios particulares, as atividades envolvendo sua propaganda, as atividades nos partidos, nas associações, nos sindicatos ou noutros movimentos fazem parte da agenda de representação dos vereadores.

O que podemos entender até agora é que, ao contrário do que se quer, os princípios e os ideais, as regras de relacionamento entre poderes e de funcionamento do parlamento local incentivam mais as atividades fora do âmbito legislativo restrito. Além disso, a força com que as práticas clientelistas, no âmbito local, constroem ou reforçam os princípios, os instrumentos e o comportamento dos atores políticos, tem encaminhado as ações pelo lado pessoal, informal. A lógica formal e impessoal é desafiada por dentro do processo decisório institucional, demonstrando a permeabilidade dos poderes municipais.

## 2.5 RELAÇÕES ENTRE VEREADORES E ELEITORES

A relação entre líderes, em nosso caso, os vereadores e cidadãos é ambígua. Os líderes não são mais a elite do passado. Dahl (1998), em seu livro “Who Governs”, descreve como a fragmentação do controle sobre os recursos econômicos, políticos, culturais e sociais criaram uma classe política, heterogênea, competitiva, suscetível às influências do eleitorado. Os líderes precisam pensar nas preferências dos eleitores e entendem, de maneira ampla, a sua sobrevivência política como uma relação de legitimação e prestação de contas aos eleitores. Os sistemas clientelísticos considerados anteriormente se constituem em formas de legitimação, de atendimento de preferências e também de prestação de contas, porém, de âmbito particularista. As escolhas de representação em processos personalizados se mantêm conseqüentemente através de práticas personalizadas. Os vínculos, nesse caso, entre eleitor e político supõem uma maior estabilidade



explicada por relações de dependência. Obviamente, parlamentares de ação clientelista, no nosso sistema eleitoral proporcional, contam com votos que estão além de sua ação localizada, pois há incentivos para que eles difundam sua ação em busca de apoio eleitoral.

Essa identificação eleitoral mais ampla pode muito bem se fundamentar em cima da clivagem direita e esquerda, representada pelos blocos PDT (PFL, PTB, PPB) x PMDB (PT) mencionados no início do capítulo. Sabe-se que os competidores do jogo eleitoral não são os partidos como unidades diferenciadas, mas candidatos e coligações formadas por diversos partidos, possibilitando a visualização de blocos.

A divisão entre situação e oposição também se constitui em matéria de identificação para o eleitor. No caso da CMC os prefeitos se uniram aos partidos da coligação e a alguns vereadores, em particular, para comporem maiorias de governo estáveis. A participação do vereador na bancada de apoio, desta forma, pode ser vista como uma sinalização para o eleitor. Para Fabiano Santos (2003), estudando o caso do Congresso Nacional, pertencer ao bloco do governo seria uma estratégia do deputado para sinalizar a sua base eleitoral qual posição ele adere, já que, a população tem incerteza sobre os responsáveis pelas políticas públicas. No caso local, a sinalização além de se referirem à responsabilidade pelas políticas públicas, contempla também a possibilidade de acesso aos benefícios das políticas públicas de um modo mais direto.

A identificação do eleitor com o político pode manter um político no cargo representativo. Um problema derivado disso seria a permanência dos políticos na CMC. A idéia central parte de Fabiano Santos (2000), em que a capacidade do legislativo Federal em reter políticos está positivamente relacionada com o poder de agenda do mesmo. Ou seja, supostamente, quanto maior o poder de agenda do Legislativo, quanto mais este é relevante para o processo decisório de políticas públicas, maior capacidade de reter políticos, maior permanência dos mesmos nos

cargos parlamentares. Santos indica que a permanência do político na instituição mostra seu interesse na carreira e verifica que, mesmo o Legislativo, atualmente, não sendo capaz de compartilhar a agenda pública com o Executivo (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999), a média de permanência dos parlamentares é alta. A questão de reter membros, então, se volta para o perfil/tipo dos deputados, que significa identificar o desenvolvimento de senioridade, *expertise* e força eleitoral. Este autor constata que a Câmara dos Deputados é habitada por deputados inexperientes e de desempenho eleitoral médio, estes permanecendo por períodos longos. Seus pressupostos referem-se a Weber, quanto mais poder ao parlamento, mais preparados se tornam os parlamentares, melhor a qualidade de líderes, menor o peso da burocracia. Essa constatação poderia indicar um interessante caminho para trabalhar com os vereadores de Curitiba, provavelmente, verificaríamos perfil semelhante. No entanto faremos um trabalho mais simplificado a respeito da reeleição dos vereadores.

Verifica-se, na CMC, que a eleição de 2000 elegeu 45% (16 do total de 35 cadeiras) de vereadores que já tinham ao menos 3 mandatos na CMC. A eleição de 2004 mantém uma porcentagem de 47% de vereadores com, ao menos, 3 mandatos na CMC (18 do total de 38 cadeiras).<sup>33</sup> Os nomes que compõem a Mesa executiva da Câmara também indicam uma certa deferência ao tempo do vereador na casa. Com exceção da Mesa do período de 1991-92, em que apenas o presidente já estava em seu segundo mandato, todas as Mesas seguintes compunham-se de vereadores, no mínimo em seu segundo mandato, salvo algumas exceções.

No caso da CMC a estrutura institucional da CMC beneficia o bloco de situação e o comportamento de aquisição de acessos à administração municipal, em contrapartida do apoio à agenda do executivo O canal da representação que seria o principal acesso para *loci* de decisão – poder de agenda – transforma-se no principal acesso para *loci* de implementação. De um lado, o poder de acessos se transforma num incentivo tão importante para a carreira do vereador quanto o poder de agenda.

---

<sup>33</sup> Três cadeiras foram aumentadas segundo decisão do TSE de 2004.

De outro, o perfil do parlamentar pode se assemelhar ao dos deputados, estudado por Santos (2000). No entanto, esses tipos de dados não estão disponíveis e completos nesta pesquisa, e só é possível especulação.

### 2.5.1 Reeleição

Os vereadores com vínculo de dependência com a comunidade têm interesse em investir na continuidade de sua carreira política. E a suposta atração por cargos executivos não exclui o investimento nos cargos parlamentares, tendo em vista o poder de acesso em Curitiba. O interesse em influenciar no processo decisório se contempla com os acessos e a constante circulação de benefícios, caso a opção do vereador se vincule à estratégia da sobrevivência via apoio executivo. Pois, mesmo se assumindo a predominância do executivo na CMC, os vereadores de apoio estariam envolvidos nos processos decisórios que lhes interessam. Seriam os políticos de oposição ou “independentes” que teriam mais problemas para realimentar seu interesse no desenvolvimento de uma carreira voltada ao parlamento. Mesmo assim, os vereadores de oposição de Curitiba desenvolveram carreiras parlamentares e investiram nas suas candidaturas de reeleição, em sua maioria, mesmo os do PMDB que tiveram oportunidades de ocupar cargos no executivo estadual durante o período.

Muitos políticos locais investem na conquista dos cargos na CMC, a ponto de vereadores candidatos à reeleição, que não se reelegem, candidatarem-se novamente na outra eleição.<sup>34</sup> Pouco muda se a reeleição seria o objetivo principal

---

<sup>34</sup> Eugênio Bim, Ítalo Tanaka, Antônio Marchalek voltam a se candidatar em 1988 e perdem como em 1982. Eugênio Bim e Santiago Losso se candidatam em 1992 e perdem como em 1988. Luiz Ernesto se candidata em 1996 e ganha após perder em 1992. Paulo Salamuni, Geraldo Bobato e Marcelo Almeida se candidatam e se elegem em 2000, após derrota em 1996. Josias Lacour e Rosa Maria Chiamulera se candidatam em 2000 e perdem como em 1996. Jonathas Pirkiel se candidata e não se elege em 2000, após alguns anos de afastamento após derrota para prefeito em 1992. Borges dos Reis e José Gosrski secandidatam em 2004 e não se elegem, assim como em 1996. Nely Almeida, Custódio, Sandoval e Tito Zeglin retornam a CMC em 2004, após derrota em 2000. A primeira assumiu a suplência do cargo de Mauro Moraes em 2003.

do político ou um objetivo intermediário para as taxas de reeleição, pode importar para distinguir um comportamento parlamentar voltado exclusivamente à reeleição e um outro diferenciado, mas este assunto demandaria um estudo diferente.

O período da década de 80, da transição democrática, foi de alta renovação dos parlamentares municipais. Na eleição de 1982, somente se reelegeram nove vereadores para os 33 lugares disponíveis (27%). O PMDB foi o grande responsável por essa renovação, dos nove vereadores reeleitos, 7 eram do PDS e o PMDB acabou ocupando 60% das vagas da CMC, 20 vereadores entraram por esta legenda. Também, dos 33 vereadores eleitos em 1982, apenas 8 (24%) foram reeleitos em 1988 e apenas um faria seu terceiro mandato (José Gorski). Foi a maior taxa de renovação da CMC durante o período estudado. A coligação para a eleição majoritária que fez o prefeito, Jaime Lerner, ocupou 14 das cadeiras (42%). Porém o bloco de sustentação do governo era maior, consolidando o processo da construção do grupo interno da Câmara chamado Pró Cidade.

Sabe-se que os resultados das eleições proporcionais possuem razoável dose de imprevisibilidade (MELO, 2004, p.61). Mas, a década de 90 mostrou uma alta taxa de reeleição, conseqüentemente, apontando alguma vantagem dos ocupantes de cargos. A Câmara eleita em 1992 tinha 22 vereadores reeleitos (66%), as maiores votações foram deles, com exceção do primeiro da lista, Íris Simões.<sup>35</sup> Desses reeleitos 19 compunham o bloco de apoio ao executivo. Dentre eles, 1 vereador entraria para seu quarto mandato consecutivo, 6 para o terceiro mandato e 15 para o segundo. Pela falta de dados,<sup>36</sup> não pudemos identificar quantos eram da coligação vencedora, mas, ao menos, 13 vereadores eram da coligação para eleição majoritária que apoiou o prefeito eleito.

Já nas próximas eleições municipais, de 1996, as cadeiras aumentam de 33 para 35 no total e 21 foram ocupadas por vereadores reeleitos (60%): 1 pelo seu

---

<sup>35</sup> Irmão de Carlos Simões ex-vereador, ambos radialistas. Pode-se especular a respeito da transferência de votos do irmão não candidato, para o irmão candidato.

<sup>36</sup> Dados incompletos fornecidos pelo TRE-PR – não constam todos os partidos que fizeram alianças para a eleição majoritária.

quinto mandato, 4 pelo seu quarto mandato;<sup>37</sup> 9 pelo seu terceiro mandato;<sup>38</sup> e 7 pelo seu segundo mandato.<sup>39</sup> Dentre eles 13 foram reeleitos pela coligação na eleição majoritária que apoiou o prefeito eleito, mas apenas 3 não se declaravam do bloco de apoio ao executivo.

Na eleição de 2000, 63% (22 das 35 cadeiras) da CMC eram vereadores reeleitos: 3 pelo seu quinto mandato (desde 1982); 7 pelo seu quarto mandato; 6 pelo seu terceiro mandato;<sup>40</sup> e 6 pelo seu segundo mandato. 12 vereadores que foram eleitos em 1988, foram também eleitos em 2000. Dentre eles, 10 faziam parte do Grupo Pró-Cidade iniciado na gestão de Requião e consolidado na gestão Jaime Lerner.

Os dados que fundamentaram essa descrição a respeito da reeleição dos vereadores são do TRE-PR. A partir da lista dos candidatos a vereador de eleição para eleição, verificamos quem foi reeleito. Isso significa que os suplentes que assumiram parte do mandato não estão contabilizados nas candidaturas para a reeleição. Estes dados estão nos anexos. Sabemos que mais da metade dos suplentes cumprem, ao menos, a metade do período de mandato (2 anos) que, a partir da eleição de 1988, coincide com os anos das eleições estaduais e federais. E que o uso do mandato poderia assegurar algumas vantagens em relação aos não mandatários,<sup>41</sup> mas os dados sobre os suplentes eram insuficientes para considerá-los.

---

<sup>37</sup> Nesta categoria 6 vereadores da legislatura anterior poderiam completar o quarto mandato, mas, dois não se candidataram, ou seja não houve taxa de falência nesse subgrupo.

<sup>38</sup> Nesse subgrupo dos 15 que completariam seu terceiro mandato com uma reeleição, 12 se candidataram, três perderam o mandato (25% de falência).

<sup>39</sup> A exemplo das notas anteriores, 8 se candidataram, 7 se reelegeram (12% de falência, o que significa um indivíduo apenas).

<sup>40</sup> Taxa 0 de falência, dos 7 que poderiam completar seu terceiro mandato, 6 apresentaram candidatura.

<sup>41</sup> Essa discussão provém desde Mayhew, David. 1971. *Congress The Electoral Connection*. New Haven and London: Yale University Press.

## 2.5.2 Migrações

Outro problema a ser iluminado na relação político eleitor trata da migração parlamentar. Nos modelos clássicos a identificação partidária importa para a redução de custos de informação dos eleitores. Em um contexto em que a escolha eleitoral é personalizada, o que importa não é tanto o novo partido em si, mas as condições que este oferece para a disputa, e não existe garantia (MELO, 2004, p. 127). As migrações tendem a não ser punidas pelo eleitor.<sup>42</sup>

Realizar a mudança de partido não constitui nenhum problema, pondera Ranulfo Melo, as regras eleitorais facilitam essa decisão. “*A mudança de partido poderá, portanto, ocorrer sempre que o deputado a considerar benéfica, ou pelo menos, não prejudicial à sua carreira. ... (mas) o cenário é de incerteza em relação aos efeitos das opções feitas.*” (MELO, 2004, p.63). Se pensarmos num parlamentar preocupado com sua sobrevivência política, a migração não pode lhe acarretar perdas, principalmente num contexto de reeleição ao cargo. Assim como é preciso haver alternativas para a mudança.

Pôde-se observar em Curitiba, até agora, apenas as mudanças de eleição para eleição (ver tabela 5). Os dados das migrações partidárias intramandatos não eram completos, por isso não pudemos averiguar a respeito das frequências de migrações durante os mandatos, nem desenvolver relações com o período de escolha da Mesa executiva da CMC. Considerações a respeito da relação das migrações e o aumento dos partidos na CMC, sem esses dados, também, ficam prejudicadas.

---

<sup>42</sup> Embora um caso não prove a afirmação, ele mostra-se interessante como descrição do procedimento migratório: Mauro Moraes, foi o vereador mais bem votado da história de Curitiba (resultado de 2000), inclusive dos resultados recentes de 2004: em 2000 conquistou o seu 5 mandato consecutivo, realizando 3 mudanças de partidos: o PMDB(1983 e 1988) para PRN (1992), deste para o PSDB(1996), e então para o PSC (2000).

TABELA 5 - MUDANÇAS DE PARTIDO DOS VEREADORES DE CURITIBA POR MANDATO, SEGUNDO TIPO DE MIGRAÇÃO – 1988-2004

TIPO DE MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA	1988/1992		1992/1996		1996/2000		2000/2004	
	Abs	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs	%
Mudanças novas	8	36,4	4	19,1	11	50,0	5	26,3
Reincidentes*		*	2	9,5	2	9,1	6	31,6
TOTAL**	22	100,0	21	100,0	22	100,0	19	100,0

FONTE: TRE-PR, resultados eleitorais, elaboração própria.

NOTA: \*o total se refere aos vereadores reeleitos. \*\* quando vereadores que já haviam migrado anteriormente, fazem novamente uma mudança, só pode ser contado a partir de primeira mudança considerada.

O questionamento a respeito da instabilidade que as migrações trariam às bancadas dos partidos, todavia, não faz muito sentido se observamos que os *loci* de decisões da CMC são os blocos de situação x oposição. Como já consideramos, na CMC há poucos incentivos que institucionalizam um tipo de comportamento partidário restrito: não há centralização de decisões nos líderes, blocos podem ser feitos e refeitos transpassando legendas, há grande fragmentação e certo equilíbrio de cadeiras entre os partidos, o que não permite nenhuma dominância. A força da expressão de uma divisão entre bancada de apoio ao executivo e bancada de oposição nas negociações da casa são mais comuns do que negociações partidárias.

Todos os migrantes com exceção de Jorge Samek, que passa de 1988 do PMDB para o PT em 1992, eram da Bancada de Apoio ao Executivo no mandato anterior a sua mudança de partido. As migrações não parecem acarretar problemas para a coalizão de governo. Os vereadores da bancada de apoio, trocados seus partidos, continuam na bancada de apoio. Os vereadores também acompanham a mudança de partido do prefeito. Na legislatura de 1997-2000, 6 vereadores faziam parte do PDT, com maior bancada da CMC, 5 deles mudaram de partido com a mudança de Jaime Lerner para o PFL, porém nem todos foram para a mesma legenda, houve uma distribuição para PFL, PTB e PSB. Todos partidos possíveis de futura aliança. Essa migração em massa criou problemas para o partido abandonado, não para o sustento do Executivo, pois todos os vereadores migrantes

também eram presidentes de diretórios zonais do PDT e mantinham a estrutura desses escritórios.<sup>43</sup>

O volume de migrações aqui verificado não pode afirmar nada sobre a disciplina dos vereadores, tampouco mostrar fragilidade do apoio ao executivo, mas não autoriza que se fale em vínculos fortes entre partido e parlamentar.

Essa discussão sobre fragilidade das instâncias partidárias no âmbito local aponta caminhos para conhecermos melhor como as lideranças políticas se relacionam entre elas, mais especificamente, como o grupo no Executivo se apropria das estruturas partidárias e como é influenciado pelo tipo de partido em que se encontra. Esse debate prossegue no próximo capítulo, que aprofunda as considerações a respeito da distribuição de cargos nomeados no Executivo Municipal da capital paranaense.

---

<sup>43</sup> Depoimentos dos entrevistados contam a respeito de como os presidentes de zonais/vereadores desestruturaram o PDT, levando atas de reuniões internas e lista de filiados embora consigo, como se fossem bens pessoais.



### **3 CONTROLE DO EXECUTIVO: HISTÓRIA E ESTRUTURA DAS INDICAÇÕES PARA OS ALTOS CARGOS EM CURITIBA DE 1985 A 2004**

Como anunciado na introdução desta dissertação O grupo político que permanece no poder municipal da cidade de Curitiba de 1989-2004<sup>44</sup> se construiu a partir de uma combinação vitoriosa entre elites locais e grupos técnicos de planejamento que nasceram da atuação no IPPUC,<sup>45</sup> centralizado pelo ex-prefeito Jaime Lerner. Neste capítulo pretendemos desenvolver a análise sobre o tipo de gabinete formado no poder municipal.<sup>46</sup> Visto que Jaime Lerner ingressa na vida pública através da geração de políticos da ditadura, o perfil técnico, menos ideológico, mais voltado para o gerenciamento não consta como nenhuma novidade. Queremos, nesse capítulo, identificar esse perfil, a permanência das pessoas nas gestões e as nomeações partidárias, para auxiliar na descrição posterior das redes, analisadas nesta dissertação.

Diz-se que prefeitos com fraco apoio partidário usam a nomeação de secretários para outros fins, entre os quais, recompensar os amigos ou recrutar especialistas para o governo. De um lado, Jaime Lerner e seus sucessores, na prefeitura de Curitiba, recrutam um grupo de tipo especialista e que mantém relações diretas com Jaime Lerner. No entanto, esse grupo teve apoio partidário desde a primeira vitória eleitoral em 1988. Tanto as coligações eleitorais como a coalizão de governo, contaram com a adesão de um grupo estável de partidos e

---

<sup>44</sup> A eleição de 2004 elevou o vice-prefeito de 2000, Carlos Alberto Richa (Beto Richa), ao cargo de prefeito, que tinha apoio de Jaime Lerner afastado da cidade e desvinculado do PFL paranaense.

<sup>45</sup> Principalmente neste órgão, se visto pela ótica municipal. Mas, a combinação entre elite e técnicos se fez também no governo do Estado a partir, da gestão de governo Ney Braga em 1960, em que a criação de agências e órgãos de planejamento foram ponto central para o “desenvolvimento” do Paraná. Ver KUNHAVALIK, 2004.

<sup>46</sup> Os dados não foram totalizados para o desenvolvimento dessa parte da dissertação.

pessoas ao longo do tempo, como visto no capítulo anterior. De outro lado, encontramos um gabinete majoritariamente partidário no caso da gestão Requião. Em ambos os casos, podemos identificar os secretários como pessoas próximas ao prefeito, formando um grupo razoavelmente coeso durante o período em que se encontram na administração municipal.

Assim, as discussões do capítulo estão estruturadas em quatro partes. Primeiro, problematizamos a herança tecnocrática das gestões da prefeitura de Curitiba do período ditatorial e o papel dos técnico-políticos que ingressam na política e participam das eleições posteriores na cidade. A segunda parte esclarece sobre o período em que o MDB conquista o executivo na Capital e promove uma reforma administrativa na prefeitura, criando secretarias e cargos. Na terceira seção, debatemos sobre o grupo Jaime Lerner que consolida seu sucesso eleitoral no executivo de Curitiba. Por fim, pontuamos algumas indicações para entendermos as redes sociais que envolvem os Políticos e os Poderes no município.

### 3.1 ORIGEM TECNOCRÁTICA EM CURITIBA

Como já mencionamos em outros capítulos, o período ditatorial foi marcado pelas idéias de modernização e planejamento central, em que os técnicos detinham a competência para as realizações. Essas idéias já haviam sido incorporadas pelos governos anteriores, mas a distinção ditatorial concentrou-se em colocar nos postos, tradicionalmente políticos, homens técnicos. O argumento que enfatiza o papel de analistas e planejadores na administração pública fundamentou a ascensão da tecnocracia.

No Paraná, os governos de Ney Braga (1960-1964 e 1979-1982) desde 60 promoviam a divulgação das idéias de modernização planejada. Seus discursos estruturavam-se em idéias de industrialização e racionalização da gestão pública. Conforme estudo realizado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e

Social (IPARDES) em análise das mensagens dos governos Braga: “ *uma vez iniciada a industrialização... torna-se necessário racionalizar a máquina administrativa e dotá-la de eficientes mecanismos*” (IPARDES, 1989, p.62). Além disso, na década de 60 os governos do Paraná defendiam a criação de empresas de economia mista, tendo por modelo o governo como promotor do desenvolvimento econômico sem estatização da economia (IPARDES, 1989), bem como destinavam recursos à ampliação e instalação de infraestrutura básica para tal desenvolvimento – rodovias e energia elétrica. No início da primeira gestão de Ney Braga (1960-1964), a Secretaria de Viação e Obras<sup>47</sup> perpetua a tendência de receber a maior porcentagem do orçamento estadual. Dentro dela o Departamento de Estradas e Rodagens e o Departamento de Edificações, água e esgotos recebem 90% do orçamento desta secretaria. O diretor do primeiro, na época foi Saul Raiz, engenheiro civil, quadro do grupo Ney Braga, mais tarde assume a prefeitura de Curitiba e constitui-se num dos executores do Plano Diretor de Curitiba na década de 70. Ivo Arzua, também engenheiro civil, por sua vez, foi diretor do segundo departamento no início dos anos 60, foi eleito prefeito de Curitiba em seguida em 1962.

A ideologia de planejamento sistematizado e a produção de inúmeros planos e programas especiais e de desenvolvimento têm o auge na década de 70. Havia a necessidade/imposição de concatenar as práticas de governo nos diversos níveis, atrelando a liberação de recursos ao vínculo com os programas nacionais. Num mesmo sentido a centralização financeiro-administrativa nacional e o aparente sucesso do milagre econômico produzem a redefinição do administrador público, apresentando a competência técnica como o mais alto valor para legitimar a vontade do governo. Nesse sentido os governos no Paraná se adequaram às diretrizes do Regime Militar, havia uma defesa do regime instalado em 1964 pelos governadores.

---

<sup>47</sup> Ao longo do tempo as secretarias de educação e da fazenda passam a ocupar os primeiros lugares na distribuição das dotações orçamentárias, mas a secretaria de viação e obras públicas ainda recebe mais do que muitas outras, ver IPARDES 1989, p. 64-65.

Alguns políticos e tecnocratas paranaenses ocuparam altos postos do Regime: Ney Braga foi ministro de Castelo Branco e Geisel; Ivo Arzua foi ministro de Costa e Silva; e Maurício Schulman foi presidente do Banco Nacional de Habitação (BNH) no governo Geisel e presidente da Eletrobrás no governo Figueiredo e Karlos Rischbieter foi presidente do Banco do Brasil no governo Geisel e Ministro da Fazenda com Figueiredo até 1980, participou do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Os governos Ney Braga iniciaram e finalizaram a consolidação de um modelo tecnocrático desenvolvimentista no Paraná. No princípio Ney Braga caracterizou seu governo pelo diálogo entre partidos formando uma coalizão, ao passar do tempo, tornou-se um homem do Regime Militar e sua gestão identifica-se com fortes traços tecnocráticos. Vinculado às famílias tradicionais da elite paranaense, não se restringiu ao seu apoio e conseguiu sustento de outros setores, como os militares e a Igreja católica, numa união de burguesia industrial, comercial e financeira (KUNHAVALIK, 2004). Seu governo contemplou tanto indicações partidárias como acomodou tecnocratas, assim como impulsionou candidatura de inúmeros nomes políticos fortes até recentemente na dinâmica política Paranaense. Reinhold Stephanes fez parte do núcleo técnico do governo, e começa a disputar eleições em 1978 para deputado federal, permanecendo na Câmara até 1998. Fabiano Braga Cortes, seu primo e parte da equipe de governo, inicia sua carreira eleitoral já em 1967 e termina em 1986 numa candidatura perdedora ao senado em 1986. Norton Macedo foi deputado federal de 1974 a 1986. O professor Francisco Borsari Neto eleito deputado estadual apenas em 1971. Affonso Camargo Neto foi vice-governador de Paulo Pimentel em 1965-1969, elegeu-se deputado federal em 1978, senador em 1986 e em 1994 deputado federal, estando neste cargo até hoje. Além destes, podemos citar a ligação de Braga com Saul Raiz e Jaime Lerner prefeitos da capital na década de 70 e com os parlamentares João Simões, Donato Gulin e Erondy Silvério.

Uma geração de políticos foi criada no período da liderança de Braga, seja a favor ou contra suas diretrizes. Ele foi responsável pela criação do partido do governo na volta ao pluripartidarismo, assim como pela acomodação dos políticos na ARENA, quando do decreto do bipartidarismo. A força concentrada em sua pessoa, no entanto, não ultrapassa o processo de redemocratização, mas sua influência se perpetuou principalmente através da rearticulação da direita em torno da candidatura de Jaime Lerner em 1988 para a prefeitura de Curitiba.

O projeto de industrialização e planejamento da Capital, por sua vez, esteve atrelado diretamente às propostas do governo do Estado. As agências criadas para captação de recursos e os estudos desenvolvidos para a definição de áreas industriais proporcionaram a estruturação da Cidade Industrial de Curitiba nos anos 70, com auxílio do BADEP, sendo Rischbieter “*personagem de destaque na implantação da CIC*” (KUNHAVALIK, 2004, p. 396), atraindo empresas nacionais e multinacionais. Vê-se que nos anos 70 já havia uma preferência pela instalação de multinacionais, pois estas supostamente estariam menos sujeitas às oscilações de produção do setor primário. De qualquer forma essa visão e modelo nacional não opõe Estado ao empresariado, mas antes possibilita sua complementariedade e até uma relativa permeabilidade. Três dos principais membros do *neysmo*<sup>48</sup> passam do poder público à iniciativa privada, circulando em conselhos de administração de diversas empresas. O mesmo ocorre com alguns nomes ligados ao Lerner.<sup>49</sup>

Pelo lado da racionalização da administração, gerir os detalhes das complexas formações sociais modernas, acabava por criar uma estrutura detalhada de órgãos e coordenações que se inicia a partir da década de 70, mas permanece em processo durante toda a década de 80, até que a lei de estrutura da prefeitura

---

<sup>48</sup> Sobre o perfil dos membros do *neysmo*, ver KUNHAVALIK, 2004.

<sup>49</sup> Essas constatações (Couto, 1998) abrem espaço para se pensar entre *interlocking* entre empresas e a permeabilidade dos “técnicos” do governo. Ver MIZRUCHI, 1996.

seja promulgada em 1991. Os governos tecnocráticos tendem a recortar, reformar, reajustar para si mesmos os diversos órgãos no intuito de empreender a eficiência dos meios acumulados pelo Estado, como se fosse o seu único propósito (IPARDES, 1989, p.74). As prefeituras dos anos 70 em Curitiba se fundamentaram principalmente na criação de coordenações, departamentos e agências de captação de recursos, bem como na concentração da pesquisa e planejamento no IPPUC. Assim, ele se tornava o grande órgão de gestão urbana, centralizando a maior parte dos especialistas das mais variadas áreas, como arquitetura, geografia, biblioteconomia, ciências sociais entre outras.

As iniciativas tanto de formulação como implementação dos planos se faziam dentro do IPPUC, por exemplo, apenas nos anos 80, as funções de gerenciamento e implementação de diretrizes de trânsito passaram deste Instituto para a Companhia de Urbanização de Curitiba (URBS). Arquitetos e engenheiros compunham a maioria no Instituto e poucas vezes os projetos urbanísticos eram terceirizados para escritórios de arquitetura privados, o que já ocorre mais no retorno do grupo de Lerner para a prefeitura. Para os recém formados, provindos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia da UFPR, o IPPUC era um local privilegiado para desenvolvimento de suas carreiras, lembrando que o grupo de acompanhamento local do Plano Preliminar de Urbanismo para Curitiba contou com grande representação do Departamento de Urbanismo da UFPR, sendo fonte para a criação deste Instituto. Assim, o caráter tecnocrático da administração municipal era fortemente marcado pela centralização do IPPUC e predominância da visão urbanística

### 3.2 A ONDA MDBISTA E SUA INTERFERÊNCIA NA PREFEITURA

A transição democrática evidenciou a crise do Estado centralizado do regime autoritário. A grande questão tornou-se a descentralização dos serviços e das decisões, transfigurada nas reivindicações pela desburocratização e participação popular. A mudança da direção executiva da capital trouxe à tona questões

esquecidas pelas gestões anteriores. Os quadros do MDB que vão se formando na década de 70 e que se fortalecem no retorno do pluripartidarismo, no primeiro momento da década de 80, conquistam o executivo Estadual, a maioria da assembléia legislativa e a maioria da bancada paranaense na Câmara dos deputados. Os partidos representados ainda eram reflexo da bipolaridade entre MDB e PDS, com a regra do voto vinculado, outros partidos não tiveram chance de nenhuma representação. Somente na próxima eleição que o pluripartidarismo se visualiza no parlamento.

A nomeação de Maurício Fruet não foi um ponto pacífico para o PMDB paranaense, mas a ascensão dos movimentos populares e suas demandas garantiram que ele seria uma melhor opção.<sup>50</sup> A prefeitura de Fruet não modificou significativamente as coordenações e departamentos da prefeitura de Curitiba, bem como não esvaziou o IPPUC. Mas, propôs uma outra orientação para as pesquisas e planejamentos desenvolvidos no órgão. Para os funcionários acostumados a ver o prefeito sempre por ali no Instituto,<sup>51</sup> a gestão não foi ofensiva. Nos três anos de mandato, discutiu-se sobre o Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano (PMDU), que seria uma leitura crítica do Plano Diretor da década de 60, com vistas a produzir uma nova Lei para tal. A proposta era fazer discussões com a população e desenvolver as regiões através de estudos sobre as “freguesias”, sobre as áreas da cidade e sua ocupação, iniciando um processo de descentralização e desconcentração administrativa. Foi pensado em nove freguesias que poderiam contemplar uma divisão de tipo de ocupação e desenvolvimento na cidade, neste Plano, e foi a partir dele que se criaram as Administrações Regionais.

---

<sup>50</sup> O estudo das indicações partidárias não são o foco do presente trabalho. Não há pesquisas a respeito do governo Richa no Paraná ou de Fruet na prefeitura que contemplem a problemática dos grupos no PMDB.

<sup>51</sup> Jaime Lerner tendo começado sua carreira no IPPUC, sempre privilegiou o planejamento dentro deste espaço, assim como trouxe colegas e amigos, profissionais da mesma área, para a equipe do IPPUC. Os comentários sobre ser o IPPUC a “Casa do Prefeito” são feitos pelos funcionários do órgão aqui entrevistados.

A reestruturação dos órgãos da administração municipal começou na gestão de Roberto Requião. A Lei 6817, de 2 de janeiro de 1986, institui as secretarias municipais, a procuradoria geral e a auditoria. Criam-se quinze secretarias,<sup>52</sup> inclusive, uma específica para as administrações regionais. Em relação à descentralização, a intenção primordial das freguesias seria delegar poder aos administradores regionais, porém ao longo do tempo a proposta não se cumpriu. O PMDU, por exemplo, não foi priorizado pelo prefeito para virar lei e acabou sendo esquecido. A divisão interna nas secretarias para atingir as regionais, por sua vez, obteve seu êxito e deixou história para as próximas gestões, principalmente em relação à Secretaria de Abastecimento que criou o “Mercadão popular” e conseguiu atingir diretamente a população. Merece destaque a infância, com a criação de creches, atendendo a uma demanda há tempo reprimida.

Com essa estrutura inicia-se um processo de reversão da centralização do IPPUC sobre os projetos e planos da cidade. As próprias secretarias vão com o tempo especializando-se, criando corpo técnico e informações setoriais. Neste governo o IPPUC teve pequeno papel, a intenção era consolidar uma “secretarização” da prefeitura, incluindo os técnicos nas áreas específicas das secretarias e não dentro do Instituto, embora tenha havido uma valorização dos técnicos da área social (sociólogos, assistentes sociais) do órgão. Outra demonstração da mudança de orientação da gestão na prefeitura, no sentido de seu planejamento e programa, é a ocupação da coordenação de programas, em que na prefeitura de Lerner ocupa-se por uma arquiteta, Francisca Rischbieter, e nos mandatos PMDBistas estão dois advogados, Jacinto Torres e João Bonifácio Cabral Junior. Nos três períodos a profissão dos coordenadores acompanha a dos respectivos prefeitos.

Em certa medida, houve uma continuidade entre as gestões PMDBistas, priorizando as questões sociais e tentativas de envolvimento popular. Em relação às

---

<sup>52</sup> Em 1987 cria-se mais uma : a Secretaria Municipal do Menor.



peças, somente 7 secretários permaneceram de Fruet para Requião, sabe-se, no entanto, que outros nomes se preservaram em cargos menos visíveis, como por exemplo assessores do prefeito de diversos níveis. Além disso, das pessoas ocupantes dos altos cargos<sup>53</sup> na prefeitura na gestão Requião, sete tentaram a eleição em 1988 para Câmara Municipal, dois foram eleitos e três ficaram como suplentes.<sup>54</sup> Sendo que em 1982, apenas Rafael Greca, dos nomes da gestão Lerner (1979-1982) concorreu a um cargo eleitoral. Há um envolvimento mais visível dos ocupantes de cargos pmdbistas com a dinâmica política partidária e eleitoral, os mesmos que ocupam secretarias também disputam as eleições. Estar no executivo e estar no legislativo são duas posições partilhadas pelos quadros do PMDB com mais frequência do que nos quadros do grupo Lerner, ao menos no início das sucessivas gestões do grupo, como veremos na seção seguinte.

Neste sentido também problematizamos o caráter partidário do gabinete. Um gabinete de governo convergente, não de coalizão, pois fundamentado apenas no PMDB, já que a Câmara eleita em 1982 contemplava apenas os dois partidos, este e o PDS. Mas, que contrasta com o padrão tecnocrata até então existente e que volta a aparecer, mesmo que diversificado, nos mandatos seguintes.

### 3.3 A (RE)OCUPAÇÃO DA PREFEITURA PELO GRUPO LERNER

Interessa-nos chamar a atenção para a questão de que o gabinete de Jaime Lerner se estruturava numa estratégia de estabelecimento de um núcleo de governo técnico. Esse perfil de administrador, também pode ser encontrado na construção do grupo César Maia no Rio de Janeiro (ver MARQUES, 2003), mas o

---

<sup>53</sup> Os cargos e seus ocupantes estão relacionados em parte anexa da dissertação.

<sup>54</sup> Estamos falando de Mário Celso Cunha, secretário municipal do menor em 1987, Jorge Samek, secretário municipal do abastecimento 1986 a 1988, eleitos. E Doático Santos, assessor direto do prefeito, Luiz Cláudio Romanelli, secretário municipal de material e Paulo Salamuni, suplentes.

grupo de Jaime Lerner possui heranças das outras gestões de Lerner como prefeito de Curitiba, na época da ditadura (1971/75 e 1979/83) e diferenças nas escolhas de distribuição do seu grupo.

Ao contrário de César Maia, Jaime Lerner minou as estruturas das administrações regionais e não descentralizou as execuções dos serviços públicos através delas. As “Ruas da Cidadania”<sup>55</sup> e as administrações regionais nos anos 90 serviram mais a desconcentração administrativa do que a descentralização, já que não havia uma delegação de poder aos administradores regionais e nem mecanismos de participação da população localizados. Foi extinta a Secretaria de Administrações Regionais, redefiniram-se os domínios das freguesias, diminuindo sua quantidade, as Secretarias Municipais, por sua vez, criaram suas próprias coordenações regionais que agiam de forma autônoma aos administradores regionais. Assim, ele não criou novo espaço para a criação de novos quadros políticos e tampouco ofereceu aos vereadores cargos para barganha de indicações.

A necessidade de consentimento dos vereadores , no entanto, é vista como importante pelo governo e o administrador regional não deixa de ser também um canalizador de demandas da comunidade local. Porém ele compete com os serviços e coordenações das outras secretarias que prestam serviços diretos à população, como saúde, abastecimento e a própria FAS. Dos nomes indicados para essas administrações nota-se que poucos são envolvidos em disputas eleitorais<sup>56</sup> e muitos são reconhecidos como técnicos-funcionários da prefeitura. O governo, também, estabeleceu um vínculo direto entre órgãos de governo e vereadores da base de

---

<sup>55</sup> São obras realizadas na gestão de Rafael Greca 1993- 1996, que reúnem nos Terminais de integração do transporte coletivo vários serviços públicos, como mercado popular, correio, posto da Fundação de Ação Social (FAS), Conselho tutelar, entre outros.

<sup>56</sup> Estamos falando de Ubirajara Schreider que se candidatou várias vezes para vereador e nunca foi eleito. E Ítalo Conti, nome de Ney Braga, que foi até deputado pelo PDS, e vem ocupar um cargo de administrador regional no primeiro governo Taniguchi.

apoio, diminuindo conflitos possíveis a respeito da relação entre cidadão (eleitor/freguês) e representante político, já que os parlamentares permaneceram com o monopólio (formal) da mediação entre eleitor e executivo.

O grupo do executivo estabelece relações também com a FEMOCLAM (Federação Comunitária das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana) que sustenta a coalizão, vista de maneira ampla como Mollenkopf, e também mantém relações diretas com os órgãos do executivo. Esses vínculos, no entanto, não serão tratados por este estudo, por falta de dados e também pela necessidade de busca dos mesmos, desviando a abordagem aqui empregada. Apontamos essa relação com a FEMOCLAN<sup>57</sup> para mostrar que os esforços de manutenção do grupo no centro do poder local amplificam suas estratégias, em relação à busca de apoio no eleitorado, através de lideranças comunitárias, sendo o monopólio dos vereadores relativizado.<sup>58</sup> Ou seja, a organização do grupo no poder combina diferentes técnicas de arregimentação e mobilização de suporte externo.

A reentrada de Jaime Lerner na Prefeitura foi marcada pelas discussões sobre a Lei Orgânica na Câmara e o prefeito aproveita para modificar a estrutura administrativa, com a Lei 7671, de 10 de junho de 1991 em vigor até hoje. A mudança concentra-se em tornar mais enxuta a composição das secretarias, o governo exclui as secretarias de Desenvolvimento Social, de Turismo, de Transporte, de Cultura e de Administrações Regionais; reapresenta a de Material, na versão Recursos Humanos, e a Coordenadoria de Programas passa a ser uma Secretaria de Governo; extingue a Auditoria e a Fundação do Esporte Amador. As funções das

---

<sup>57</sup> O auxílio à FEMOCLAN pode ser entendido como uma nova forma de Patronagem, pois o favorecimento de associações se torna uma importante ferramenta de cooptação. Ver MOLLENKOPF, 1992.

<sup>58</sup> O *marketing* político é outra peça constante nas gestões do grupo Jaime Lerner, que em sua parte, também contribuem para a sustentação desse grupo no poder ao longo dos anos. Trabalhos a respeito: (Garcia, Fernando. City marketing)

secretarias extintas se dividem entre as que permaneceram, mas as Fundações assumem um papel mais acentuado, a FCC assume todas as diretrizes culturais da cidade e a FAS os problemas de desenvolvimento social. Ao longo do tempo esta última vai concentrando mais funções, principalmente pela condução de Marina Taniguchi, no governo Cássio Taniguchi.

O perfil dos ocupantes dos cargos de alto escalão reproduzia o traço tecnocrático do prefeito dos anos 70 (1972-1975 e 1979-1982). Pelo menos, dez nomes dos altos cargos da nova gestão já tinham trabalhado com ele naquelas gestões. Ao mesmo tempo, Lerner conseguiu se cercar de pessoas de suas relações próximas anteriores, sejam técnicos ou empresários, como Cássio Taniguchi e Mario Celso Petraglia respectivamente. E também dos “novos” nomes na administração que o acompanharam até o Governo do Estado em 1994, como Giovani Gionédis e Gerson Guelman. Pode-se dizer que os partidos coligados fizeram uma abdicação real de suas candidaturas e poderes em torno do nome agregador de Jaime Lerner, na eleição dos 12 dias, pois as nomeações do gabinete pouco contemplaram nomes dos partidos ou candidatos perdedores. Podemos identificar dentre os poucos Amadeu de Mio Geara que ocupou, até ser extinta em 1991, a Secretaria Municipal de Turismo e o candidato a vereador não eleito, Alcides José Branco. O PDT era o partido dos secretários, mas porque era também o partido do prefeito.

O grupo de Lerner permanece na gestão seguinte. São, ao menos, 11 pessoas que passam de uma gestão para outra nos altos cargos da prefeitura. No entanto, podemos citar que existe uma pequena diferença entre os mandatos, qual seja, a administração de Greca tenta acomodar nomes partidários, por exemplo, do PDT: Nelton Friedrich. Esse movimento de incorporação de “pessoas de fora”, todavia, não modifica as diretrizes do governo, nem o núcleo executivo, mas não é visto com bons olhos por este. A prefeitura com Rafael Greca cria duas secretarias extraordinárias, mais tarde transformadas em secretarias ordinárias, a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio e a de Saneamento. Do ponto de vista administrativo, elas tinham funções sobrepostas a outros órgãos: a primeira desempenharia

funções que a CIC já fazia e a segunda, o que a Secretaria Municipal de Obras Públicas realizava. Neste sentido, sua razão de criação parecia ser muito mais o acomodamento de pessoas.

Na metade do mandato de Rafael Greca, o grupo vence as eleições para o governo do Estado do Paraná com o candidato Jaime Lerner. Tendo novos espaços a ocupar, o grupo na prefeitura se abre para formação de novas alianças contemplando também a dimensão estadual. O grupo mais coeso em torno de Lerner vai ocupar os espaços no Estado. E o possível desconforto da gestão Greca de acomodar os partidos e os nomes particulares do prefeito é diminuído.

Quando Cássio Taniguchi sucede Rafael Greca, traz pessoas do governo Estadual, como Luiz Hayakawa para assumir o IPPUC, Fernão Accioli para assumir uma secretaria extraordinária e Hirotochi Taminato para ocupar a secretaria de obras, sendo o próprio Cássio originário da Secretaria Estadual do Planejamento. Esse mandato já inicia com indicações políticas mais presentes do PP (antigoPPB)<sup>59</sup> e presença do PFL, partido para qual o grupo se dirige na saída de Lerner do PDT. O grupo de Cássio, conduzido, por Marina Taniguchi irá também ocupar as instâncias partidárias do PFL. Suas relações também manterão coeso o grupo de sustentação na Câmara Municipal, tendo como principais aliados o Presidente da Casa Legislativa, João Cláudio Derosso, que se encontra neste posto desde o primeiro ano de Governo Taniguchi, e Mário Celso Cunha, líder do prefeito na CMC, durante o período.<sup>60</sup>

As transformações administrativas da prefeitura de Cássio foram poucas. Somente no início de seu segundo mandato irá excluir as secretarias de Saneamento e Indústria e Comércio e no final deste extingue a Secretaria da Criança como

---

<sup>59</sup> Falamos de Carlos de Carvalho, que assumiu a secretaria de Urbanismo e das Finanças nos mandatos de Taniguchi e José Eduardo de Lima Conter que inicialmente assume a secretaria municipal do Saneamento.

<sup>60</sup> Permanece como o líder com pequenas interrupções, dos oito anos de governo Cássio em 2 anos ele não ocupou esse cargo.

cria a da Defesa Social. Apenas permanece a tendência do aumento de assessores diretos do prefeito, fundamentando a idéia sobre a exigência da alocação de pessoas. Sabe-se que o período eleitoral agrega muitos elementos e o processo de nomeações acaba por não abranger todos esse elementos e que o grupo Lerner vai solidificando suas ingerências e práticas na prefeitura. A dimensão diferencial neste últimos mandatos foi a da influência política.

As gestões de Cássio Taniguchi são influenciadas pela presença do grupo no âmbito Estadual. Sua reeleição se fundamenta numa ampla coalizão de apoio não só municipal, mas paranaense, em que as forças antes divididas pela onda da redemocratização se juntam em torno de Jaime Lerner, primeiro na prefeitura e em seguida no Estado. Vários nomes do PTB, PSDB e PFL e dos setores empresariais fortalecem o grupo e consolidam o seu sucesso eleitoral. Por outro lado, a coesão existente no executivo da ditadura e do início dos anos 90 não resiste à ampliação do apoio. Percebe-se que as nomeações visam também dar conta às acomodações partidárias e não apenas contemplar um grupo de pessoas próximas e de perfil técnico. Ao mesmo tempo, não se visualiza por dentro do grupo esforços para consolidação de partidos políticos, a ocupação de postos nos partidos não é norma para os componentes da administração municipal e a migração do PDT para o PFL não foi total, outros partidos absorveram esses membros, tanto do legislativo quanto do executivo. Indicações dos partidos também se assemelham a indicações de pessoas que estão nos partidos, mas podem ir para outros. Mas, se há uma circulação entre partidos, há uma coerência de circulação pelo bloco da direita, até ao menos o ano de 2002.<sup>61</sup>

---

<sup>61</sup> A eleição de Lula e sua coalizão com PL e PTB influenciam fortemente a formação de alianças em 2004 e as migrações de parlamentares no período. Ainda está por se fazer um estudo sobre a coerência da circulação entre partidos que contemple as novas dinâmicas do governo Lula.

As relações empresariais desenvolvidas desde a década de 70 por Lerner e tendo grandes intermediadores, como Karlos Rischbieter, percorrem também esse segundo momento de predominância do grupo no executivo. As presidências da CIC são ocupadas por pessoas envolvidas no meio empresarial que reproduzem o padrão de inserção dupla no poder público e na iniciativa privada, participando de Conselhos de Administração e diretorias de empresas sediadas no Paraná. Podemos exemplificar através de Maria Elisa Ferraz Paciornik que ocupou a presidência da CIC na gestão Rafael Greca e foi posteriormente Diretora da Renault no Brasil, assim como Dinorah Botto Portugal Nogara que ocupou a CIC de 2002 a 2003 e consta no Conselho de Administração do Shopping Estação Plaza pertencente ao grupo Boticário.

Podemos sustentar que há uma grande continuidade administrativa em todas as gestões deste período. Para entendermos sobre o controle da máquina pública, no entanto, em relação a indicações precisaríamos enfocar um setor específico, assim como para compreender mais profundamente sobre a continuidade de políticas deveríamos eleger uma área, secretaria responsável sobre uma gama de políticas públicas particulares.

Sob o manto da eficiência administrativa e competência urbanística estreitaram laços clientelistas na Câmara Municipal, os laços entre políticos e partidos, assim como os laços com os grupos financeiros, industriais e comerciais. Assim, na reocupação de Lerner em 1989, havia uma confiança no discernimento deste prefeito sobre as necessidades e carências da comunidade e uma aprovação consensual da população para o gerenciamento das questões municipais, embasadas no modelo de competência urbanística. A criação de ícones urbanísticos, ao longo do tempo, não foi nem seria suficiente para a sucessão do grupo num processo de competição eleitoral. Os vínculos com políticos e com partidos (ou bloco

partidário) transformaram, em parte, o grupo coeso de Lerner e abalaram o sucesso eleitoral em 2000, quando pela primeira vez se fez presente um segundo turno. Esse momento de 2000 a 2004 produziu novos padrões de aliança e rompimento do grupo originário, que pode ser identificado nas redes discutidas nesta dissertação e que são matéria do capítulo seguinte.



## **4 REDES DE RELAÇÕES DO GRUPO NO PODER PÚBLICO DE CURITIBA DE 1985 A 2004**

Este capítulo vai tratar da análise das redes entendidas e estabelecidas através dos dados relacionais obtidos por entrevistas. Estruturamos as discussões em sete partes: uma primeira seção vai introduzir o debate teórico da análise de redes. Em seguida apresentaremos escolhas metodológicas específicas para entendermos as redes que foram apreendidas. As outras seções serão fundamentadas nas descrições e discussões das redes, lembrando a metodologia empregada.

### **4.1 REFERÊNCIAS TEÓRICAS**

A teoria da análise de redes se desenvolve a partir dos anos 60-70,<sup>62</sup> com auxílio matemático e computacional, reunindo influências de três principais correntes: 1) dos analistas sociométricos; 2) dos antropólogos de Manchester; e 3) dos pesquisadores de Harvard que exploravam padrões de relações informais e formação de grupos.

O estudo das redes abre espaço para se pensar que o constrangimento das instituições, e também da cultura e de outras macroestruturas, é apreendido a partir de/ e como relações entre os atores. De maneira similar à influência que as Instituições provocam no mundo político e em seus componentes, as redes também constroem e possibilitam o acesso a recursos de poder de variados tipos, moldando as ações e estratégias dos indivíduos vinculados nessa estrutura, e também exercem influência sobre a formação de preferências, metas e visões de mundo dos atores envolvidos.

---

<sup>62</sup> Para entender das contribuições teóricas para a formação da teoria de análise de redes ver SCOTT, 1992. Para compreender as medidas utilizadas pela análise de redes ver WASSERMAN e FAUST, 1994. Em português, a dissertação de mestrado de Marcus C. M. da Silva (2003) faz um grande resumo sobre as teorias e algumas medidas da análise de redes.

A proposta de identificar relações estruturais é importante para entender as fontes de poder organizacional, pois os processos de aquisição de poder não são limitados à conquista de cargos, como poder institucional. A análise relacional mostra a relevância do poder posicional na rede. É possível que os reais *decision makers* não sejam os próprios oficiais eleitos. Acredita-se que seja possível demonstrar esse dado através da operacionalização de redes. A questão colocada então seria como autoridade formal e influência informal são distribuídas dentro do governo local.

Para incorporar a análise de redes, assumimos neste estudo o entendimento de Marques sobre rede (social):

"o campo, presente em determinado momento, estruturado por vínculos (de diversas naturezas, construído intencionalmente)<sup>63</sup> entre indivíduos, grupos e organizações construídos ao longo do tempo... Podemos imaginar a rede como composta por várias 'camadas', cada qual associada a um tipo de relação e a um dado período de tempo. Todas elas encontram-se em constante interação e transformação, embora o peso relativo das relações herdadas torne essa dinâmica incremental." (MARQUES, p. )

Estudos internacionais já tentaram dar conta das relações entre Estado, burocracias e organizações públicas e privadas , dentro da estrutura estatal (VAN BURIS, 1992; KNOKE e PAPP, 1991; LAUMMAN e KNOKE, 1987), e outros já tiveram como objeto de estudo as mesmas relações, porém sob o ponto de vista das fronteiras com a estrutura estatal (MARQUES, 2003, 1999; TAIRA e WADA, 1987; LAUMMAN *et al*, 1992). No caso do presente projeto de pesquisa, acreditamos ser possível aplicar o método de análise de redes para pensar as relações interpoderes municipais, sob um outro ângulo, mais restrito, qual seja, as redes construídas a partir dos cargos políticos eleitos e indicados. A revisão aqui realizada é apenas e parcial, na espera de novas indicações .

---

<sup>63</sup> O adendo entre parêntese advém de colocações do próprio autor, mas foi acrescentado aqui por mim.

A análise de redes trabalha principalmente com dados relacionais. Os dados de atributo dizem respeito a características ou qualidades, enquanto os relacionais envolvem contatos, vínculos e conexões que relacionam os agentes entre si, e não podem ser reduzidos às propriedades dos atores individuais (SCOTT, 1992; EMIRBAYER e GOODWIN, 1994; MARQUES, 1999).

O foco de análise centraliza-se na interação entre a estrutura institucional (ou macro-análise) e a rede de relações políticas/ profissionais da coalizão de governo municipal em Curitiba. É neste sentido que esse trabalho se identifica como uma tentativa de visualizar (operacionalizar a rede da coalizão de governo) a predominância do executivo também como produto de inter-relações dos parlamentares com os ocupantes dos Cargos superiores do Executivo. Temos como objetivo a interpretação sobre o papel desempenhado por um determinado contexto institucional, e no seu interior, pelas redes que articulam os Poderes Municipais, na conformação da permanência política de um grupo determinado durante 16 anos da história política curitibana, para não mencionar o período ditatorial.

Suspeita-se que a rede do grupo no poder municipal de Curitiba, durante o período estudado, seja centralizada em Jaime Lerner, e que, ao longo do tempo, o deslocamento do seu líder para o governo do Estado, ela se estenda e possam ocorrer desmembramentos. De certo modo, há uma aglutinação em torno de Lerner, que era consensual para a maioria dos políticos de apoio. Porém, quando ele sai da prefeitura, abre-se espaço para que outros o ocupem, e não há uma outra figura de consenso, não há também como ele puxar para si o comando do grupo municipal, pois o grupo já se amplia na dimensão estadual.

## 4.2 METODOLOGIA

Atualmente, as definições e os cálculos de análise de redes são operacionalizados através de matrizes, base da maioria dos softwares da área, como o

UCINET utilizado nesta pesquisa. O UCINET é um software de autoria de Borgatti, Everett, and Freeman, que reúne várias técnicas para análise de redes sociais desenvolvidas por diversos autores, como, por exemplo, os próprios autores e BURT, na medida de *structural holes*. Ele está disponível na página da internet [http://www.analytictech.com/ucinet\\_5\\_description.htm](http://www.analytictech.com/ucinet_5_description.htm). Restringimo-nos ao uso das medidas.

Para atingir a conformação de redes sociais que sustentariam uma coalizão política dominante na relação executivo-legislativo, serão usados, principalmente para consulta, dados sobre as eleições municipais desde 1985 e o diário oficial, do município. Esses dados formais são fonte para a estruturação das entrevistas típicas da análise de redes. Não definimos anteriormente os limites da rede, deixamos que eles fossem delimitados pelo trabalho empírico e para tal, utilizamos o método que se chama *Snowball* (HANNEMAN, 2001). Iniciamos com uma lista de nomes, uma “semente”, e nas entrevistas pede-se para que o entrevistado cite outros nomes que estão vinculados aos da lista, em que época esse vínculo é estabelecido, e que tipo de relação eles têm. Os outros nomes citados em uma entrevista incrementam a lista na próxima entrevista e assim por diante. Os entrevistados podem também sugerir nomes que consideram importantes para entender os outros vínculos, aumentando a lista. O processo continua até que nenhum nome novo surja, ou o pesquisador decida parar, o que ocorreu nesta pesquisa. Decidimos parar, porque os nomes envolvidos nas relações do poder local estavam se repetindo e os novos nomes que surgiam abriam a rede para as relações estaduais do Paraná, além do tempo escasso para realizar as entrevistas.

A “semente” (em anexo) listou os prefeitos e vice-prefeitos, os presidentes do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) e legisladores com mais mandatos e posições de chefia na Câmara Municipal de Curitiba (CMC). Os presidentes do IPPUC foram listados, porque partimos da idéia de que o grupo Jaime Lerner na prefeitura tinha neste órgão um local de recrutamento de técnicos para ocupação de cargos executivos municipais.

Segundo Hanneman (2001), o método de *Snowball* é particularmente eficiente para trabalhar com estudos de comunidades de negócios e comunidade de elites. O mesmo autor menciona alguns problemas do método, como a não identificação de indivíduos isolados dentro da comunidade estudada e a conseqüente superestimação da conectividade entre os indivíduos com citação de vínculos. Também, devemos admitir que não é possível através desse método encontrar todos os indivíduos que estão ligados, pois dependemos tanto do ponto em que começamos, como dos informantes. Mas:

*In many studies, there may be a natural starting point. In community power studies, for example, it is common to begin snowball searches with the chief executives of large economic, cultural, and political organizations. While such an approach will miss most of the community (those who are "isolated" from the elite network), the approach is very likely to capture the elite network quite effectively. (HANNEMAN, 2001, p.08 )*

Essas informações darão origem a uma rede de conectividade, baseada apenas em citação de vínculo. Os dados que coletamos nas entrevistas não dizem respeito à reputação ou participação dos indivíduos nas decisões, mas fundamentam-se muito mais em uma manutenção de relação e apoio entre políticos. Essa rede de conectividade diz que pessoas estão em contato com pessoas e se fundamenta em uma matriz quadrada, simétrica, na qual colunas e linhas são as pessoas citadas. Para a visualização dessas matrizes, normalmente, se faz uso de sociogramas, em que os nós expressam entidades, em nosso caso, indivíduos, e as linhas representam os vínculos entre eles. Cada pessoa é um nó da rede, os vínculos, são identificados através da interseção entre linhas e colunas que consistem nas células da matriz. A ligação entre um indivíduo A e um B serão consideradas simétricas, devido ao tipo de relação que pensamos estar trabalhando, ou seja, relações de cooperação/apoio política/o entre poderes e políticos.

Outras questões metodológicas emergem da opção pela análise de redes, como, por exemplo, a escolha do período estudado e o problema da seqüência temporal das redes:

...de forma geral, as redes de relações apresentam dinâmicas marcadas fortemente por dependência de trajetória (PIERSON, 2000), sendo a rede em determinado momento composta por uma superposição da rede herdada de períodos anteriores com novos indivíduos e vínculos que nela entraram... As redes tendem a apresentar, portanto, uma grande estabilidade em sua estrutura em sua composição geral, sendo relativamente singulares os momentos de grande transformação (MARQUES, 2003, p. 156).

Pensar nos vínculos entre indivíduos e as redes destes no poder local significa entender que, ao longo do tempo, relações entre uns e outros vão se estabelecendo ou se rompendo. Por isso, recortamos temporalmente as redes, que na verdade estão sobrepostas, para melhor visualização e análise, segundo cinco momentos históricos: 1) Momento 0 - antes de 1980; 2) Momento 1 - de 1980 a 1983; 3) Momento 2 – de 1983 a 1988; 4) Momento 3 – de 1988 a 2000; e 5) Momento 4 - de 2000 a 2004. Em princípio havíamos definido apenas três momentos, abrangendo até 2000. Porém, do desenvolvimento empírico, como uma característica própria da abordagem relacional,<sup>64</sup> compreendemos a necessidade de subdividir um dos momentos, devido a sua singularidade, e estender o tempo para mais uma gestão do governo municipal. Debateremos as particularidades dessa subdivisão e aumento do tempo investigado nas partes específicas de descrição das redes.

O tempo também envolve as questões sobre a “**entrada e saída**” dos indivíduos nas redes. Nas entrevistas questionou-se além da citação de um vínculo, sobre o tempo de estabelecimento e o tipo deste vínculo. Portanto, o aparecimento das pessoas na rede está fundamentado principalmente nas informações dos entrevistados. Os vínculos familiares estão presentes desde o início, no momento antes de 1980. Certos nós podem estar ligados apenas aos seus vínculos familiares e serem desconectados da rede de relações políticas. Outros nós podem estar vinculados, devido a outros tipos de relações, por exemplo, amizade, participação em algum grupo de atividade não política, e aparecerem dentro da rede, porque

---

<sup>64</sup> O padrão de relações não é dado *a priori*, assim podemos identificar as surpresas, os detalhes, promovendo a análise de um tipo de estruturalismo de origem empírica (MARQUES, 1999 e TILLY, apud EMIRBAYER e GOODWIN, 1994).

conectados com pessoas relacionadas politicamente. Nestes casos o que diferenciá essas pessoas dentro da rede são os atributos discutidos posteriormente.

Admitimos, no entanto, que vínculos entre indivíduos podem se romper. Assim como a criação de vínculos, os rompimentos são considerados através das citações nas entrevistas e ponderados pelos dados de pesquisa adicionais. Os nós isolados, ou seja sem vínculo, em determinado momento da rede, não serão apresentados. O que quer dizer que alguns nós podem sair da rede caso todos os seus vínculos sejam rompidos. Os indivíduos saem em definitivo da rede, e acabam todos os seus vínculos, somente em caso de morte. A pessoa permanece na rede até o final do momento em que ela faleceu, a não ser que tenha falecido logo no início deste momento. Por exemplo, Ney Braga morre no ano 2000, portanto ele conta nos quatro momentos da rede e sai no quinto que se inicia neste ano.

Em respeito aos **tipos dos vínculos**, ou seja, o tipo de relação que um indivíduo estabelece com o outro, optamos por questionar os próprios entrevistados como ele conceituaria a relação entre um indivíduo e outro citado, para que não houvesse constrangimento de categorias estabelecidas *a priori* pelo pesquisador. A escolha derivou das experiências passadas de Eduardo Cesar Marques, no Rio de Janeiro (2000) e São Paulo (2003), em que os entrevistados não conseguiam optar pelas categorias definidas pelo pesquisador e, também, porque as categorias definidas não mostravam nenhuma relação na análise da estrutura da rede ou na força dos vínculos como citações. Os tipos de vínculos se misturam, não são apenas baseados na confiança mútua e na lealdade pessoal, nem somente na indicação política ou na origem política. Devido a esse entrelaçamento dos tipos de vínculo, não foi possível formular categorias mais precisas a fim de serem testadas na rede.

O tratamento específico sobre a **força** de um vínculo se baseará na distribuição de frequência do mesmo, por exemplo, quanto mais citações sobre uma ligação entre A e B, mais forte admite-se que esse vínculo seja. Ligações familiares tendem a ser fortes, porque são bastante lembradas e citadas pelos entrevistados,

mas percebemos que isso é mais presente se os dois indivíduos relacionados têm ambos visibilidade pública. Maior número de ligações que atam um indivíduo à rede pode dizer a respeito de sua posição no grupo, se é periférica ou não.

A análise de **centralidade** da rede se mostra como um problema fundamental para esta pesquisa. Pretende-se notar o quanto de proximidade e de desigualdade tem essa rede, a quão centralizada em um ou poucos indivíduos essa rede se mostra. A suposição é de que o surgimento da rede do grupo Jaime Lerner no poder municipal se apresenta de forma centralizada, e ao longo do tempo, isso se modifica, sendo um dos motivos a passagem de Lerner da prefeitura para a política estadual. A análise sobre intermediação também parece significativa, quais nós são especiais do ponto de vista da intermediação na rede, quem está no caminho de quem. Isso pode descrever em rede como se mostra a relação entre Executivo e Legislativo, entre grupos econômicos e poder público.

Quanto aos **atributos**, pensamos em três características principais para classificar os nós: 1) geração de entrada nas relações políticas; 2) bloco de apoio aos grupos; 3) posição em relação aos Poderes Públicos. As gerações de entrada foram divididas em década, desde 1940, pois têm-se dois indivíduos, até 2004, tendo ao todo sete gerações (anos 40; 50; 60; 70; 80; 2000). A relação entre geração e aparecimento na rede não é automática, pois vínculos de tipo familiar e, muitas vezes de amizade, como já mencionamos, podem ser pré-existentes a entrada das pessoas nas relações com a política local. Em relação ao bloco de apoio, houve diferenças nas categorias de cada momento, mas em todos duas principais divisões: apoio ao grupo Lerner e apoio ao grupo do PMDB, influenciado pela bipolaridade entre ARENA e MDB. Acerca das posições, as categorias são as mesmas para todo o período, desde antes de 80 até 2004, o que muda é a posição dos indivíduos em cada momento. São ao todo sete categorias: 1) pertencente aos executivos; 2) pertencente aos legislativos; 3) pertencente ao executivo e legislativo; 4) pertencente ao judiciário; 5) de grupos empresariais urbanos e rurais; 6) funcio-



nários públicos (não nomeados a altos cargos da burocracia); 7) entre outros (autônomos, empregados de firmas, estudantes, etc).

Voltando-se aos problemas de pesquisa, um ponto de discussão que emerge a respeito da análise de redes seria a segurança dos dados das entrevistas. A escolha dos entrevistados é fundamental para confiabilidade das informações que prestam, em relação a **dados qualitativos**. Algumas dificuldades, neste ponto da pesquisa, estabeleceram-se no ano de 2004. Poucas entrevistas foram conseguidas, neste ano, devido à presença das eleições municipais organizando os trabalhos políticos dos possíveis informantes, sejam eles assessores, cargos indicados ou funcionários de carreira. Esse problema se estabeleceu desde julho, quando se iniciou o processo de entrevista. Fazer entrevistas com pessoas fora do circuito de atividades políticas municipais (incluindo as eleições 2004), todavia, não se revelou como experiência compensadora, pois as informações sobre os vínculos têm se mostrado mais abstratas, generalizadas, provavelmente mais idealizadas, assim, precisamos descartar essas entrevistas.

A dinâmica da entrevista, por si só, também se torna um problema delicado, pois ela exige que os entrevistados lembrem e dediquem tempo para relacionar vínculos e história política de uma quantidade grande de pessoas. As entrevistas, por sua vez, não se restringem apenas às citações daqueles, apesar de ser esse seu caráter central, mas buscam, como introdução, questionar a visão do entrevistado sobre os grupos em competição municipal, suas características e qual o envolvimento pessoal dele com esses grupos, a prefeitura e a Câmara Municipal de Curitiba.

De maneira geral a idéia de trabalhar com a análise de redes possibilita estudar as relações entre indivíduos, assim como ter uma visão geral sobre um conjunto de vínculos, o que passamos a fazer nas seções seguintes.

### 4.3 REDES DE RELAÇÕES PRECEDENTES NO PODER LOCAL, ANTES DE 1980

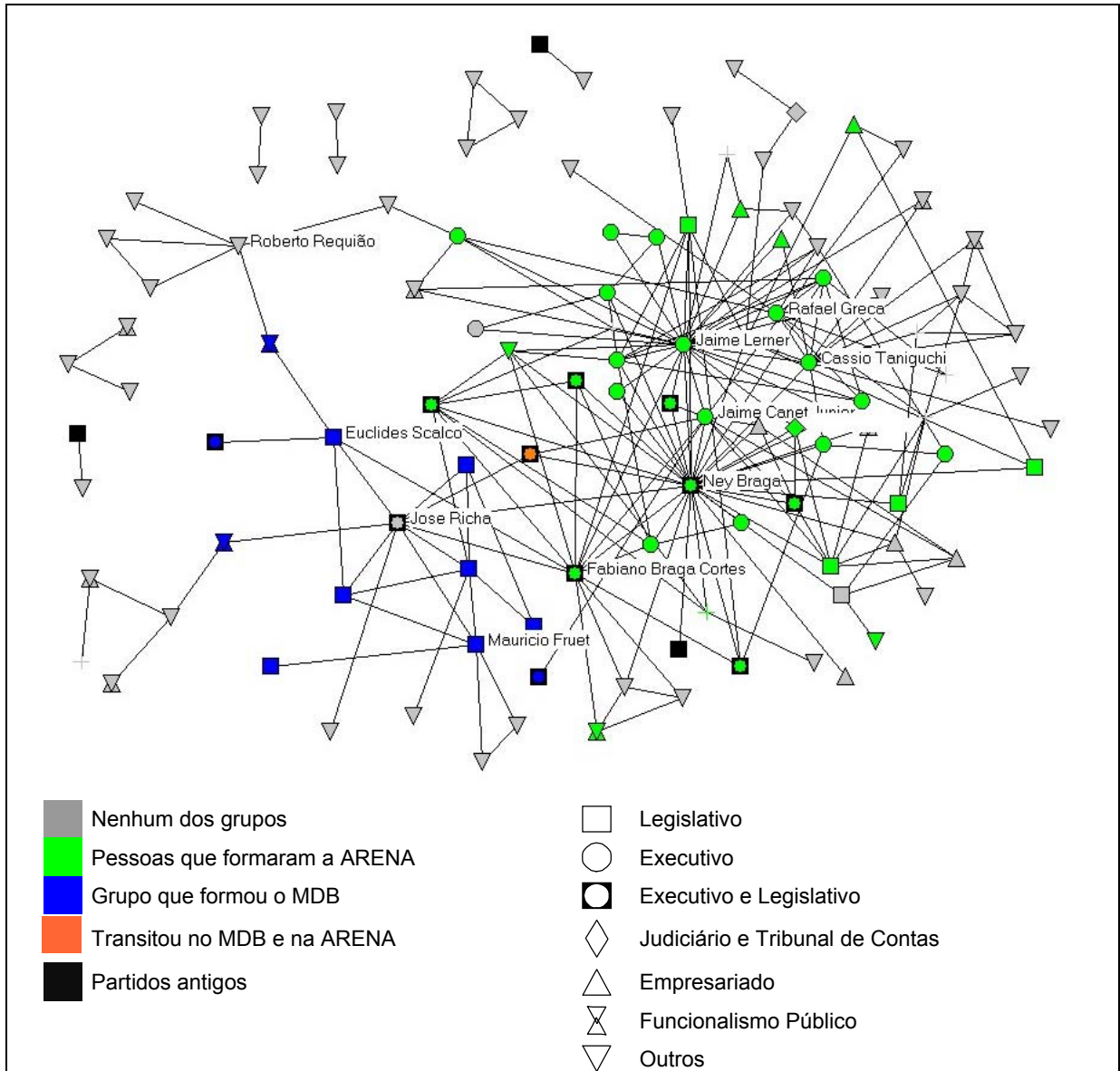
Essa rede mostra as relações entre os políticos curitibanos, anteriores ao período traçado para análise nesta dissertação. As personalidades políticas que aparecem interligadas podem ser divididas em 4 gerações e dominam o cenário político paranaense como um todo, não somente o curitibano. Isso porque a prefeitura de Curitiba era ocupada por nomes indicados pelos governadores desde 1967. Havia assim, uma grande relação entre o grupo político do Estado e da capital. As lembranças dos entrevistados sobre o período identificavam essa penetração do grupo estadual na cidade e enfocavam sobre a bipolaridade existente entre Arena e MDB, e seus líderes. A seguir apresentamos o sociograma da rede deste Momento 0 (antes 1980).

A rede deste momento não é extensa, ela tem 91 nós conectados e temos certos nomes citados nas entrevistas ainda em relações isoladas, fora da rede principal. A distância média entre dois pontos (geodésica) é também pequena: 3,338 passos. A visualização do sociograma, por sua vez, possibilita que separemos a rede entre grupo<sup>65</sup> de apoio à ARENA e grupo de apoio ao MDB. Os nós pertencentes ao primeiro grupo aparecem com mais vínculos entre si, entrecruzando-se e tornando a rede mais densa. Visivelmente podemos dizer quais os nós que possuem mais vínculos e quais nós estão conectando um grupo ao outro. Mas, quando estamos intuitivamente avaliando essas características também estamos expressando pressupostos.

---

<sup>65</sup> A separação em grupos, em toda discussão realizada neste capítulo, não se fundamenta em teste de medidas de grupos, clusters, ou afins do programa de análise de redes, mas uma definição através dos atributos dos nós.

FIGURA 1 - MOMENTO ZERO - REDE DE RELAÇÕES POLÍTICAS ENTRE OS PODERES MUNICIPAIS EM CURITIBA - ANTES DE 1980



FONTE: Elaboração do autor

O estudo da análise de redes, ao desenvolver métodos computacionais, proporcionou testes e suposições sobre o significado dos vínculos entre esses indivíduos ligados em rede. Uma das medidas que recorreremos nesta dissertação trata sobre a centralidade dos nós. A literatura e seus estudos reconheceram seis tipos de medir a centralidade. Ao identificarmos um nó com mais vínculos, estamos pensando sobre sua centralidade, esta é a primeira medida: *Freeman degree*. O grau

se mede pelo número de contatos diretos (vínculos primários) de um nó, quanto mais contatos, mais central, e não se diferencia os nós com os quais se estão ligando.

Uma segunda medida questiona a centralidade baseada no número de vínculos, problematizando com quem se está ligando e atentando-se para os vínculos secundários e outros. Chamamos de *Bonacich power*. Estar conectado com muitos pode fazer um nó ser central, mas, estar conectado com pessoas pouco conectadas pode fazer dele poderoso. Há também a possibilidade de medir a centralidade pela característica da proximidade (*closeness*), em que se calculam os caminhos para se chegar a todos os outros nós da rede. Quanto menor a somatória de todos esses caminhos para um nó mais central ele é.

Como quarta medida de centralidade, temos a consideração sobre a intermediação que um nó faz na rede (*Betweenness*). Estar no caminho de um nó a outro possibilita a “cobrança de pedágios”, por isso a intermediação tem um papel importante em redes de lobby, corrupção, interesse. Pode-se pensar que um nó intermediário pode também ser uma ponte entre dois grupos, ou mesmo que sua posição de intermediário esteja fazendo um engate entre dois mundos sociais.<sup>66</sup>

Outra medida seria a Informação, qual seria a participação de um nó em todos os caminhos da rede. Ou seja quão informado ele pode ser sobre o que circula nesta rede, quanto maior participação, mais central. Por fim, temos a sexta possibilidade de medirmos centralidade: *Eigenvector*. Ela verifica a maior ou menor concentração de informação em alguns lugares da rede, dizendo quais fatores explicariam a maioria dos dados na rede. Não utilizaremos os cálculos destas duas últimas medidas, pois entendemos que as outras já podem contribuir e explicar grande parte da configuração de nossas redes.

---

<sup>66</sup> Acerca do papel de um nó que se encontra na interseção dois mundos sociais, dois grupos de uma rede, Ronald Burt discute sobre o capital social e a importância dos *structural holes*. BURT, e 2004. *structural holes* seriam os *gaps*, a falta de alcance, entre grupos de pessoas.

A centralização não supõe necessariamente uma hierarquia e uma organização vertical, estando orientada mais por uma lógica associativa (COLONOMOS, 1995). Em resumo, quem possui mais vínculos tem a chance de alcançar mais pessoas e o que quer sem a dependência de outros. Assim como, estar mais próximo de todos significa que se gasta menos recurso do que qualquer outro para chegar às pessoas e ao que quer. E se dependem de você para fazer conexões com outros, mais poder se tem para interferir e cobrar pela intermediação. Centralidade seria uma maneira de pensar as oportunidades que as redes oferecem e as posições dos indivíduos para assegurar essas oportunidades :

*...actors that face fewer constrains, and have mores opportunities than others are in favorable structural positions. Having a favored position means that an actor may extract better bargains in exchanges, and that actor will be a focus for deference an attention from those in less favored positions (HANNEMAN, 1994, p.61).*

Podemos avaliar que essa rede se configura bastante desigualmente em termos de número de vínculos, eles estão bastante concentrados em torno de duas pessoas.<sup>67</sup> Jaime Lerner (*Freeman degree* = 141) e Ney Braga (105). Um pouco abaixo já encontramos também Cássio Taniguchi (67), e então Rafael Greca (40), Fabiano Braga Corte (37) e Jaime Canet (27) que já estão dentro da distribuição normal dos vínculos na rede.<sup>68</sup> Do grupo do MDB temos José Richa (36) como mais central, Maurício Fruet (25) e Roberto Requião (24).

Em relação às distâncias entre os nós, não há grande desigualdade de distâncias entre os mais próximos. Encontramos, sucessivamente, Ney Braga (*Closeness –infarness-* a maior distância até um nó = 9,424), Jaime Lerner (9,440), Fabiano Braga Cortes (9,454), José Richa (9,468), Cássio Taniguchi (9,469), Jaime

---

<sup>67</sup> Optamos por incluir alguns nomes (os que aparecem em evidência nas medidas de centralidade) na descrição e análise das redes, pois que são pessoas de visibilidade política, que já ocuparam ou ainda ocupam cargos.

<sup>68</sup> Estatisticamente: a media de vínculos é de 8, 455, o desvio padrão de 16,175, sendo então a distribuição normal encontrada entre – 23,895 vínculos e 40,805 vínculos ?

Canet (9,477) e Donato Gulin (9,477). Os seguintes mais próximos do MDB são Euclídes Scalco (9,515) e Álvaro Dias (9,539).

Os nós meio de caminhos reproduzem uma diferenciação entre as pessoas na rede: Ney Braga coloca-se como o nó mais central por estar no meio de mais caminhos entre os nós da rede. A diferença entre ele e o seguinte nó que faz intermediação entre outras pessoas é grande. Aparecem aqui os nomes de Jaime Lerner como segundo, José Richa em seguida, e seqüencialmente, Fabiano Braga Cortes, Cássio Taniguchi, Riad Salamuni, Donato Gulin, Euclídes Scalco, Roberto Requião e Maria Eliza Ferraz Paciornik. Esta medida identifica diferentes indivíduos, em relação às outras medidas, ocupando também posições centrais. Mas, não podemos simplificar o entendimento sobre a intermediação apenas baseados nos “meios dos caminhos”. Os tipos de vínculos poderiam auxiliar na compreensão do que significa fazer este meio de caminho. Por exemplo, um indivíduo pode conectar dois mundos distintos da vida social, mas pode não agir como intermediário nas relações de negociação e apoio a um grupo político.<sup>69</sup>

Outra consideração em torno das questões de intermediação diz respeito ao papel de conexão entre grupos. Nesta rede relativamente simples, é possível visualizar no sociograma quais são os nós que proporcionam as ligações entre os grupos, alguns deles, inclusive, aparecem na medida de intermediação citada acima. Do grupo Arenista temos Fabiano Braga Cortes, Affonso Camargo Neto, Norton Macedo e Maria Elisa Ferraz Paciornik, além do próprio Ney Braga,<sup>70</sup> que fazem

---

<sup>69</sup> Pensamos que este é o exemplo de Maria Eliza Ferraz Paciornik. Ela mantém vínculos familiares com atores que estão no grupo de apoio MDBista e relações políticas e profissionais com o grupo de apoio ARENista, e não parece estar cumprindo um papel de intermediação nas negociações políticas entre os grupos, diferente da posição de Fabiano Braga Cortes e Euclides Scalco.

<sup>70</sup> José Richa foi do PDC e fez parte da equipe de Ney Braga no seu primeiro governo (1960-1965), antes do Regime Militar. Já do decreto a respeito do bipartidarismo, Richa afasta-se de Ney Braga e compõe uma importante força do MDB paranaense. Essa origem de vínculos políticos foi mencionada por diversos entrevistados.

ligações com os MDBistas Euclides Scalco, José Richa, Álvaro Dias e Jaime Paciornik. Com exceção de Maria Elisa, todos tiveram posições no legislativo neste período, o que sugere que o papel parlamentar pode ter criado essas relações entre grupos.

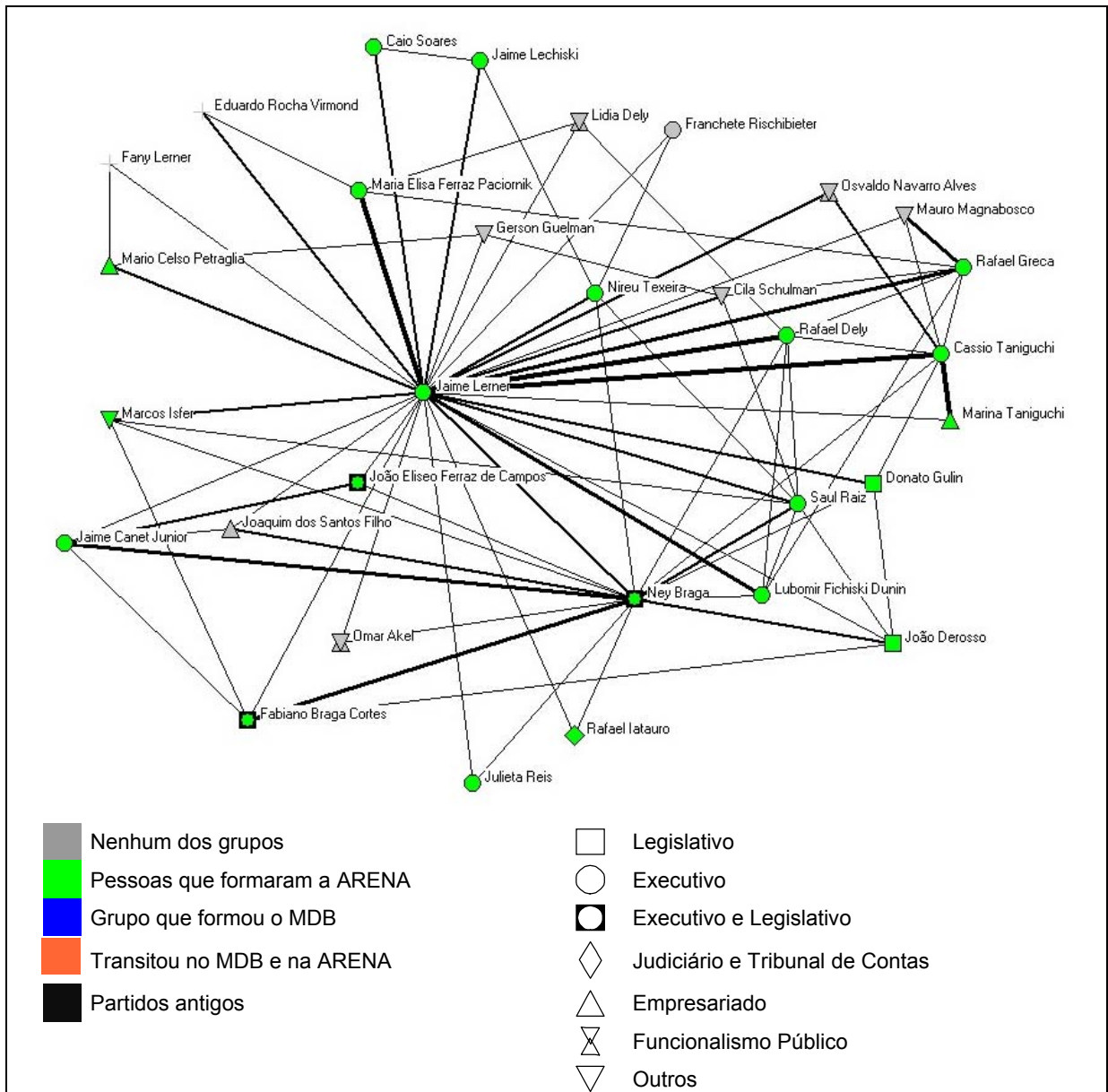
Esses vínculos entre (ex)parlamentares aparecem como vínculos fracos, suscitando a consideração da literatura de análise de redes sobre a “força” dos vínculos fracos (GRANOVETTER, 1973). Segundo Mark Granovetter somente os vínculos fracos podem ser pontes locais, criando mais e menores caminhos de transmissão de informações e negociação. Ao contrário de vínculos fortes que tendem a se concentrar dentro de grupos particulares (coesos).<sup>71</sup> A força dos vínculos fracos estaria na possibilidade que eles criam de comunicação e integração entre grupos/comunidades, demonstrando a contribuição analítica das redes em retirar as experiências pessoais (micro) de vínculo uma ligação aos aspectos da estrutura social macro (GRANOVETTER, 1973, p. 1378).

Uma das principais questões e a nossa inicial, que pretendemos responder sobre essas redes seria a respeito das características do grupo de apoio político a Jaime Lerner. Como hipótese de trabalho indicamos que o grupo político que permaneceu no poder municipal de Curitiba durante o período de 1989 a 2004 se construiu a partir de uma combinação vitoriosa entre elites locais e grupos técnicos de planejamento que se estabelecem na cidade pela atuação no IPPUC desde a década de 70, centralizado em Lerner, prefeito em 1972-1975 e 1979-1982. Desta maneira, com objetivo de aprofundarmos essas características, precisamos focalizar nos vínculos e indivíduos conectados diretamente ao prefeito. Esse procedimento origina uma rede egocentrada- *ego centered network* ou *egonetwork* - em que somente os nós que estão diretamente (vínculos primários) ligados ao EGO, no caso Lerner, são apresentados, somente os nós adjacentes.

---

<sup>71</sup> Considerando a afirmativa de que nenhum vínculo forte é uma ponte a intermediação entre Jaime Paciornik e Requião, através da conexão do primeiro com o grupo arenista via Maria Elisa Paciornik, na verdade não contempla o papel de ponte.

FIGURA 2 - REDE EGOCENTRADA EM JAIME LERNER



FONTE: Elaboração do autor

Em relação à posição de Jaime Lerner na rede, podemos localizar muitos vínculos fortes. Entendemos como vínculos fortes aqueles que são citados mais do que 2 vezes no conjunto das entrevistas. Observamos, também, que essas relações diretas estão concentradas em pessoas nas posições do executivo e são esses os vínculos mais fortes. Dentre esses reconhecemos a maioria como sendo parte do IPPUC, e que se juntam aos vínculos diretos com outros funcionários públicos do



IPPUC que aparecem nesta rede. Mostram-se também nomes que ocupam cargos do executivo municipal na última gestão de Lerner no Regime Militar. A homogeneidade dos indivíduos relacionados diretamente a Lerner e a identificação destes como vínculos fortes mostra a configuração de um grupo coeso em torno do prefeito, respaldando a visão descrita no capítulo anterior de um grupo essencialmente técnico, que mantém relações entre si e poucas conexões fora da própria rede egocentrada de Lerner. A prevalência de vínculos fortes neste caso pode estar associada ao controle do grupo.<sup>72</sup> A consideração a respeito do poder (BONACICH), em que estar conectado com pessoas que possuem poucas ligações faz de um indivíduo poderoso, encaixa-se no perfil do grupo executivo de Lerner .

As ligações com a política estadual estão representadas pelos vínculos com seis nomes. Todos que também já ocuparam cargos no executivo. Dentre eles Saul Raiz e Ney Braga são vínculos fortes. Apenas dois representantes da Câmara dos Vereadores na época aparecem nestas relações diretas. Se nos focalizarmos sob os aspectos individuais na rede, podemos entender que estes dois indivíduos são pontos centrais de disseminação da influência e de negociação do Executivo para o Legislativo. No período ambos foram presidentes da Câmara Municipal em algum período das gestões Lerner na prefeitura, durante a ditadura. Ainda sobre a rede egocentrada de Lerner, já percebemos que Jaime Lerner tem como apoio vínculos com empresários e também com o Tribunal de Contas.

O apoio do que chamamos de elite em nossa hipótese, seria o apoio dos políticos paranaenses da época que mesmo antes do golpe se colocavam como alternativa administrativa para a cidade. A partir da rede geral, pudemos observar a relevância da dimensão estadual no período. E acerca da rede egocentrada, também, se percebeu que as relações de Lerner com os políticos indicaram a coesão e dependência ao grupo ARENISTA, representado pelas figuras de Ney Braga e

---

<sup>72</sup> Ver CARROL e FENEMA, 2002.

Fabiano Braga Cortes, ambos já enunciados como centrais no teste de medidas. Mesmo as relações com a Câmara Municipal estavam embebidas na rede de Ney Braga, ambas como vínculos fortes.

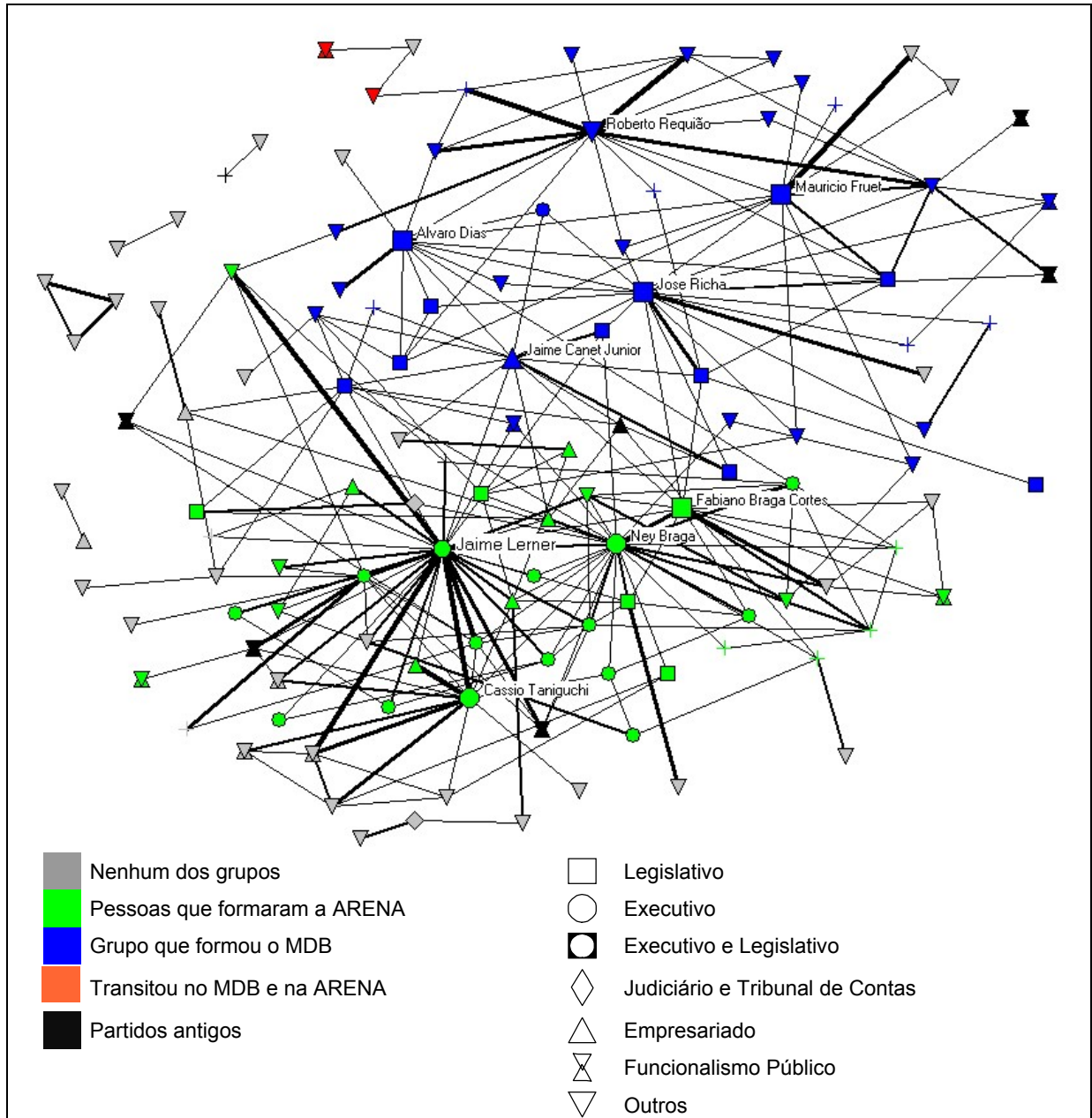
#### 4.4 REDES SOCIAIS DO PODER MUNICIPAL EM CURITIBA – A CONSTRUÇÃO DA FORÇA MDBISTA – 1980 A 1983

Como relatamos anteriormente, esse período foi delineado para observarmos uma expansão das ligações do grupo do PMDB e seu imbricamento com os representantes do *status quo* do Regime, na rede de relações do poder municipal. Certas alianças políticas são geridas nesse momento e se consolidam em 1982, na campanha para o governo do Estado, como a união do PP ao PMDB. Assim como, os movimentos populares em Curitiba iniciam a ocupação de terrenos e novas lideranças se relacionam nestes movimentos, aparecendo na rede e elaborando novas candidaturas desse partido. É um período curto de tempo, mas é significativo se entendermos que nele se concentra o início de muitas relações políticas, sejam duradouras ou passageiras.

Neste momento já contamos com representantes de 5 gerações. E os nós relacionados com o PMDB estão mais presentes. Os nós identificados pelo apoio ao PMDB estão, em maioria, no legislativo, já que até então não havia possibilidade da oposição ocupar os espaços do executivo no Paraná. A partir das considerações sobre a rede no momento 0, indicamos que as relações no legislativo já antes de 80 possibilitam as conexões do MDB com membros do outro grupo. A partir de algumas destas ligações, produz-se neste momento seguinte (1) a aliança entre o PP e o PMDB. Nomes saídos da ARENA compõem o PP e apóiam o projeto de retirar o grupo da antiga ARENA do poder Estadual e Municipal. Nomes como Affonso Camargo Neto, João Eliseo Ferraz de Campos e Jaime Canet Junior. As eleições vinculadas em 1982, por sua vez, constroem os partidos a unirem-se aos maiores e o PP se

funde com o PMDB. O próprio Aníbal Cury vem para o PMDB e volta à assembléia nas eleições de 1982.

FIGURA 3 - MOMENTO 1 - REDES DE RELAÇÕES POLÍTICAS ENTRE PODERES MUNICIPAIS EM CURITIBA DE 1980-1982



FONTE: Elaboração do autor

As relações ainda estão fortemente marcadas pela divisão bipolar do período anterior, por isso os atributos dos indivíduos em termos de partidos foram

divididos segundo o apoio ao grupo em torno dos nomes saídos da ARENA que fazem oposição ao grupo em torno do PMDB.

Essa rede já cresceu, já inclui 110 nós na principal e 9 nós mantêm relações isolados. O grupo do MDB está mais denso, com mais relações entre si e com novos componentes. Visualmente, dificultou a percepção sobre quais indivíduos conectam os dois grupos, sendo que mais pessoas proporcionam essa ligação. Se desconsiderarmos os vínculos fracos, no entanto, os grupos se desconectam, indicando validade ao papel dos vínculos fracos na transmissão de informações e negociações, conforme argumentado na seção anterior.

Discutindo as medidas de centralidade, a desigualdade na rede permanece, no entanto agora a diferença entre Jaime Lerner (*Freeman degree*=158) e Ney Braga (78) aumenta. Os rompimentos com alguns ex-arenistas fazem Ney Braga perder vínculos com 4 pessoas e baixa a medida de grau de centralidade. Há também mudanças na ordem e nas pessoas que vem seqüencialmente aos dois: Roberto Requião (68), Cássio Taniguchi (67), José Richa (44), Rafael Greca (41), Maurício Fruet (40) e então Fabiano Braga Corte (37). Dos membros do, agora PMDB, o que mais aumentou nesse grau medido foi Requião, aumentando o número de pessoas com quem está vinculado.

Jaime Lerner também passa a frente de Ney Braga em relação à proximidade entre nós na rede. Encontramos, sucessivamente, Jaime Lerner (*Closeness – infarness*- a maior distância até um nó = 6,523), Jaime Canet Junior (6,525), Ney Braga (6,528), Fabiano Braga Cortes (6,535), João Eliseo Ferraz de Campos (6,550), José Richa (6,556) e Álvaro Dias (6,563). A conexão entre os dois grupos fez de alguns nós mais centrais para alcançar todos os cantos da rede, o que se vê com Jaime Canet, o próprio Richa e Álvaro dias. Roberto Requião, por sua vez, que teve a quantidade de vínculos aumentada, ainda posiciona-se em lugar mais “isolado”, mais distante, estabelecendo relações com um grupo mais restrito, ao mesmo tempo, que mais central em número de vínculos sugerindo a idéia de

controle de um núcleo dentro da rede. Acionar a rede como um todo para colaborar nas ações políticas e alianças torna-se mais difícil para um indivíduo nesta posição. Neste sentido, que o estudo dos vínculos de um indivíduo pode apresentar os constrangimentos que a rede como um todo oferece como estrutura política. De acordo com Marques (2003), nesse sentido bem geral, que o efeito das instituições políticas e das redes sobre a dinâmica social se assemelham.

Discutindo os meios de caminhos, voltamos a apresentar os nomes seqüencialmente por ordem de Jaime Lerner, Ney Braga, José Richa e Jaime Canet. A diferença nos valores não é tão gritante como na matriz do Momento anterior. Essas quatro personalidades representam nesse período quatro partidos no Paraná: PDT, PDS, PMDB e PP, respectivamente. Os dois primeiros e os dois últimos, em pares, fizeram alianças para concorrerem às eleições de 1985 à prefeitura de Curitiba. Fabiano Braga Cortes, Roberto Requião, Cássio Taniguchi e Donato Gulin continuam aparecendo em papéis de intermediação. Além de despontarem os nomes de Álvaro Dias e Maurício Fruet.

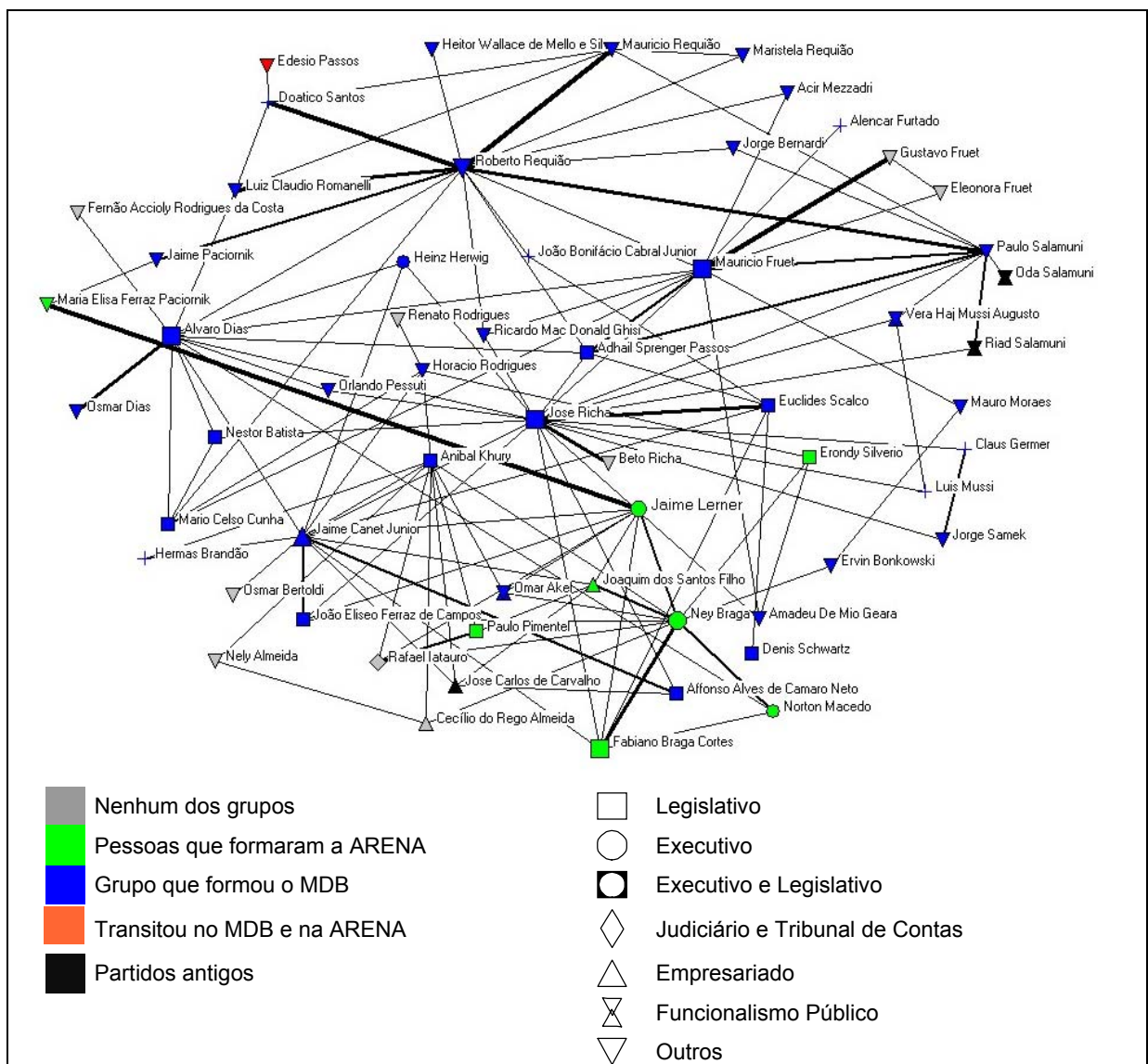
As conexões entre grupos se ampliaram. Ainda podemos identificar no sociograma alguns dos nós que unem grupos, e provavelmente são articuladores de negociações, ainda temos a importância de Fabiano Braga Cortes e Norton Macedo Macedo e agora, Jaime Canet com sua dissidência da Arena iniciou vários vínculos MDBistas. Aníbal Khury , Erondy Silvério, Omar Akel e Amadeo de Mio Geara também aparecem com seus vínculos entre grupos.<sup>73</sup>

---

<sup>73</sup> Estas quatro pessoas têm suas peculiaridades: a primeira foi o deputado estadual que mais teve mandatos sucessivos na Mesa executiva da Assembléia Estadual do Paraná; a segunda é empresário do transporte coletivo de Curitiba e também foi deputado estadual por várias legislaturas; a terceira é funcionário do IPPUC, do grupo original de Jaime Lerner que então assume na gestão de Requião a presidência do Instituto; e a última político do MDB, que já foi deputado estadual, mas ao perder a convenção do PMDB para candidatar-se à prefeitura de Curitiba, acaba apoiando Jaime Lerner em 1988 e passa a Secretaria do Turismo desta gestão.

A principal razão para dividirmos o período de 1980 foi, como já dissemos, a percepção sobre o crescimento dos vínculos no grupo MDB e a conexão ampliada entre os grupos. Assim, para descrevermos esse desenvolvimento na rede, que não pode ser pensado como meramente incremental, precisamos analisar algumas redes egocentradas. Vamos unir as redes, do momento 1, egocentradas dos nós Álvaro Dias, Euclides Scalco, José Richa, Maurício Fruet, Nestor Batista, Osmar Dias, Paulo Salamuni, Roberto Requião, todos que já constavam no momento anterior.

FIGURA 4 - EGO NETWORKS DOS NOMES DO MDB - ADHAIL SPRENGER PASSOS, DIAS, FRUET, RICHA, SALAMUNI, SCALCO



FONTE: Elaboração do autor

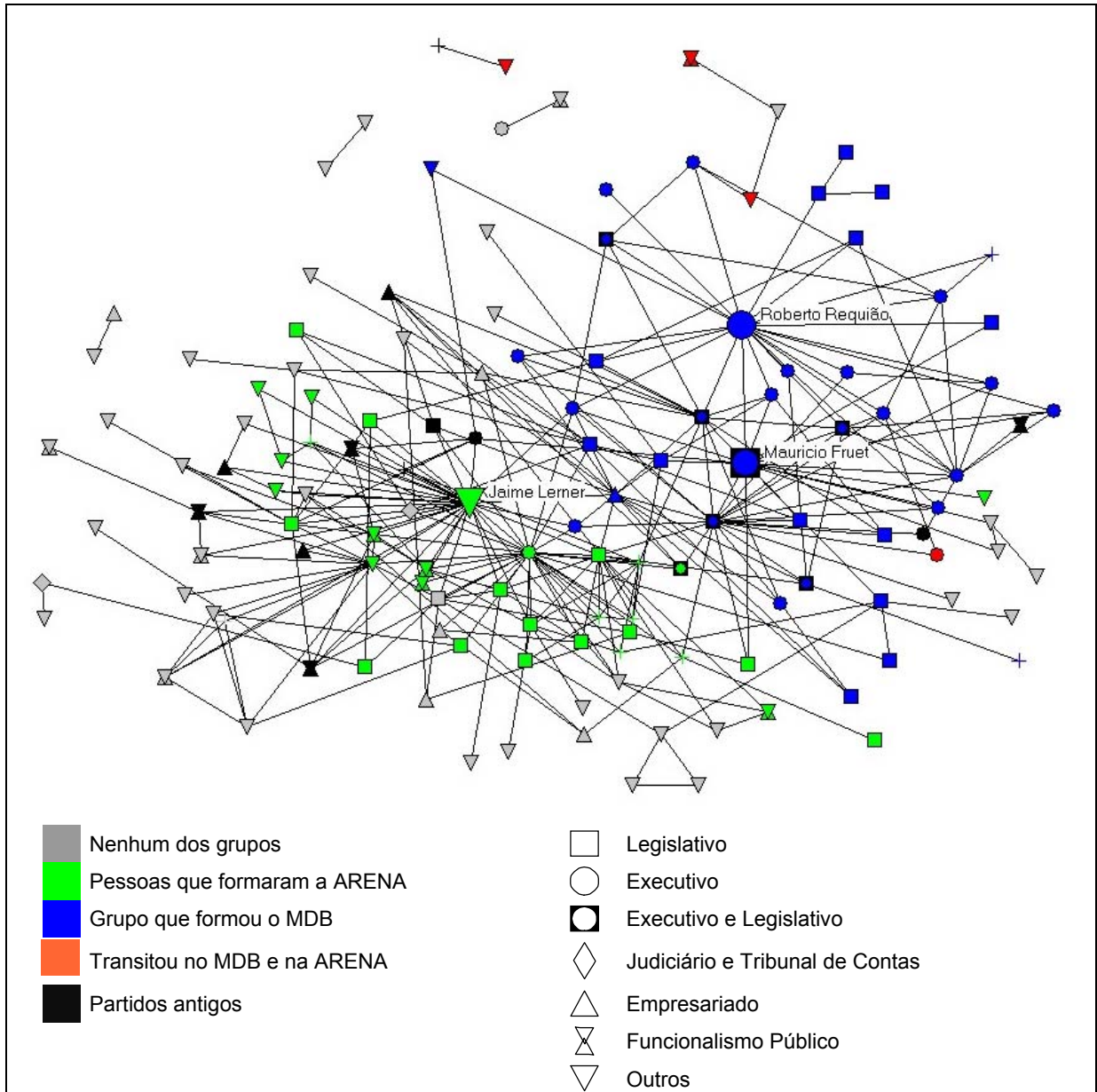
José Richa aparece no sociograma como o ponto mais conectado. Assim, como se mostra responsável pela ligação com o outro grupo. Álvaro Dias também assume importância na conexão com o outro grupo. Maurício Fruet, por sua vez, se insere dentro no grupo do PMDB como outro núcleo, mais isolado assim como Requião. Essa combinação de redes se fundamenta principalmente nos parlamentares e nas relações diversas com a sociedade fora do Estado, e com poucos representantes do empresariado. Além de ser essencialmente estadual, pois não há nenhum representante dos Poderes municipais deste período aqui conectado. A grande parte dos indivíduos aqui relacionados ainda vão iniciar sua carreira política.

Em torno de Requião, as relações que se estabelecem no período ainda não são propriamente de relações entre os Poderes, a grande maioria com quem mantém vínculos não ocuparam nem ocupam cargos políticos. Provavelmente, essa parte da rede do PMDB se consolidará na gestão de Requião em 1986, que pertence ao próximo Momento da rede a ser analisado.

#### 4.5 GESTÃO MDBISTA: A INDICAÇÃO E A VITÓRIA ELEITORAL DO PARTIDO NA CAPITAL

Esse momento coincide com as duas gestões de 3 anos dos prefeitos do PMDB, de 1983 a 1988, Maurício Fruet, indicado pelo governador, e Roberto Requião, eleito. Até o momento passado os políticos oriundos do MDB não tinham acesso aos postos do executivo em Curitiba ou no Paraná, e faziam da sua rede de relações uma rede especialmente parlamentar. Esperamos perceber nesse momento das gestões do PMDB mudanças em relação às posições dos indivíduos conectados tanto no grupo do PMDB como no de Jaime Lerner.

FIGURA 5- MOMENTO 2 - REDES DE RELAÇÕES POLÍTICAS ENTRE PODERES MUNICIPAIS EM CURITIBA DE 1983-1988



FONTE: Elaboração do autor

Essa rede aumenta tanto em nós como em vínculos, agora com 125 nós conectados a rede principal e oito pessoas fora das relações principais. Nas posições de centralidade o momento consolida o papel de alguns membros do PMDB, já mencionados no momento anterior. A diferença entre os graus do primeiro para o segundo colocado, no entanto é bastante significativa: Lerner aparece com



*Freeman degree* = 161 e Requião com 89. A seqüência dos indivíduos com mais vínculos na rede, então, continua com Ney Braga (89), Cássio Taniguchi (67), José Richa (51), Maurício Fruet (50), Rafael Greca (41) e Fabiano Braga Cortes. Com exceção de Ney Braga e Lerner, os nomes aqui citados do grupo já presentes na ARENA, mantiveram o mesmo grau nestes três momentos. O destaque é para o crescimento dos vínculos entre os PMDBistas e próprio Lerner, e a diminuição dos vínculos de Braga.

Acerca da medida de proximidade, reproduzem os mesmos nomes anteriores, colocando os nomes de Omar Akel e Maurício Fruet como novidade entre os dez primeiros nós com menores distâncias para alcançar a qualquer outro nó na rede.<sup>74</sup> Pela medida de intermediação os principais nomes voltam a ser Jaime Lerner, Ney Braga, Roberto Requião. Os outros em seqüência, tem valores bastante distantes de Lerner, sendo eles: José Richa, Maurício Fruet, Omar Akel, Jaime Canet, Álvaro Dias, Fabiano Braga Cortes, Donato Gulin e Cássio Taniguchi. Neste campo, Donato Gulin<sup>75</sup> e Jaime Canet podem representar forças do empresariado intermediando relações de apoio político. Enquanto, Fabiano Braga Cortes, José Richa e Álvaro Dias podem representar os quadros partidários da rede, fundamentados em ampla carreira de ocupação de cargos e disputas eleitorais.

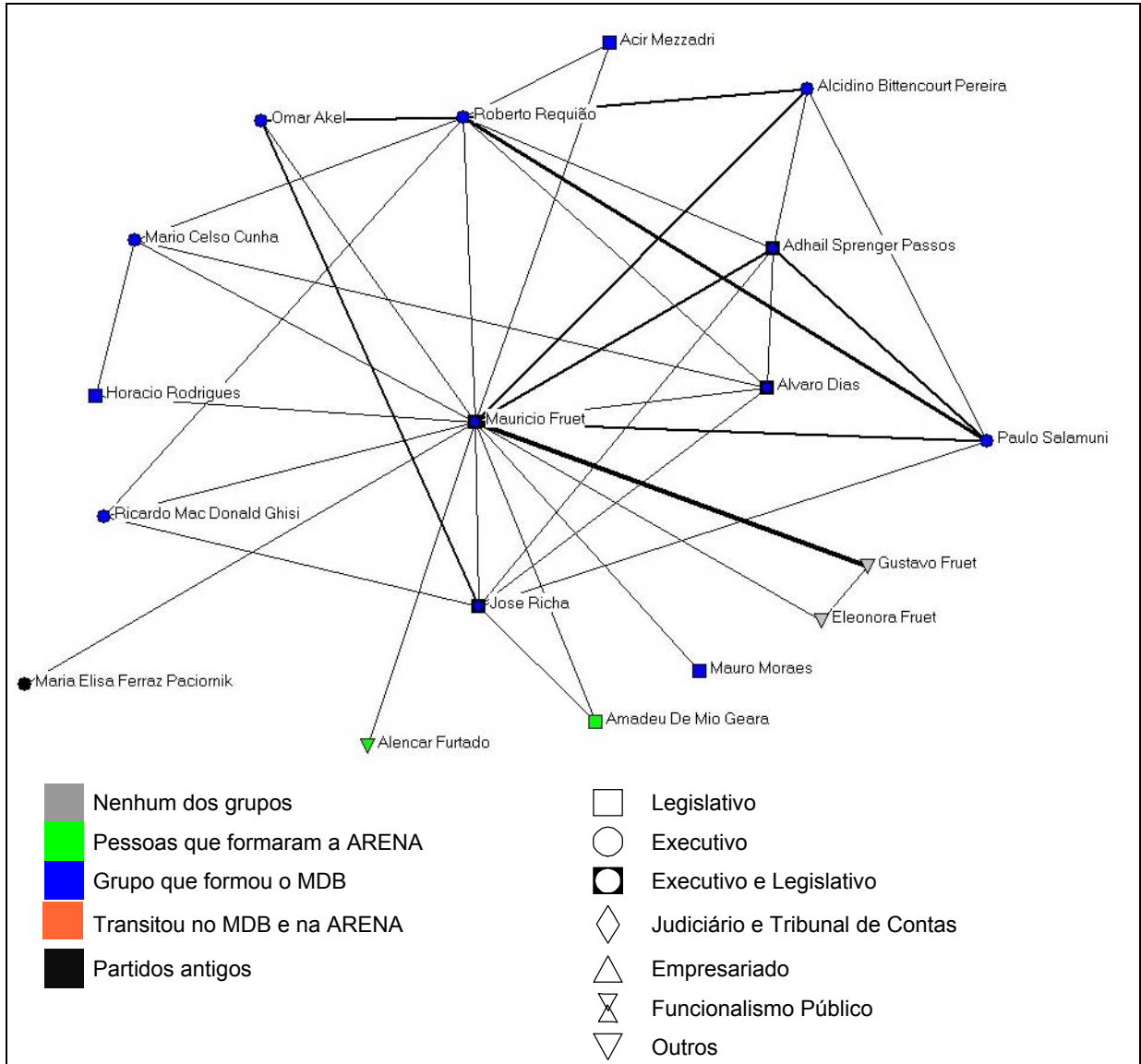
Gostaríamos de propor um olhar direcionado para Requião e Maurício Fruet, pois podemos compreender suas intermediações operando no sentido de manter relações dentre seu núcleo com outros da rede, conectando-se a nós menos conectados. As suas redes egocentradas podem mostrar suas semelhanças.

---

<sup>74</sup> A seqüência de *Closeness*, medida *farness*: Jaime Lerner (4555); Ney Braga (4559); Omar Akel (4569); Jaime Canet (4579); Fabiano Braga Cortes (4591); Álvaro Dias (4596); Maurício Fruet (4597), José Richa (4597); Roberto Requião (4606) e João Eliseo Ferraz de Campos (4597).

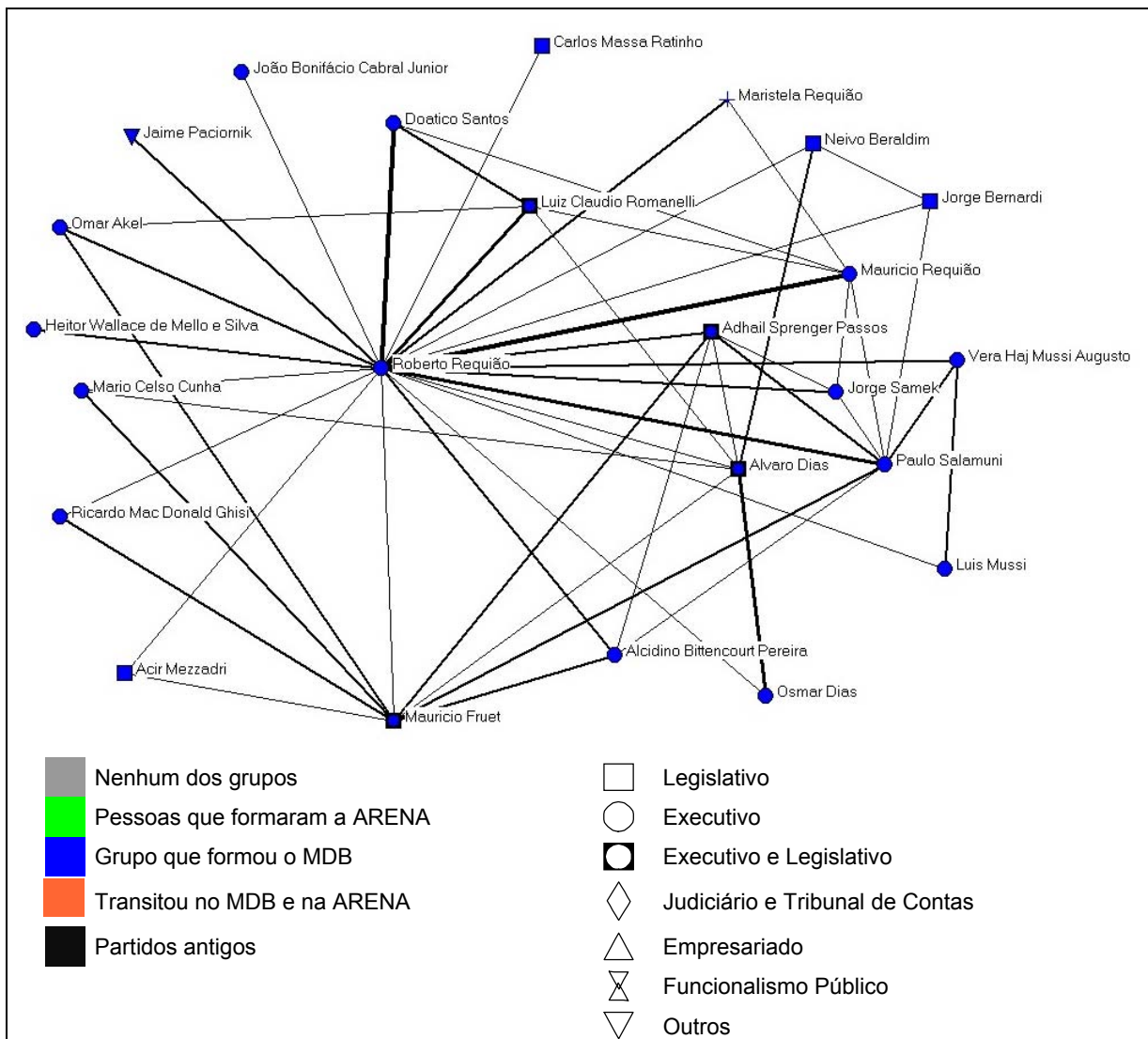
<sup>75</sup> Como ele foi vereador antes 1980 e deputado estadual neste período (até 1986), na divisão de atributos aparece como legislativo, mas possui grandes empresas de transporte coletivo que atuam em Curitiba desde a gestão Ney Braga no município.

FIGURA 6 - REDE EGO CENTRADA EM MAURÍCIO FRUET



FONTE: Elaboração do autor

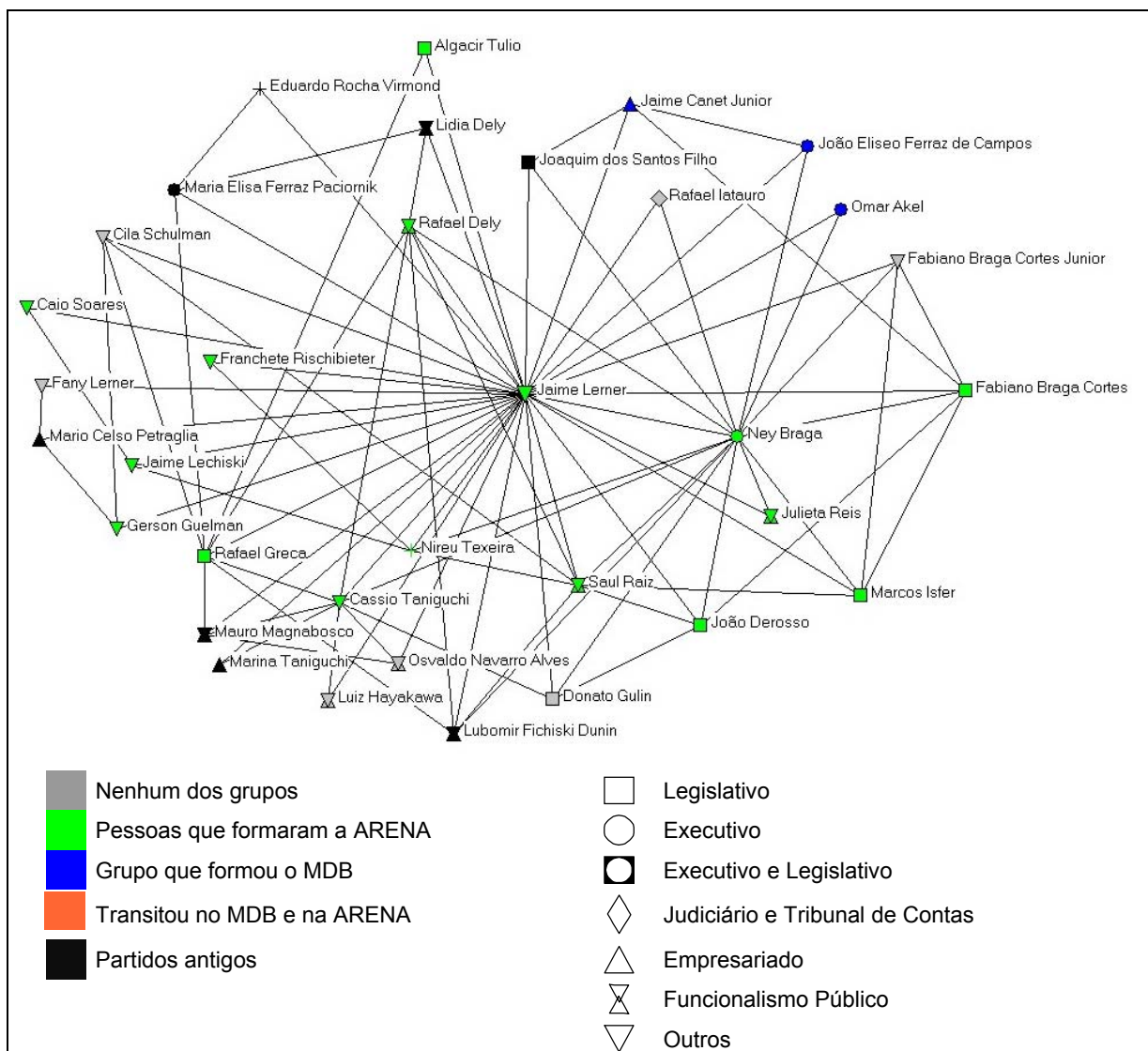
FIGURA 7 - REDE EGO CENTRADA EM ROBERTO REQUIÃO



FONTE: Elaboração do autor

Como panorama geral e simplificado, notamos que a rede do grupo Lerner tornou-se com maior representação legislativa. Isso significa que os indivíduos desse grupo estão investindo em carreiras políticas. Mas, seria importante verificar quem são esses políticos. Questionar, por exemplo, se o grupo coeso e executivo em torno de Jaime Lerner observado no momento 0, voltou-se para o legislativo ou se essa característica geral da rede se relaciona com o perfil do grupo oriundo dos vínculos e influência de Ney Braga.

FIGURA 8 - REDE EGOCENTRADA EM JAIME LERNER



FONTE: Elaboração do autor

A rede egocentrada em Jaime Lerner, agora mostra suas ligações fora da posição do executivo. Por essa rede, vê-se que a predominância não é de vínculos com representantes do legislativo. Ele manteve os mesmos vínculos com políticos desde o momento inicial, e dos vínculos acrescentados até esse período de 1988, apenas Algacir Túlio se apresenta como um representante parlamentar. Assim a presença de parlamentares na rede demonstra a influência do grupo Ney Braga no apoio ao grupo de Lerner.

#### 4.6 REDES DE RELAÇÕES DO PODER MUNICIPAL EM CURITIBA: A HEGEMONIA DA DIREITA NO GRUPO LERNER DE 1989 A 2000

Percebe-se que o grupo do PMDB expandiu sua rede ao longo do tempo, visualizamos a expansão através das respectivas redes dos momentos 0, 1 e 2, divididos analiticamente. Mas, a criação de vínculos neste grupo,<sup>76</sup> no entanto, não provocou rompimentos de vínculos no outro grupo. Assim, com as vitórias sucessivas do grupo de Jaime Lerner, para prefeitura de Curitiba, a permanência de vínculos entre os diversos nós da rede são operados na articulação de uma ampla base de apoio ao governo municipal. Introduz-se um fato novo, por outro lado, maior presença de vínculos propriamente municipais do grupo, acolhendo novos vereadores e novos nomes do executivo, técnicos e políticos. Visualizamos na rede que a política local toma proporções próprias e começam a despontar nomes de destaque municipal (figura 9).

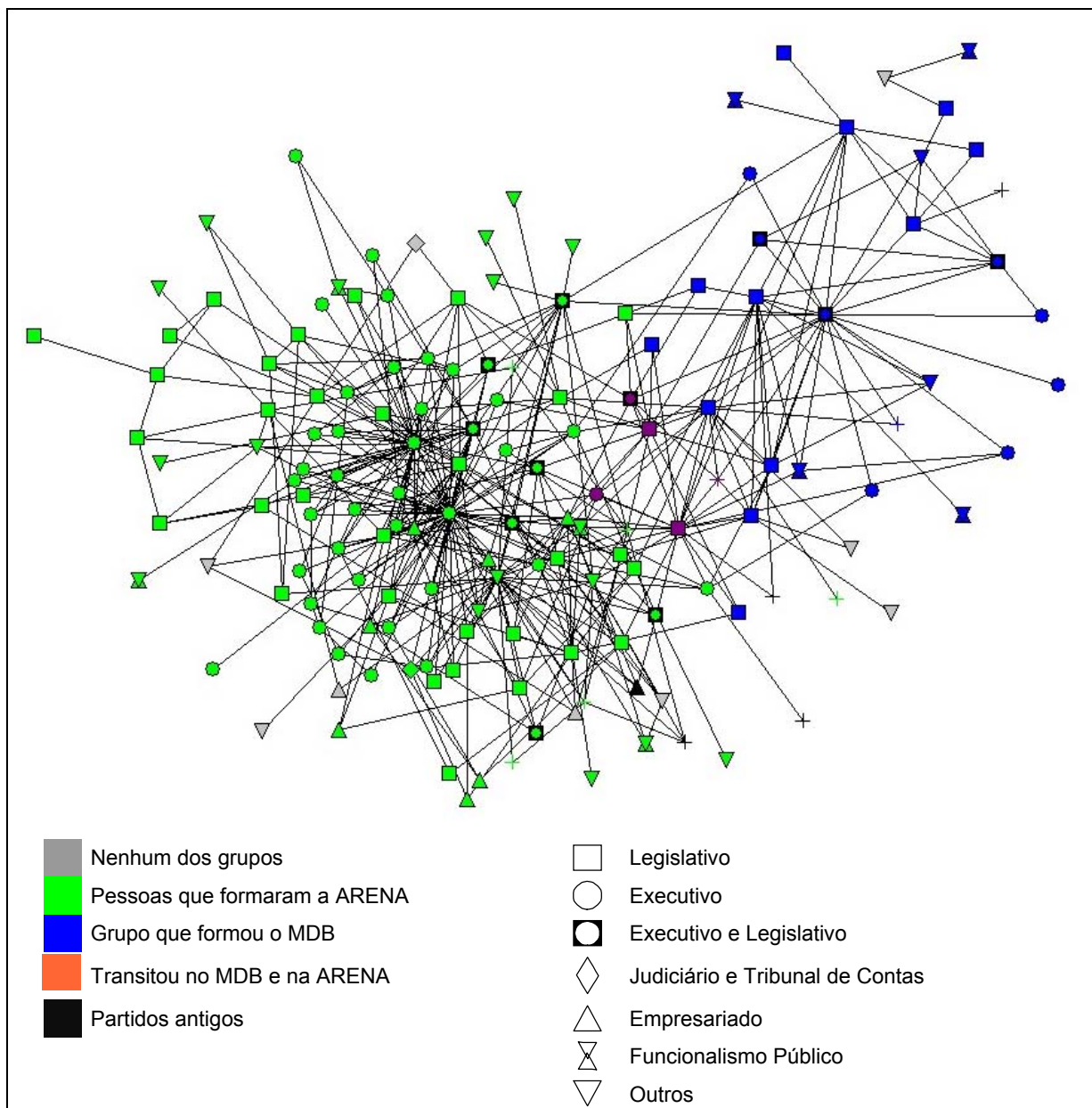
Essa é uma rede mais densa, em que aparecem 147 nós, todos conectados a rede principal. Visualizamos também que a maioria deles pertence ao grupo de apoio a Jaime Lerner e seu grupo, sucessivamente ocupando a prefeitura de Curitiba. Gostaríamos de identificar centros de poder em Curitiba, dentro dessas relações de apoio, que pudessem colaborar com o argumento de Mollenkopf sobre uma coalizão de governo:

“To became dominant in urban politics, a coalition must not only win elections ... but must convert electoral successes into a governing coalition by building relationships with major centers of public and private power whose cooperation is necessary for carrying out policy” (1992, p.05).

---

<sup>76</sup> Para avaliarmos melhor a expansão de vínculos do grupo do PMDB, deveríamos tentar realizar mais entrevistas com intuito de configurar a rede própria deste partido e seus expoentes políticos, e possibilitar a comparação entre rede e contra rede de poder. Todavia, como o objetivo central desta dissertação seria capturar as relações de apoio ao executivo em determinado período em Curitiba, o PMDB não ganha destaque nas entrevistas.

FIGURA 9 - MOMENTO 3 - REDES DE RELAÇÕES POLÍTICAS ENTRE PODERES MUNICIPAIS EM CURITIBA DE 1989-2000



FONTE: Elaboração do autor

No teste das medidas de centralidade, verificamos que neste período todos os prefeitos de Curitiba no período estudado ocupam as primeiras posições, com exceção de Ney Braga que se mantém como centro de relações, em respeito a quantidade de vínculos (*Freeman degree*). Os nomes e valores são sucessivamente: Jaime Lerner (224), Cássio Taniguchi (144), Ney Braga (93), Roberto Requião (90),

Rafael Greca (61) e Maurício Fruet (49). Em seqüência, José Richa mantém sua relativa centralidade e os vereadores João Cláudio Derosso (42) e Paulo Salamuni (41) ficam entre os dez mais centrais da rede do momento 3. Com relação aos últimos poderíamos identifica o primeiro, como força política da situação na CMC e o segundo à oposição, mantendo ligações diretas com os respectivos prefeitos que representam essa posição no período estudado. De uma maneira geral, essa distribuição de centralidade contempla tanto as forças propriamente municipais como as estaduais, do grupo Lerner e sua origem arenista e do grupo MDBista. O papel e o poder de Rafael Greca, todavia, está bastante circunscrito a esse momento 3, em que ocupou a prefeitura de Curitiba.

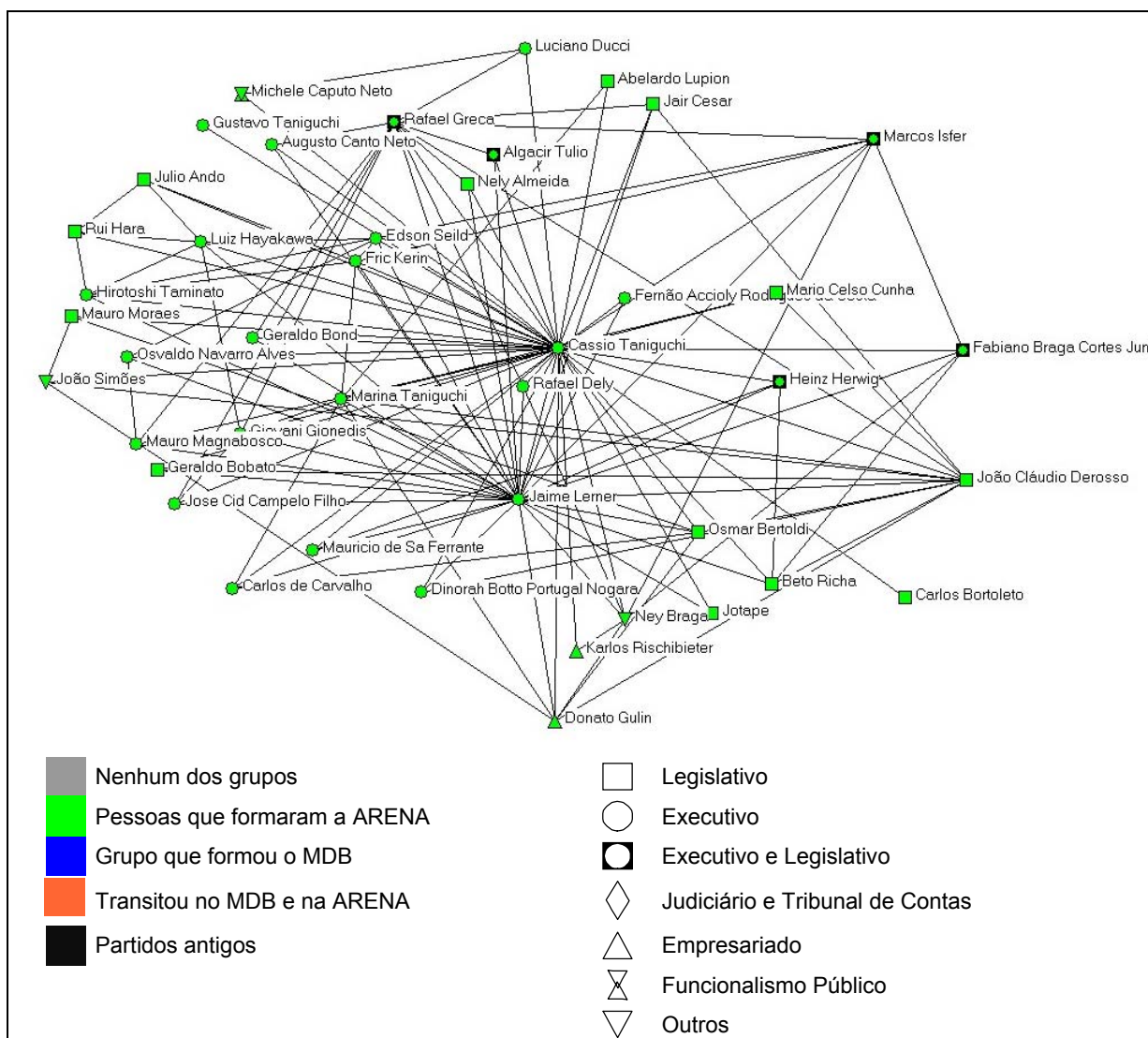
Acerca da proximidade, Requião continua distante, e são principalmente os nomes do grupo Lerner que aparecem como centrais: o próprio, Cássio Taniguchi, Ney Braga, Jaime Canet, Marcos Isfer, Heinz Herwig, Beto Richa, Omar Akel. Destacamos as novidades dos nomes de Marcos Isfer, político de carreira, que não só ocupa cadeiras parlamentares no município e no estado, mas também, no executivo municipal e estadual. Além de Beto Richa, que desponta como político no período, iniciando como deputado estadual, para então, se configurar no quadro municipal do PSDB, ganhando a disputa eleitoral pela prefeitura de Curitiba em 2004. O caso de Heinz Herwig também parece interessante já que passa para o Tribunal de Contas em 2000 e sua presidência em 2004.

Os valores de intermediação (Betweenness), por sua vez, apresentam a centralização de Taniguchi ocorrida no período, e o novo nome de Isfer, Jorge Samek e Mário Celso Cunha, os três através de suas relações do legislativo para o executivo. Perdem visibilidade Omar Akel, Fabiano Braga Cortes e Donato Gulin, os últimos já não mais ocupando cargos políticos ou nos poderes públicos.

Uma das questões importantes que se levantou como hipótese de trabalho era de que esse grupo centralizado por Jaime Lerner absorveu elementos desvinculados da origem de Ney Braga e do IPPUC, que se deveu tanto à estratégia

de permanência no poder quanto à conquista do Cargo de governador por Lerner, fazendo-o deslocar sua rede e abrir espaço no poder municipal. Complementando essa hipótese, pensamos que a permanência de parlamentares por diversos mandatos na Casa Legislativa fundamentou a entrada desses novos elementos à rede do poder. Os vínculos entre vereadores e prefeitos estão mais presentes. Essa nova realidade pode ser verificada pela diversificação na rede egocentrada de Cássio Taniguchi que apresentamos agora:

FIGURA 10 - REDE EGOCENTRADA EM CÁSSIO TANIGUCHI



FONTE: Elaboração do autor



Em certo sentido podemos entender que a viabilização da carreira política seja o resultado da colaboração dos membros em um grupo na rede numa série de trocas. O contexto de disputas eleitorais e das novas relações do executivo com o legislativo, possibilitou a entrada de mais vereadores a rede. A entrada de vereadores a rede também favoreceu a relação dos mesmos dentro da CMC para ocuparem os postos de direção. É o que se vê no caso do presidente da Câmara e o líder do prefeito que mais tempo permaneceram nestes cargos. Podemos observar também, que esses vereadores mantêm vínculos não somente diretos com o prefeito e entre outros vereadores da CMC, mas possuem vínculos de origem anteriores a sua entrada nas relações com o grupo de Jaime Lerner. Como exemplo, podemos nos concentrar na rede egocentrada do presidente da Câmara Municipal de Curitiba durante os anos de (1997-2004)<sup>77</sup> (figura 11).

Todos os vereadores que se fizeram presentes na rede estabeleceram vínculos com indivíduos já conectados nesta rede, e aos poucos foram aumentando seus vínculos e até trazendo novos nomes para a mesma. Observa-se isso com Jairo Marcelino vinculado a Donato Gulin, João Cláudio Derosso com seu pai João Derosso, Mário Celso Cunha que já se manteve através dos vínculos com o PMDB, Osmar Bertoldi com seu pai Orlando Bertoldi, Mauro Moraes a partir das conexões iniciais com o PMDB.

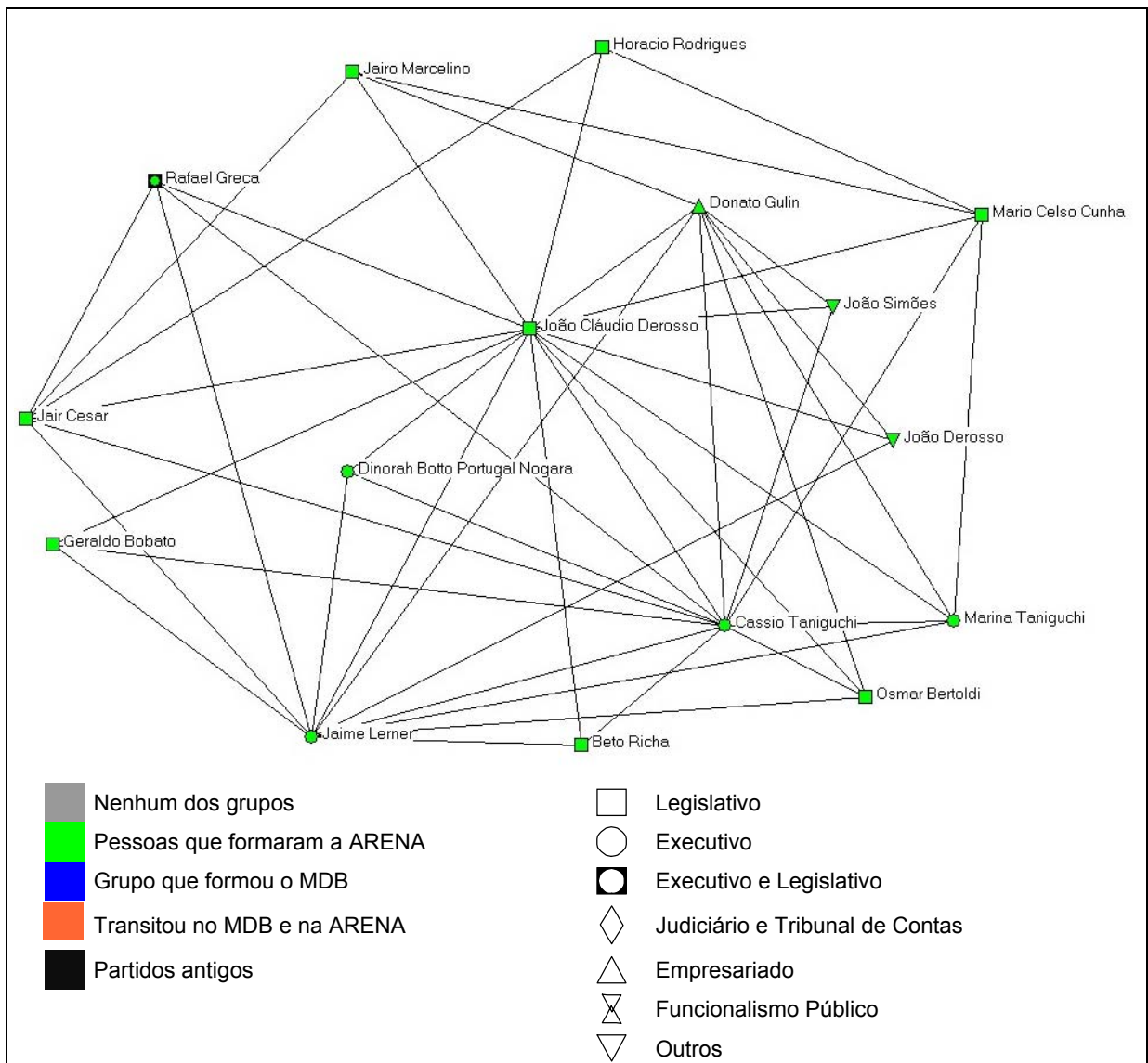
Essa relação mais presente e direta, entre Legislativo e Executivo, pode complementar as explicações a respeito de um comportamento situacionista dos vereadores. Mas, também elucidar a respeito do controle da distribuição de benefícios aos parlamentares, indicando centros de poder entre eles, que estão além da simples ocupação dos cargos de direção da CMC. Pois, outros ex-presidentes da casa não se mostram como mediadores ou como concentradores de vínculos, como João Cláudio Derosso e Mário Celso Cunha se mostraram, nesse

---

<sup>77</sup> Ainda permanece no cargo, pelo mandato de 2005-2006.

exame da rede. Assim como, indicar que a respeito da partilha de decisões, nem todos os vereadores que se reelegem sucessivamente podem influenciar a dinâmica do executivo municipal, mesmo participando de um bloco interno de situação na CMC. Os que partilham possuem vínculos em outros campos da rede, sejam no empresariado ou nas relações políticas herdadas.

FIGURA 11 - REDE EGOCENTRADA EM JOÃO CLÁUDIO DEROSSO



FONTE: Elaboração do autor

#### 4.7 REDES SOCIAIS DO PODER MUNICIPAL EM CURITIBA – PERÍODO DE REAJUSTES – DE 2000 A 2004.

Nessa rede percebemos que a oposição ao grupo Lerner volta a aparecer e articular novos vínculos, aproveitando-se de alguns rompimentos daquele grupo, e até da saída de Ney Braga<sup>78</sup> da cena política paranaense. A disputa eleitoral na cidade, por sua vez, pela primeira vez polariza Curitiba e coloca a necessidade de segundo turno. O grupo opositor continua sendo oriundo do PMDB, mesmo que este partido não tenha indicado candidato próprio para concorrer nas eleições majoritárias municipais de 2000 e 2004 (figura 12).

Os indivíduos centrais observados pelas medidas, continuam praticamente os mesmos, Lerner, Taniguchi, Requião, Greca, José Richa, João Cláudio Derosso em termos de grau. Os mesmos com adição de Mauro Moraes, Marcos Isfer, Beto Richa e Fabiano Braga Cortes na relação de intermediação. E em proximidade, algumas alterações se apresentam colocando novos nomes municipais em evidência, a seqüência dos dez mais centrais seria: Cássio Taniguchi, Jaime Canet, Beto Richa, Fabiano Braga Cortes, Heinz Herwig, Osmar Bertoldi Mauro Moraes, João Cláudio Derosso e Marcelo Almeida. Essa seqüência consolida a idéia de núcleos dentro da rede na oposição que colocam os nomes do PMDB como centrais em outros termos, mas não no alcance a toda rede.

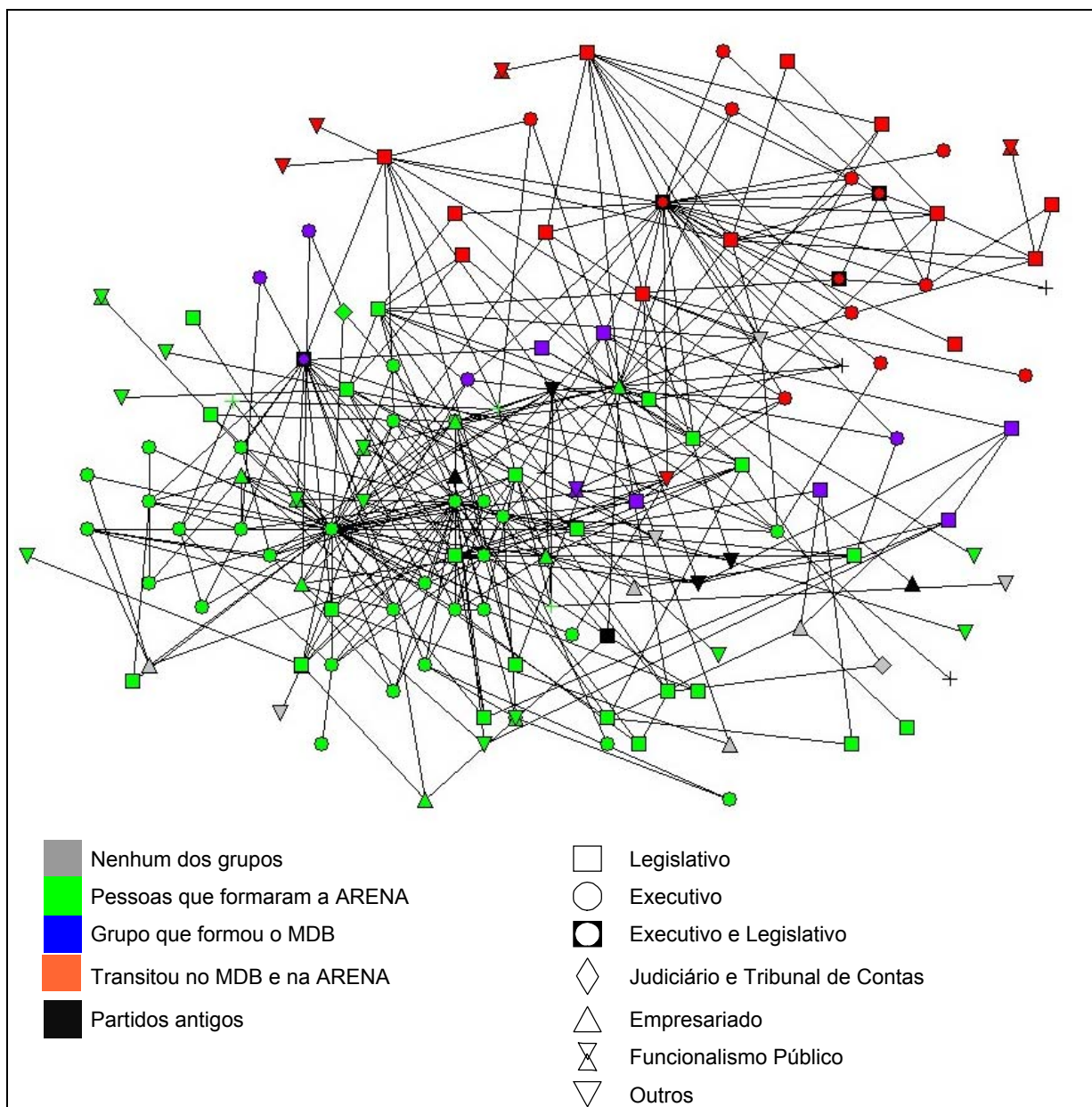
Esse período contempla dois momentos de rompimentos e também estabelecimento de novos vínculos, um no ano 2000, nas disputas do 2º turno das eleições e em 2002 na articulação de alianças nacionais e estaduais, para as eleições gerais. O grupo Jaime Lerner não lança ninguém com chances eleitorais para o governo do estado, assim como o próprio ex-governador não se candidata a nenhum cargo. Esse afastamento do grupo possibilita a reconquista pelo PMDB do

---

<sup>78</sup> Faleceu no ano 2000.

executivo estadual, o início de inúmeros processos de investigações das ações do governo Lerner, culminando inclusive em algumas prisões e indiciamentos. O afastamento do líder também produz desentendimentos momentâneos do grupo municipal, que possibilitou a criação de duas candidaturas de situação no ano de 2004 e também se favoreceu pelos rompimentos do grupo do PMDB em Curitiba.

FIGURA 12 - MOMENTO 4 - REDES DE RELAÇÕES POLÍTICAS ENTRE PODERES MUNICIPAIS EM CURITIBA DE 2000-2004



FONTE: Elaboração do autor

Fatores externos (como desaprovação popular, crescimento da aceitação de partidos de esquerda...) parecem contribuir para algumas mudanças na rede de poder, que pela primeira vez pôde se sentir ameaçada de sair do alto cargo executivo de Curitiba em 2000. A estabilidade do grupo político e da estrutura da rede são fortes realidades, mas a rede em articulação com os fatos do contexto político contemporâneo indica que esse período de gestão de 2000 a 2004, também pode se constituir num momento de mudanças dos padrões de vínculos políticos. Essa possibilidade, no entanto, só pode ser evidenciada com novas entrevistas e com dedicação de estudo sobre as dinâmicas atuais da política municipal, que não foram preocupações desta dissertação.

Os indivíduos centrais observados pelas medidas, continuam praticamente os mesmos, Lerner, Taniguchi, Requião, Greca, José Richa, João Cláudio Derosso em termos de grau. Os mesmos com adição de Mauro Moraes, Marcos Isfer, Beto Richa e Fabiano Braga Cortes na relação de intermediação. E em proximidade, algumas alterações se apresentam colocando novos nomes municipais em evidência, a seqüência dos dez mais centrais seria: Cássio Taniguchi, Jaime Canet, Beto Richa, Fabiano Braga Cortes, Heinz Herwig, Osmar Bertoldi Mauro Moraes, João Cláudio Derosso e Marcelo Almeida. Essa seqüência consolida a idéia de núcleos dentro da rede na oposição que colocam os nomes do PMDB como centrais em outros termos, mas não no alcance a toda rede.

Esse período contempla dois momentos de rompimentos e também estabelecimento de novos vínculos, um no ano 2000, nas disputas do 2º turno das eleições e em 2002 na articulação de alianças nacionais e estaduais, para as eleições gerais. O grupo Jaime Lerner não lança ninguém com chances eleitorais para o governo do estado, assim como o próprio ex-governador não se candidata a nenhum cargo. Esse afastamento do grupo possibilita a reconquista pelo PMDB do executivo estadual, o início de inúmeros processos de investigações das ações do governo Lerner, culminando inclusive em algumas prisões e indiciamentos. O afasta-

mento do líder também produz desentendimentos momentâneos do grupo municipal, que possibilitou a criação de duas candidaturas de situação no ano de 2004 e também se favoreceu pelos rompimentos do grupo do PMDB em Curitiba.

Fatores externos (como desaprovação popular, crescimento da aceitação de partidos de esquerda...) parecem contribuir para algumas mudanças na rede de poder, que pela primeira vez pôde se sentir ameaçada de sair do alto cargo executivo de Curitiba em 2000. A estabilidade do grupo político e da estrutura da rede são fortes realidades, mas a rede em articulação com os fatos do contexto político contemporâneo indica que esse período de gestão de 2000 a 2004, também pode se constituir num momento de mudanças dos padrões de vínculos políticos. Essa possibilidade, no entanto, só pode ser evidenciada com novas entrevistas e com dedicação de estudo sobre as dinâmicas atuais da política municipal, que não foram preocupações desta dissertação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como ponto de partida a tentativa de entender a permanência de um grupo no poder executivo municipal em Curitiba, durante 16 anos. Pensávamos que a análise de redes poderia esclarecer sobre as ligações desse grupo com os políticos e com a sociedade, e compreender o apoio ao grupo pela estrutura da rede.

O campo político da direita controlou por grande período de tempo a prefeitura de Curitiba, embora na eleição de 1989, venha encabeçado pela legenda do PDT. O Regime Militar garantiu que os postos do executivo fossem ocupados por indivíduos desse campo. Com a redemocratização, o campo da direita se desarticula momentaneamente no município, mas é por período curto de tempo que a direita não se mantém na prefeitura. O retorno desse campo para a prefeitura consolida um bom desempenho eleitoral durante o período estudado. A formação dos gabinetes da direita, por sua vez, perpetua traços tecnocráticos do Regime Militar, ao mesmo tempo, que os nomeados mantêm lealdade e vínculos diretos com o prefeito e não com o partido de origem, conforme descrito no capítulo III e pelas redes do capítulo IV.

A relação direta de um vereador com os prefeitos possibilitou, nem tanto sua permanência, como a sua ascensão na CMC, e a possibilidade de interferir nas decisões do executivo. Notamos, também, que as questões dos transportes que foram relatadas no capítulo I e iniciaram a formação de um grande bloco na CMC, grupo pró-cidade, foram mantidas na Casa pela presença dos vínculos entre vereadores e setor do transporte coletivo na redes.

Verificamos que a rede de sustentação de Jaime Lerner durante esses 16 anos, foi herdada de relações políticas passadas muito anteriores fundamentadas no grupo de Ney Braga e que, ao longo do tempo, se incrementou com elementos

novos, mas, que não rompeu com muitos dos vínculos iniciais de um período de grande influência daquele político. Sem preocupações analíticas, os entrevistados já demonstravam essa herança política, mas não percebiam a contribuição política, e não somente técnica, do próprio Lerner. No interior da rede, podemos analisar que se consolidaram dois grupos, e que ambos se ampliam. Porém, o grupo de Lerner faz um movimento de expansão de quadros do município para o Estado, neste período de 1989-2004, mesmo tendo relações herdadas desde um momento precedente, conforme se visualiza nas redes apresentadas no capítulo anterior. E o grupo localizado, principalmente, na influência do PMDB faz um movimento do Estado para o município. Entender em específico o grupo do PMDB na rede exigiria um trabalho mais extenso e entrevistas que abrangessem nomes de políticos estaduais, devido sua particular inserção no Paraná, às margens da capital no período ditatorial.

A análise de rede de apoio político ao executivo em Curitiba mostrou a existência de grande coesão, devido a um grande número de pessoas relacionadas entre si de forma cruzada, além da centralidade em torno do grupo Lerner. Não encontramos grupos desconectados, mas uma certa polarização, embora isso só possa ser afirmado quando levamos em conta os dados de atributos dos indivíduos. Os grupos que percebemos estão diferenciados pela clivagem esquerda e direita, mas não deixam de manter vínculos cruzados entre si. Uma diferença interessante entre os prefeitos do PMDB e do PDT e PFL foram as relações primárias da suas egonetworks, sempre uma menor presença de indivíduos do legislativo no relacionamento direto com os prefeitos do PDT e PFL, ao contrário dos prefeitos do PMDB.

Os vínculos coletados pelas citações nesta dissertação, no entanto, não podem indicar precisamente que os atores estão influenciando nas decisões políticas, de acordo com a indicação de Knoke:

while indicating the presense of latent channels for passing messages or coordinating common political strategies, the mere existence of discussion linkages or interpenetrated



boundaries cannot substantiate that over efforts to influence policy are occurring among actors (KNOKE, 1990 p. 276).

Essa rede se sustenta se pensada como uma rede de apoio político e não de formulação de políticas. Assim, os estudos das redes apresentadas por esse trabalho são válidos para melhorar a compreensão de como as elites interagem para se manter e perpetuar um grupo no poder. As considerações sobre a coalizão de governo foram iluminadas pela compreensão dos padrões de relações entre indivíduos e grupos mostrando a possibilidade de vínculos do passado operarem na reconquista de cargos formais do poder municipal. Por um lado, esses padrões reforçam a idéia do grupo técnico, do grupo de executores, que se estabeleceu no Executivo Municipal. Por outro lado, os detalhes das relações entre Legisladores e a prefeitura, no entanto, não puderam ser investigados com precisão. As relações de indicações para cargos na prefeitura tão claramente transparecida em análises sobre o poder público da cidade São Paulo, não se revelaram nesta dissertação sobre a capital paranaense. Em um ambiente fortemente tecnocrático e de controle muito forte por um grupo coeso, as indicações externas, provavelmente escasseiam, e os legisladores precisam adotar um comportamento de deferência às indicações do Executivo.

Como falha devemos mencionar que não conseguimos capturar em nenhum dos momentos na Rede de apoio político dos poderes municipais as relações de Aníbal Khury. Essa personalidade da política paranaense ocupou a cadeira de deputado estadual desde 1954 até o ano de seu falecimento em 1999, interrompido apenas durante um período de 13 anos em que seu mandato foi cassado (1969-1982). Mesmo assim, conseguiu depois da cassação ser eleito e reeleito sucessivamente para a Mesa executiva da Assembléia Estadual. Em todas as entrevistas, quando questionado a respeito das ligações com quais políticos e pessoas Aníbal mantinha, todos os entrevistados respondiam “com todos”. Essa generalidade pode indicar a forte presença do político no Poder estadual, porém deixou-nos de mãos

atadas, sem critérios para indicar os vínculos dele. Provavelmente teríamos altas medidas de centralidade e interessantes análises a respeito de sua *egonetwork*. Esse caso, todavia, mereceria uma entrevista particular com ex-assessores e familiares que seguiram a carreira política, mas que não se viabilizou pelo curto espaço de tempo em que as entrevistas precisaram ser realizadas.

Mesmo assim, a idéia de coalizão política dominante pode ser usada para explicar a dinâmica política curitibana, considerando uma grande estabilidade da política no período, na dinâmica interna das redes, com respaldo da continuidade eleitoral do grupo Lerner durante 16 anos (1989 a 2004) da história de Curitiba.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. H. T. de e CARNEIRO, L. P. "Liderança local, democracia e políticas públicas no Brasil", paper apresentado no Painelel: Elites Políticas na formulação e implementação de políticas. IV Encontro nacional da ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política, Niterói 28-31 de julho, 2002.
- AMORIM NETO, O. 2000. "Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais e disciplina legislativa no Brasil", in Dados, vol.43, no.3, p.479-519.
- ANDRADE, R. de C.(org) 1998. Processo de Governo no Município e no Estado: uma análise a partir de São Paulo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- BEZERRA, Marcos Otávio. 1999. Em nome das bases: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará: núcleo de antropologia da política.
- CAIN, B., FERREJOHN, J. e FIORINA, M. 1987. *The Personal Vote*. Cambridge, Harvard University press.
- CODATO, A N. e CERVI, E. U. Institucionalização Partidária: Uma discussão empírica a partir do caso do PFL do Paraná. Comunicação em Congresso Científico: III Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP, realizado em Niterói, em julho de 2002.
- COUTO, I. C. 1998. Ação Empresarial: o caso do GEC (Grupo de Empresários de Curitiba) – 1990-1998. Curitiba: dissertação de mestrado, UFPR.
- DAHL, Robert. Who Governs.
- DINIZ, Eli. 1982. Voto e Máquina política. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- DORIA, Pedro Ricardo. 2002. Jaime Lerner: Liderança, autoridade e contexto político. Curitiba: Editora Juruá.
- EMIRBAYER, M. 1997. "Manifesto for a relational sociology". *American Journal of Sociology*, 103, 2.
- \_\_\_\_\_ e GOODWIN, J. 1994. " Network Analysis, Culture and the Problem of Agency". In: *American Journal of Sociology*, Vol. 99, No.6:1411-54.
- GRANOVETTER, M. 1985. " Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness". In: *American Journal of Sociology*, Vol.91, Nº.3: 481-510.
- KNOKE, D. 1990. *Political Network: The Structural Perspective*. New York: Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_. e PAPPI, F . 1991. " Organizational Action sets in the US and German labor Policy", In *American Sociological review*. Vol 56, nº 4.

KUNHAVALIK, J. P. 2004. "Ney Braga: trajetória política e bases do poder", in OLIVEIRA, R. C. de (org), *A Construção do Paraná Moderno: Políticos e Política no Governo do Paraná de 1930 a 1980*. Curitiba: SETI.

KUSCHINIR, K. 2000. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

LAUMMAN, E et al. 1992. "The social organization of the Washington establishment during the first Reagan administration", In MOORE, G e WHITT, A (org) *Research in politics and society: the political consequences o social networks*. Vol. 4.

LIMA, C. de A. 2001. " Considerações sobre ocupações irregulares e parcelamento urbano em áreas de mananciais da Região Metropolitana de Curitiba", in *Desenvolvimento e Meio Ambiente: cidade e ambiente urbano*. Curitiba, PR: editora da UFPR, n.3.

LIMONGI, F. 1994. "O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: a literatura Norte-Americana recente", in *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)*, nº 37, p. 1- 100.

LOPEZ, F. G. 2004. "A política Cotidiana dos Vereadores e as Relações entre Executivo e Legislativo em âmbito Municipal: o caso do Município de Araruama", In *revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 22, p.153-177.

MAYHEW, D. 1974. *Congress The Electoral Conection*. New Haven and London: Yale University Press.

MARQUES, E. C. 2003. *Redes Sociais, Instituições e Atores políticos no Governo da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume : FAPESP.

\_\_\_\_\_. 1999. "Redes Sociais e Instituições na Construção do Estado e sua Permeabilidade". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol.14, No.41, p. 47-67.

\_\_\_\_\_. 1997. "Notas Críticas à literatura sobre estado, Políticas Estatais e Atores Políticos", in *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)*, Rio de janeiro, nº 43, 1º semestre.

MARQUES, F. M. da. 2003. *O grupo César Maia: líderes, partidos e política no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia e Ciência Política. Universidade Federal Fluminense. Niterói.

MELO, C. R. 2004. *Retirando as cadeiras do Lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

MIZRUCHI, M. 1996. "What do interlocks do? An analysis, Critique, and assessment of research on Interlocking Directorates", in *Annual Review Sociology* , vol 22: 271-198.

MOURA, R. 2001. "*Regulación Del uso Del suelo urbano: discusión sobre el caso de Curitiba*", in *Desenvolvimento e Meio Ambiente: cidade e ambiente urbano*. Curitiba, PR: editora da UFPR, n.3.

OLIVEIRA, D. de. 2000. *Curitiba e o mito da cidade modelo*. Curitiba: Editora da UFPR.

OLIVEIRA, R.C. de. 2001. O silêncio dos Vencedores: genealogia, classe dominante e estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo.

\_\_\_\_\_. 2004. (org.) A Construção do Paraná Moderno: Políticos e Política no Governo do Paraná de 1930 a 1980. Curitiba: SETI.

PADGETT, J.F. & ANSELL, C. K. 1993. "Robust Action and the Rise of the Medici 1400-1434". In: American Journal of Sociology, Vol.98, No.6

PEREIRA, G. 2001. "A natureza (dos) nos fatos urbanos: produção do espaço e degradação ambiental", in Desenvolvimento e Meio Ambiente: cidade e ambiente urbano. Curitiba, PR: editora da UFPR, n.3.

PRALON, E. M. & FERREIRA, G. N. 1998. "Centralidade da Câmara Municipal de São Paulo no processo decisório," In : ANDRADE, R. C. (org.). Processo de governo no município e no estado : uma análise a partir de São Paulo. São Paulo : USP.

SANTOS, F. 2000. Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-99. In: BOSCHI, R., DINIZ, E., SANTOS, F. Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo: a desconstrução da ordem corporativa e o papel do Legislativo no cenário pós-reformas. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, p. 89-117.

\_\_\_\_\_. 2003. O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.

SCOTT, John. 1992. Social Network Analysis: a Handbook. London: Sage.

SILVA, M. C. de M. 2003. Redes Sociais Interorganizacionais informais e gestão: um estudo nas áreas de manutenção e operação da planta hyco8 Camaçari – BA. Dissertação de mestrado Salvador.

SKOCPOL, T. 1985. "Bringing the State Back In: strategies of analysis in Current Research", in EVANS, P. *et al* (eds) Bringing the State Back in. new York, Cambridge University Press.

TAIDA, K e WADA, T. (1987) "Business-government relations in modern Japan: a Todai-Yakkai-Zakay complex", In MIZRUCHI, M e SCHWARTZ, M. Interorganizational relations: the structural analysis of business. New York: Cambridge University Press.

THELEN, K e STEIMO, S. 1992. "Historical Institutionalism in Comparative Politics", in S Steven; K. Thelen e F. Longstreth (orgs), Structuring Politics: Historical Institutionalism in Comparative Analysis. New York, Cambridge University Press.

TILLY, C. 1992. "Prisoners of the state". Historical Sociology, Blackwell Publishers Ltda for UNESCO, vol.XLIV, nº 3, 1992.

VAN BURIS. 1992. "Elite policy-planning network in the United States", In MOORE, G e WHITT, A (org) Research in politics and society: the political consequences of social networks. Vol. 4.

VEIGA, J. E. 2002. Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que parece. Campinas: Autores Associados.

VICENTINI, Y. 2001. “Teorias da cidade e as reformas urbanas contemporâneas”, in *Desenvolvimento e Meio Ambiente: cidade e ambiente urbano*. Curitiba, PR: editora da UFPR, n.3.

WASSERMAN, e FAUST. 1994.

ZAPPI, M. 2004. *Pesquisa de Iniciação Científica: “Trajetórias e Classe Política em São Paulo: redes sociais e políticas públicas”*. Relatório final da FAPESP.

## **Outras Fontes**

ALEP – Assembléia Legislativa do Paraná. Biografia dos deputados. [www.assembleia.pr.gov.br](http://www.assembleia.pr.gov.br)

CMC – Câmara Municipal de Curitiba. Biografia dos vereadores. [www.cmc.pr.gov.br](http://www.cmc.pr.gov.br)

CMC – Câmara Municipal de Curitiba. Sistema de Proposições Legislativas 1999-2004. gabinete parlamentar.

CMC – Câmara Municipal de Curitiba. Legislação Municipal. Sistema interno. gabinete Parlamentar.

CMC – Câmara Municipal de Curitiba. Lista de vereadores. Diretoria de Cerimonial. 2001, 2002, 2003 e 2004.

Câmara dos Deputados. Biografia dos deputados federais. [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

Diário Oficial do Município. Vários anos (1986-2000). Biblioteca da Câmara Municipal de Curitiba.

DICIONÁRIO HISTÓRICO - BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS -30/ Coordenação geral Alzira Alves de Abreu e Israel Beloch; Coordenação dos verbetes biográficos Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão; Coordenação dos verbetes temáticos Fernando Lattman-Weltman. 2.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2001. 5v. il.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2000, [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

IPARDES, 2003. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Paraná: diagnóstico social e econômico / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba:.

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Curitiba em dados, ano 1996 e 2004.

Lei 2295/1963 – Criação da Companhia de Urbanização e Saneamento de Curitiba - URBS

Lei nº 2323/1963 - Estrutura dos órgãos da prefeitura de Curitiba.

Lei nº 2347/1963 – Criação do Instituto de Administração Municipal .

Lei nº 2545/1965 – Criação da COHAB – Curitiba.

Lei nº 2060/1965 – Criação do IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba).

Lei nº 6033/1979 - Altera a estrutura de órgãos da Prefeitura Municipal

Lei nº 6155/1980 – Altera estrutura de órgãos da Prefeitura Municipal, modifica estrutura CIC (Companhia de Desenvolvimento de Curitiba – Cidade Industrial de Curitiba) e cria uma nova URBS (Urbanização de Curitiba)

Lei nº 6817/1986 – Modifica estrutura organizacional da prefeitura Municipal de Curitiba.

Lei nº 7671/1991 – Modifica estrutura organizacional da prefeitura Municipal de Curitiba.

Lei nº 8184/1993 – Cria Secretaria Municipal de Indústria e Comércio

Lei nº 8260/1993 – Cria Secretaria Municipal de Saneamento.

Lei nº 10130/2000 - Extingue secretarias municipais da Indústria e Comércio e de saneamento

Lei nº 10644/2003 – Cria Secretaria Municipal de Defesa Social e extingue Secretaria Municipal da Criança.

PMC- Prefeitura Municipal de Curitiba. Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba: “Curitiba de Amaná”. Junho de 1965.

PMC – Prefeitura Municipal de Curitiba. Proposta Orçamentária Municipal. Vários anos (1983-2000).

TRE-PR Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Resultado eleitoral. Vários anos. Secretaria de resuwww.tre-pr.gov.br

**APÊNDICE 1 – RELAÇÃO DE CARGOS DA ALTA BUROCRACIA  
MUNICIPAL – NOMEADOS PELO PREFEITO**



## Gestão Roberto Requião 1986-1988

- 1 Procurador Geral do Município
- 2 Coordenador de Programas
- 3 Secretário Municipal da Administração
- 4 Secretário Municipal de Material
- 5 Secretário Municipal das Finanças
- 6 Secretário Municipal da Comunicação Social
- 7 Secretário Municipal de Desenvolvimento Social
- 8 Secretário Municipal da Educação
- 9 Secretário Municipal do Meio Ambiente
- 10 Secretário Municipal de Obras Públicas
- 11 Secretário Municipal dos Transportes
- 12 Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano
- 13 Secretário Municipal da Cultura
- 14 Secretário Municipal do Abastecimento
- 15 Secretário Municipal da Saúde
- 16 Secretário Municipal das Administrações Regionais
- 17 Secretário Municipal de Turismo
- 18 Presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
- 19 Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Curitiba
- 20 Presidente do Instituto de Administração Municipal
- 21 Presidente da Fundação Cultural de Curitiba
- 22 Presidente da Fundação Rural de Educação e Integração FREI
- 23 Presidente da Fundação do Esporte Amador

## Gestão Jaime Lerner 1989-1992

### Lei 7671/91

- 1 Secretário do Governo Municipal
- 2 Procurador Geral do Município
- 3 Secretário Municipal de Comunicação Social
- 4 Secretário Municipal da Administração
- 5 Secretário Municipal de Recursos Humanos
- 6 Secretário Municipal das Finanças
- 7 Secretário Municipal do Abastecimento
- 8 Secretário Municipal Da Criança
- 9 Secretário Municipal da Educação
- 10 Secretário Municipal do Meio Ambiente
- 11 Secretário Municipal de Obras Públicas
- 12 Secretário Municipal da Saúde
- 13 Secretário Municipal do Urbanismo
- 14 Presidentes do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
- 15 Presidente do Instituto Municipal de Administração Pública
- 16 Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos servidores do Município de Curitiba
- 17 Presidente da Fundação Cultural de Curitiba
- 18 Presidente da Fundação de Ação Social

## Gestão Rafael Greca 1993-1996

- 1 Secretário do Governo Municipal
- 2 Procurador Geral do Município
- 3 Secretário Municipal de Comunicação Social
- 4 Secretário Municipal da Administração
- 5 Secretário Municipal de Recursos Humanos
- 6 Secretário Municipal das Finanças

- 7 Secretário Municipal do Abastecimento
- 8 Secretário Municipal Da Criança
- 9 Secretário Municipal da Educação
- 10 Secretário Municipal do Meio Ambiente
- 11 Secretário Municipal de Obras Públicas
- 12 Secretário Municipal da Saúde
- 13 Secretário Municipal do Urbanismo
- 14 Secretário Municipal do Saneamento
- 15 Secretário Municipal da Indústria e do Comércio
- 16 Presidentes do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
- 17 Presidente do Instituto Municipal de Administração Pública
- 18 Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos servidores do Município de Curitiba
- 19 Presidente da Fundação Cultural de Curitiba
- 20 Presidente da Fundação de Ação Social

#### 1º Gestão Cássio Taniguchi 1997-2000

- 1 Secretário do Governo Municipal
- 2 Procurador Geral do Município
- 3 Secretário Municipal de Comunicação Social
- 4 Secretário Municipal da Administração
- 5 Secretário Municipal de Recursos Humanos
- 6 Secretário Municipal das Finanças
- 7 Secretário Municipal do Abastecimento
- 8 Secretário Municipal Da Criança
- 9 Secretário Municipal da Educação
- 10 Secretário Municipal do Meio Ambiente
- 11 Secretário Municipal de Obras Públicas
- 12 Secretário Municipal da Saúde
- 13 Secretário Municipal do Urbanismo
- 14 Secretário Municipal do Saneamento
- 15 Secretário Municipal da Indústria e do Comércio
- 16 Secretaria Extraordinária de Assuntos Metropolitanos
- 17 Presidentes do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
- 18 Presidente do Instituto Municipal de Administração Pública
- 19 Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos servidores do Município de Curitiba
- 20 Presidente da Fundação Cultural de Curitiba
- 21 Presidente da Fundação de Ação Social

**APÊNDICE 2 – NOMES DA ALTA BUROCRACIA DO PODER EXECUTIVO  
MUNICIPAL DE CURITIBA, POR GESTÃO (1979-2000)<sup>79</sup>**

---

<sup>79</sup> As informações foram adquiridas em documentos da prefeitura – projeto do orçamento anual e nos diários oficiais dos anos iniciais dos mandatos de prefeito em Curitiba, por isso a falta de algumas informações.

## **Jaime Lerner 1979-1982**

Chefe de gabinete – Nireu José Teixeira

- Coordenador de Programas – Francisca Maria Rischbieter
- Assessores – Heron Arzua, Henrique Neigeboren, Nicolau Imthon Kluppel, Carlos Eduardo Ceneviva, Luiz Fernando Arzua, Ary de Jesus Silva, Francisco Accioly Rodrigues da Costa Neto
- Departamento da Administração – Edson Fischer da Silva
- Departamento de Material e Transporte – Erailto Thiele
- Departamento da Fazenda – Nestor Celso Imthon Bueno
- Departamento de relações públicas e promoções – Caio Márcio Nogueira Soares
- Procuradoria Geral do Município – Ruy Correia Lopes
- Departamento de Urbanismo – Dulcia Auriquio
- Departamento de Patrimônio - Sérgio José Ferreira de Souza
- Departamento rodoviário municipal – Baldur Magnus Grubba
- Departamento dos serviços de utilidade Pública – Tancredo Lombardi Cunha
- Departamento de Obras Públicas – Alcino Marangon
- Departamento de Educação – Roberto Linhares da Costa
- Departamento de Desenvolvimento Social – Luiz Carlos Cunha Zanoni
- Departamento de Parques, praças e preservação ambiental – Angel Walter Bernal Acho
- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – Cássio Taniguchi
- Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Curitiba – Ulderico Della Bianca
- Cidade Industria de Curitiba AS – CIC – Luiz Groff
- Companhia de Habitação Popular de Curitiba \_ COHAB – Rafael Dely
- Urbanização de Curitiba – URBS – Rubens Teig
- Fundação Cultural de Curitiba – Sérgio Mercer
- Fundação de Recuperação do Indigente – Ivan Andrade Anzuategui

## **Maurício Requião 1983-1985**

Chefe de gabinete – Ricardo Mac Donald Ghisi

Assessores –

- Coordenação geral (1984) Jacinto Torres
- Departamento da Administração e Material – Joaquim Macalossi
- Departamento da Fazenda – Samir Karam
- Departamento de relações públicas e promoções – Hugo Mendonça
- Procuradoria Geral do Município – Edson Tavares da Silva
- Departamento de Urbanismo – Lineu Borges de Macedo/ Paulo Roberto Gajardoni Rodrigues (85)
- Departamento de Obras e Rodoviário municipal – Omar Sabbag Filho
- Departamento dos serviços de utilidade Pública – Mario Brandalize
- Departamento de Educação – Maria Irmina Carneiro Vieira/ Rosa Maria Achcar Malheiros.
- Departamento de Desenvolvimento Social – Wilson Teixeira
- Departamento de Parques, praças e preservação ambiental – Renato Afonso Glaser
- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – Alcidino Bittencourt Pereira/Omar Akel (85)
- Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Curitiba – Manif Zacharias
- Cidade Industria de Curitiba AS – CIC – Sérgio Ritzmann
- Companhia de Habitação Popular de Curitiba \_ COHAB – Waldomiro Batista Junior
- Urbanização de Curitiba – URBS – Baiard Osna
- Fundação Cultural de Curitiba – Carlos Frederico Marés de Souza Filho
- Fundação de Recuperação do Indigente – José Rodrigues Lopes junior/ Maria de Lourdes Montenegro Holzmann

## **Roberto Requião 1986-1988**

- Gabinete do Prefeito – Milton Buabssi
- Procuradoria Geral do Município – Edson Tavares da Silva ( depois Celso Renato Loch)
- Coordenadoria de Programas – João Bonifácio Cabral Junior
- Assessoria Legislativa – Goya Campos
- Assessoria do Prefeito – Maurício Requião; Lilian Greiffo Lenzi; Doático Santos; Solange Maria Busarello Arnizaut; Antônio Rodrigues Neto; Waldomiro Batista Jr (ex presidente COHAB fruet); Jacinto Torres; Ricardo Mac Donald Ghisi (ex chefe gabinete fruet), Lilian<sup>a</sup> Wachowicz; Sonia Maria Paese...
- Secretaria Municipal da Administração – Joaquim Macalossi (adjunto Erickson Diotalevi) continuou
- Secretaria Municipal de Material – Luiz Cláudio Romanelli
- Secretaria Municipal das Finanças – Heitor Wallace de Mello e Silva
- Secretaria Municipal da Comunicação Social – Luiz Fábio Campana (e depois Nilson Polh)
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – Wilson Teixeira continuou
- Secretaria Municipal da Educação – Ubaldo Martim Puppi
- Secretaria Municipal do Meio Ambiente – Elias Abraão
- Secretaria Municipal de Obras Públicas – Osmar Sabbag Filho continuou
- Secretaria Municipal dos Transportes – Germinal Poca
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – Alberto Folloni Neto
- Secretaria Municipal da Cultura – Carlos Frederico Marés de Souza Filho (pres da FCC)
- Secretaria Municipal do Abastecimento – Jorge Miguel Samek
- Secretaria Municipal da Saúde – Nizan Pereira de Almeida
- Secretaria Municipal das Administrações Regionais – Lineu Edison Tomaz
- Secretaria Municipal de Turismo -
- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – Omar Akel
- Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Curitiba – Manif Zacharias continuou
- Instituto de Administração Municipal – Cláudio Gamas Fajardo
- Sociedades de Economia Mista
- Cidade Industria de Curitiba AS – CIC
- Companhia de Habitação Popular de Curitiba \_ COHAB
- Urbanização de Curitiba – URBS – Lúcio Hansel
- Fundação Cultural de Curitiba – Fernando Alexandre G. da Silva
- Fundação de Recuperação do Indigente (FREI)
- Fundação do Esporte Amador
- Adm Boa Vista – Marcos Aurélio Paterno
- Adm Campo Comprido – Osmar Sansonowski
- Adm Matriz – Sérgio Povoá Pires
- Adm Pinheirinho – Lazaro Correia da Silva
- Adm Santa Felicidade – Vicente de Paulo Plhares Filho
- Adm Umbara – Francisco Claudino Ferreira
- Adm Boqueirão – Agenor Dias da Silva
- Adm Portão – Jonatas Pirkiel
- Adm Cajuru – Emílio José Lemos de Lima

## **Jaime Lerner 1989-1992**

Chefe de Gabinete do Prefeito -

- Assessor legislativo – Jayme de Azevedo Lima
- Secretaria do Governo Municipal – Nireu José Teixeira
- Procuradoria Geral do Município – Giovani Gionédis
- Secretaria Municipal de Comunicação Social – Jaime Tadeu Lechiski
- Assessores do prefeito: Guaracy Andrade; Mario Celso Petrágliã; Ronald Leite Schulman; Maria Lúcia de Camargo; Celso Luiz Soares Rocha; Caio Nogueira Soares; Francisca Maria Rischbieter (antiga coordenadora de programas) ; Henrique Neigeboren (já foi assessor), Ruth Bauman

- Sampaio; Alcides José Branco (cand.ver. perdedor pelo PDT); Lilia Maria Portugal; Moacyr Lopes Gouvea; Nicolau Imthon Kluppel ( já tinha sido assessor), Osmar Tormen, Joaquim Leite Pacheco, Francisco Carlos Nogueira, Maria Luiza Nascimento Mendonça, Henrique Goldenstein
- Secretaria Municipal de Administração – Edson Fischer da Silva 9até 1990), José Alberto Reimann (até o final)
  - Secretaria Municipal de Material – Gerson Raskin
  - Secretaria Municipal de Finanças – Aldo de Almeida Junior (até 1990), Carlos Nunes da Matta (até o final)
  - Secretaria Municipal de Recursos Humanos : Maria Elisa Ferraz Paciornik 1991/92
  - Conservação do sistema viário – David Goldbaum (até 1990)
  - Secretaria Municipal do Abastecimento – Hirotooshi Taminato
  - Secretaria Municipal Do Menor – Fani Lerner
  - Secretaria Municipal da Educação – Sueli Conceição Moraes Seixas
  - Secretaria Municipal do Meio Ambiente – Hitoshi Nakamura
  - Secretaria Municipal de Obras Públicas – Augusto Canto Neto
  - Secretaria Municipal da Saúde – Mário Gomes Leitão Filho
  - Secretaria Municipal do desenvolvimento urbano –Luiz Masaru Hayakawa
  - Secretaria Municipal dos Transportes – Carlos Eduardo Ceneviva
  - Secretaria Municipal de Turismo – Amadeu Luiz de Mio Geara
  - Secretaria Municipal das Administrações regionais – Raimundo Bruno Marussig
  - Secretaria Municipal da Cultura – Lúcia Maria Gluck
  - Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social – Alouísio Pacheco (até 1990), Manoel Izidro Coelho
  - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – Cássio Taniguchi (até 1992), Luiz Hayakawa
  - Instituto Municipal de Administração Pública (antes Instituto de Administração Municipal) – Maria Elisa Ferraz Paciornik
  - Instituto de Previdência e Assistência dos servidores do Município de Curitiba – Alcides Umberto Bertinato
  - Fundação Cultural de Curitiba – Lucia Maria Gluck de Camargo
  - Fundação de Ação Social (antes Fundação Rural de Educação e Integração- FREI) – Gerson Guelmann
  - COHAB- Companhia de Habitação Popular de Curitiba
  - Urbanização de Curitiba – URBS-
  - Companhia de Desenvolvimento de Curitiba – CIC- Halim Makários (até 1990), Aldo de Almeida Junior
  - Adm Boa Vista – Murilo Cabezon Campeli
  - Adm Matriz – Angel Walter Bernal Acho
  - Adm Pinheirinho – Gilmar Aurino da Silva
  - Adm Santa Felicidade – Francisco Carlos Figueiredo da Silva
  - Adm Boqueirão – Ubirajara Orestes Dell'oso (candidato vereador perdedor pelo PTB)
  - Adm Portão – Divonsir Menarin
  - Adm Cajuru – Alberto Reich
  - Umbará – Murilo Ribeiro
  - Campo Comprido – Fernando Roberto Janz

### **Rafael Greca 1993-1996**

Chefe de Gabinete do Prefeito – Alouísio Pacheco

- Assessor tec legislativo – Geraldo Cezar bond
- Secretaria do Governo Municipal – Henrique Naigeboren
- Procuradoria Geral do Município – Giovani Gionédís (sub – José Cid Campelo)
- Secretaria Municipal de Comunicação Social – Ala Regina
- Assessores diretos do prefeito: Cândido Alves de Souza; Mauro José magnabosco, rafael Dely; Pedro Claitin Pelanda; Sueli Maria Foldaduleba; Nelton Friedrich; Francisco Albuquerque Krassuski; Julieta reis; David Goldbaum; Luiz Júlio Zaruch; Iara Aurélio de Macedo; Lidia Maria Bindo Dely, Enzo Rogério Bonatto; S2 Mario Gomes de mello Leitão Filho (ex secretário saúde); S2 Ricardo

Augusto Cunha Smijtk; S2 Clarita Lerner Naigeboren; S2 José Vicente Gonçalves; C2 Luiz Miguel Greca Tuaf ...

- Secretaria Municipal de Administração – José Alberto Reiman
- Secretaria Municipal de Recursos Humanos – Alcides Umberto Bertinato
- Secretaria Municipal de Finanças – Carlos Fernandes Nunes da Matta
- Secretaria Municipal do Abastecimento – Luiz Camargo Antunes
- Secretaria Municipal Do Menor – Fani Lerner
- Secretaria Municipal da Educação – Liete da Rocha Blume
- Secretaria Municipal do Meio Ambiente – Hitoshi Nakamura
- Secretaria Municipal de Obras Públicas – Augusto Canto Neto
- Secretaria Municipal da Saúde – Armando Martinho Bardou Raggio
- Secretaria Municipal de Turismo – Amadeu Luiz de Mio Geara
- Secretaria Municipal do Urbanismo – Baraulio eduardo Mattana Carollo
- Secretaria Municipal Extraordinária (depois virou efetiva) da Indústria e do Comércio – Antônio caron
- Secretaria Municipal Extraordinária (depois virou efetiva) do saneamento – Nicolau Imthon Kuppel
- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – Cássio Taniguchi
- Instituto Municipal de Administração Pública (antes Instituto de Administração Municipal) – Renato Werneck 1993/1996
- Instituto de Previdência e Assistência dos servidores do Município de Curitiba – Rubens Albizu Drummond de Carvalho
- Fundação Cultural de Curitiba – Alice Ruiz Schneronk (poeta)
- Fundação de Ação Social (antes Fundação Rural de Educação e Integração- FREI) – Margarita Elizabeth Pericás Sansone
- COHAB- Companhia de Habitação Popular de Curitiba
- Urbanização de Curitiba – URBS-
- Companhia de Desenvolvimento de Curitiba – CIC-

### **Cássio Taniguchi 1997-2000**

Chefe de Gabinete do Prefeito – Fabiano Braga Cortes Junior

- Secretaria do Governo Municipal – Marcos Valente Isfer
- Procuradoria Geral do Município – Marcus Vinícios de Lacerda Costa
- Secretaria Municipal de Comunicação Social – David Campos
- Assessores do prefeito: (muitos): Mônica Rischbieter Vieira da Silva; João Pereira; Nelson Luis Rocha Paes; Salice Cortes Del Grossi; Lívio Paulo Hahn; José Hartl Filho; Rosa Maria Chiamulera (cand.ver.peredora pelo PDT); Clarita Lerner Naigeboren; Lídia Maria Dely; Josias Lacour (cand.ver.peredora pelo PFL);
- Secretaria Municipal de Administração – José Alberto Reiman
- Secretaria Municipal de Recursos Humanos – Dinorah Botto Portugal Nogara
- Secretaria Municipal de Finanças – Antônio Carlos Pereira
- Secretaria Municipal do Abastecimento – Delmo de Almeida Filho
- Secretaria Municipal Do Menor – Dacylia Vieira dos Santos
- Secretaria Municipal da Educação – Paulo Afonso Schmidt
- Secretaria Municipal do Meio Ambiente – Sérgio Galante Tocchio
- Secretaria Municipal de Obras Públicas – Hirotoshi Taminato
- Secretaria Municipal da Saúde – João Carlos Baracho
- Secretaria Municipal do Urbanismo – Carlos Alberto Carvalho
- Secretaria Municipal da Indústria e do Comércio – Geraldo Yamada
- Secretaria Municipal do Saneamento – José Eduardo Lima Conter
- Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – Adalberto Luiz Medeiros
- Secretaria Extraordinária de Assuntos Metropolitanos – Fernão Accioly Rodrigues da Costa
- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – Osvaldo Navarro Alves
- Instituto Municipal de Administração Pública – Sandra Mara Capiglione, Carlos Homero Giacomini (1998/1999) depois volta Sandra Mara Capriglione
- Instituto de Previdência e Assistência dos servidores do Município de Curitiba – Maria Emi shimazaki

- Fundação Cultural de Curitiba – Margarita Sansone
- Fundação de Ação Social – Marina Klamas Taniguchi
- COHAB- Companhia de Habitação Popular de Curitiba
- Urbanização de Curitiba – URBS-
- Companhia de Desenvolvimento de Curitiba – CIC-

#### ICI 1998 – Luiz Antônio Fagundes

- Adm Boa Vista – Inês Ultramari
- Adm Matriz – Rosane Amélia Santos
- Adm Pinheirinho – Fernando Roberto Janz
- Adm Santa Felicidade – Morihiro Suzuki
- Adm Boqueirão – Ubirajara Schreiber
- Adm Portão – Italo Conti
- Adm Cajuru – Francisco Carlos da Silva
- Adm Bairro Novo -

#### **Cássio Taniguchi 2001-2004**

Chefe de gabinete: Luiz Malucelli neto

- Secretaria do governo municipal : Fernão Accioli Rodrigues da Costa
- Procuradoria geral do município Maurício de Sá Ferrante
- Secretaria Municipal de Administração: Geraldo Demóstenes Siqueira
- Secretaria Municipal do Abastecimento : Paulo base
- Secretaria Municipal da Defesa Social (2003): Coronel Sanderson Diotalev
- Secretário Municipal da Educação : Paulo Afonso Schmidt
- Secretaria Extraordinária de Assuntos Metropolitanos: José Antônio Zem
- Secretaria Municipal do Meio Ambiente: Mário Sérgio Rasesa
- Secretaria Municipal do esporte e Lazer: Juliano Borghethi
- Secretaria Municipal das Finanças : Carlos de Carvalho
- Secretaria Municipal de Obras Públicas: Nelson Leal Junior
- Secretaria Municipal de Recursos Humanos: Marisa Marés C de Souza
- Secretaria Municipal de Saúde: Michele Caputo Neto
- Secretaria Municipal de Urbanismo: Luiz Fernando Jamur
- Fundação de Ação Social: Marina Taniguchi
- Fundação Cultural de Curitiba: Cássio Chamecki
- Instituto Municipal de Administração Pública: Sandra Mara capriglione
- Instituto de Previdência do município de Curitiba: Edmundo Rodrigues Veiga Neto
- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba: Luiz Hayakawa
- Instituto Curitiba de Informática: Luiz Alexandre Fagundes
- Instituto Curitiba de Saúde: Eduardo Mischiatti
- Companhia de Habitação Popular de Curitiba: Teresa Elvira Gomes de Oliveira
- Companhia de Desenvolvimento de Curitiba: Paulo Henrique Munhoz da Rocha
- Urbanização de Curitiba S/A : Sérgio Galante Tochio (desde 2002)



**APÊNDICE 3 - RELAÇÃO ENTRE POLÍTICOS -  
SEMENTE DE ENTREVISTA**

	PESSOAS EM RELACIONAMENTO	
	1.º Nome	2.º Nome
<b>Maurício Fruet</b>		
Tempo do vínculo		
Tipo do vínculo		
<b>Roberto Requião</b>		
Tempo do vínculo		
Tipo do vínculo		
<b>Adhail Sprenger Passos</b>		
Tempo do vínculo		
Tipo do vínculo		
<b>Jaime Lerner</b>		
Tempo do vínculo		
Tipo do vínculo		
<b>Rafael Greca</b>		
Tempo do vínculo		
Tipo do vínculo		
<b>Cássio Taniguchi</b>		
Tempo do vínculo		
Tipo do vínculo		
<b>Algacir Túlio</b>		
Tempo do vínculo		
Tipo do vínculo		
<b>José Carlos de Carvalho</b>		
Tempo do vínculo		
Tipo do vínculo		
<b>Beto Richa</b>		
Tempo do vínculo		
Tipo do vínculo		
<b>Jorge Bernardi</b>		
Tempo do vínculo		
Tipo do vínculo		
<b>Horácio Rodrigues</b>		
Tempo do vínculo		
Tipo do vínculo		
<b>Mário Celso</b>		
Tempo do vínculo		
Tipo do vínculo		
<b>Carlos Simões</b>		
Tempo do vínculo		
Tipo do vínculo		
<b>Íris Simões</b>		
Tempo do vínculo		
Tipo do vínculo		
<b>João Cláudio Derosso</b>		
Tempo do vínculo		
Tipo do vínculo		
<b>Jairo Marcelino</b>		
Tempo do vínculo		
Tipo do vínculo		
<b>Mauro Moraes</b>		
Tempo do vínculo		
Tipo do vínculo		

<b>Paulo Salamuni</b>		
Tempo do vínculo		
Tipo do vínculo		
<b>Fabiano Braga Cortes Junior</b>		
Tempo do vínculo		
Tipo do vínculo		
<b>Marcos Isfer</b>		
Tempo do vínculo		
Tipo do vínculo		
<b>Vanhoni</b>		
Tempo do vínculo		
Tipo do vínculo		
<b>Jorge Samek</b>		
Tempo do vínculo		
Tipo do vínculo		
<b>Lubomir Ficinski Dunin</b>		
Tempo do vínculo		
Tipo do vínculo		
<b>Luiz Hayakawa</b>		
Tempo do vínculo		
Tipo do vínculo		
<b>Rafael Dely</b>		
Tempo do vínculo		
Tipo do vínculo		
<b>Alcidino Bittencourt</b>		
Tempo do vínculo		
Tipo do vínculo		
<b>Omar Akel</b>		
Tempo do vínculo		
Tipo do vínculo		
<b>Mauro Magnabosco</b>		
Tempo do vínculo		
Tipo do vínculo		
Oswaldo Navarro Alves		
Tempo do vínculo		
Tipo do vínculo		
<b>Eduardo Rocha Virmond</b>		
Tempo do vínculo		
Tipo do vínculo		
<b>Giovani Gionedis</b>		
Tempo do vínculo		
Tipo do vínculo		
<b>Marina Taniguchi</b>		
Tempo do vínculo		
Tipo do vínculo		

## **APÊNDICE 4 - NOMES DA REDE<sup>80</sup>**

---

<sup>80</sup> Informações das pessoas em ordem alfabética pelo primeiro nome. As informações foram obtidas por diversas fontes: informações na internet, dados eleitorais do TRE-PR, dados da Câmara Municipal de Curitiba, biografias e currículos resumidos solicitados às pessoas citadas, entrevistas de jornais, consultas em livros.

**Abelardo Lupion**

- Agropecuarista e empresário. Formado como técnico de contabilidade na Faculdade de Plácido e Silva de Curitiba. Neto de Moisés Lupion (governador do Paraná). Fundador da UDR em 1987. Deputado federal pelo PRN 1992-1994. Reeleito pelo PFL para os mandatos de 1995-1998, 1999-2002 e 2003-2006.

**Acir Pepes Mezzadri**

- Paranaense da Lapa. Empresário. Contador. Deputado estadual pelo PMDB em 1983 e reeleito em 1986. Candidato a deputado estadual pelo PMDB em 2002. Conselheiro da COPEL 2003-2006.

**Adhail Sprenger Passos**

- Mineiro de Caputira. Engenheiro civil e Economista. Vereador em Curitiba. Eleito deputado estadual pelo PMDB em 1982. Vice-prefeito de Curitiba de 1986-1988 (gestão Requião). Presidente do IPPUC de 1988-1989. Secretário de Estado da Indústria e Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia 1992-1994. Faleceu em 2004.

**Affonso Camargo Neto**

- Paranaense de Ponta Grossa. Neto do presidente do Estado do Paraná Affonso Alves de Camargo, da República Velha. Engenheiro civil pela Universidade Federal do Paraná e formado em Ciências Contábeis, pela mesma universidade. Diretor de empresas e incorporações imobiliárias. Presidente fundador da CODEPAR (1962) e secretário do Interior e Justiça do estado do Paraná (1963) do governo Ney Braga. Presidente do Banco do Estado do PR em 1973. Secretário da fazenda do Estado do Paraná em 1974. Ministro dos transportes 1985-1986, governo Sarney. Vice-governador do Paraná em 1964-1965. Senador pela ARENA, depois PP, de 1979-1986 e senador constituinte pelo PTB em 1987-1994. Ministro de Estado e Transportes e das Comunicações em 1992. Deputado federal PPR 1995-1998, pelo PFL em 1999-2002 e de 2003-2006.

**Alcidino Bittencourt Pereira**

- Paranaense de Curitiba. Formado em direito na UFPR. Pós-graduado em ciência política pela Universidade de Paris. Engenheiro pela Universidade Técnica de Berlim. Presidente do IPPUC - Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba- em 1983-1985. Titular da Secretaria de Transportes Urbanos no Ministério dos Transportes em 1985 e no Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente em 1986. Coordenador da COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba- em 1987. Secretário Municipal de Planejamento na Prefeitura de Paranaguá 1995 – 1998. Presidente da COMEC em 2003-2006.

**Aldemir Manfron**

- Paranaense de Curitiba. Empresário e Agricultor. Eleito vereador em 1989, pelo PTB, reeleito em 1992, 1996 e 2000 pelo mesmo partido e em 2004 pelo PP.

**Algacir Túlio**

- Paranaense de Rio Branco do Sul (região Metropolitana de Curitiba). Radialista. Eleito vereador de Curitiba em 1982 pelo PDS. Eleito deputado estadual pelo PDT em 1986. Vice-prefeito de Curitiba pelo PDT, em 1989-1992, eleito deputado estadual para mandato 1991-1994 pelo PDT. Vice-prefeito em 1997-2000 no PTB. Reeleito deputado estadual em 1998 pelo PTB. Candidato a deputado estadual pelo PSDB em 2002.

**Alice Braga Cortes**

- Professora do Estado (Paraná). Irmã de Fabiano Braga Cortes. Assessora do sobrinho Fabiano Braga Cortes Junior de 1988-2000. Assessora do sobrinho vereador de Curitiba, Luis Felipe Braga Cortes desde 2003.

### **Álvaro Dias**

- Paulista. Formado em história pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina. Vereador de Londrina em 1968 pelo MDB. Em 1970, eleito deputado estadual pelo MDB. Eleito deputado federal em 1974 pelo mesmo partido e reeleito em 1978. Eleito senador em 1982, pelo PMDB. Governador do Paraná de 1987-1990. Senador pelo PMDB em 1990-1998 e pelo PSDB em 1998. Candidato ao governo do Estado em 1994 pelo PP. Candidato ao governo do Estado em 2002 pelo PDT.

### **Amadeu de Mio Geara**

- Candidato ao senado em 1986 pelo PDT. Secretário Municipal de Turismo da gestão Lerner de 1989-1992.

### **André Passos**

- Paranaense de Curitiba. Formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Vereador eleito pelo PT para o mandato 2001-2004 e reeleito pelo mesmo partido para mandato 2005-2008.

### **Ângelo Vanhoni**

- Paranaense de Paranaguá. Formado em Letras pela Universidade Federal do Paraná. Bancário, funcionário do antigo Banestado (Banco do estado do Paraná). Eleito vereador de Curitiba pelo PT em 1988. Reeleito em 1992 pelo mesmo partido. Em 1994, eleito deputado estadual pelo PT. Em 1998 e 2002, reeleito deputado estadual pelo PT. Candidato a prefeito de Curitiba em 1996, 2000 e em 2004.

### **Aníbal Khury**

- Catarinense de Porto União, divisa com União da Vitória no Paraná. Eleito deputado estadual do Paraná pela primeira vez pela UDN em 1954, reelegeu-se até 1966. Foi presidente do PTN, que lançou Paulo Pimentel para governador em 1965. Foi cassado em 1969 quando exercia a secretaria geral da ARENA no Paraná. Reconduzido à Assembléia em 1982, pelo PMDB, reeleito em 1986, pelo PMDB, em 1990 pelo PTB, em 1994 pelo PTB, em 1998 pelo PFL, sendo presidente da assembléia ou secretário durante todas estas últimas legislaturas. Faleceu em 1999.

### **Antônio Ueno**

- Paulista. Economista e advogado. Empresário Rural e grande líder da colônia japonesa no Brasil. Vereador em Assai pelo PDC em 1955. Em 1963 elegeu-se deputado estadual no Paraná e ligou-se à ARENA. Em 1967 elegeu-se deputado federal, reeleito sucessivamente em 1970, 1974, 1978 pela ARENA e em 1982 pelo PDS. Reeleito deputado federal também em 1986, em 1990 e 1994 pelo PFL.

### **Armando Raggio**

- Médico. Secretário Municipal de Saúde de Curitiba em 1993-1996. Secretário Estadual de Saúde do Paraná em 1997-2000.

### **Augusto Canto Neto**

- Engenheiro civil. Funcionário do IPPUC. Secretário Municipal de Obras de Curitiba em duas gestões de 1989-1996. Secretário Estadual de Obras Públicas do Paraná em 1997-2000. Candidato à vice-prefeito pelo PPS em 2005.

### **Basílio Villani**

- Paulista. Formado em administrador de empresas pela Faculdade de Administração e Economia de Curitiba. Bancário: foi diretor do Bamerindus. Deputado federal constituinte pelo PMDB 1987-1990. Deputado federal pelo PRN de 1991-1994, pelo PPR 1995-1998, pelo PSDB de 1999-2002.

### **Bento Munhoz da Rocha**

- Paranaense de Paranaguá. Formou-se em engenharia na UFPR. Professor de História da Faculdade de Filosofia e de Problemas Brasileiros na Faculdade de Medicina. Ocupou outras cadeiras na Faculdade de engenharia como: economia política e ciências das finanças, geologia,

mineralogia e metalurgia. Eleito deputado federal pelo Partido Republicano para elaborar a Constituição de 1946. Candidato ao governo do Paraná em 1947 pelo PR. Governador do estado do Paraná 1951-55 pelo PR. Ministro da Agricultura do presidente Café Filho em 1955. Deputado federal pela frente democrática (PR e UDN) em 1958 candidato ao governo do estado do PR em 1965 pelo PR.

#### **Beto Richa**

- Paranaense de Londrina. Formado em Engenharia civil pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Empresário. Casado com uma das herdeiras da Família Vieira – antigos donos do Bamerindus. Suplente na Câmara dos Vereadores em Curitiba 1992 pelo PSDB. Deputado estadual eleito em 1994, pelo PTB, reeleito deputado em 1998 pelo PTB. Em 2000 é eleito vice-prefeito de Curitiba pelo PSDB. Secretário Municipal de Obras Públicas em 2000. Eleito prefeito de Curitiba pelo PSDB para gestão de 2005-2008.

#### **Caio Márcio Nogueira Soares**

- Foi diretor do Departamento (antiga divisão da prefeitura, antes de virarem secretaria) de Relações Públicas e Promoções em 1979-1982. Assessor do prefeito em 1989-1992. Auditor do Tribunal de Contas do Estado do Paraná desde 2000.

#### **Carlos Alberto Carvalho**

- Paulista. Formado em Direito pela Faculdade São Carlos. Mestre em engenharia da produção pela UFSC. Em Curitiba, a partir de 1997, foi Secretário Municipal de Urbanismo. Chefe de Gabinete do prefeito Cássio Taniguchi. Secretário Municipal de Finanças em 2000-2004. Secretário Municipal do Turismo 2005-2008.

#### **Carlos Bortoleto**

- Farmacêutico, proprietário de farmácia. Elege-se vereador pelo PFL em 1996. Não se reelege em 2000, ficando na suplência, assumindo, em 2003, lugar de suplente do PFL na CMC. Candidato a vereador pelo PFL em 2004.

#### **Carlos Massa (Ratinho)**

Paulista de Águas de Lindóia. Radialista e apresentador de TV. Empresário da Comunicação. Eleito vereador de Curitiba em 1988 pelo PMDB. Eleito deputado Federal pelo PRN em 1990.

#### **Carlos Simões**

- Paranaense da cidade de Verê. Bacharel em direito pela pontifícia Universidade Católica do Paraná. Radialista. Eleito vereador de Curitiba pelo PMDB em 1988. Eleito deputado estadual em 1990, pelo PMDB, reeleito deputado estadual em 1994, pelo PFL, reeleito deputado estadual em 1998 pelo PTB, e reeleito em 2002 pelo PTB. Candidato à prefeitura de Curitiba em 1996 pelo PSDB.

#### **Cássio Taniguchi**

- Paulista. Formado em engenharia eletrônica pelo ITA. Atuou como assessor da CODEPAR em 1965-1967. Foi presidente da URBS de 1972-1975. Presidente do IPPUC de 1980-1983. Trabalhou junto com Jaime Lerner para Projeto Rio ano 2000 – Brizola. Presidente do IPPUC em 1989-1994. Secretário do Planejamento e Secretário da Indústria e Comércio de 1995-1996 da gestão do governo estadual de Jaime Lerner. Prefeito de Curitiba 1997-2000, eleito pelo PDT. Prefeito reeleito 2001-2004 pelo PFL.

#### **Cecílio do Rego Almeida**

- Engenheiro Civil. Dono da empreiteira CR Almeida S.A engenharia e construções.

#### **Cila Schulman**

- Filha de Maurício Schulman. Jornalista. Assessora do prefeito de Curitiba 1989-1992.

**Claus Germer**

- Formado em Economia. Professor de economia UFPR. Secretário da Agricultura do Governo José Richa 1983-1986. Candidato a deputado estadual pelo PT em 1986. Candidato a prefeito pelo PT em 1988.

**Cleyton Camargo**

- Desembargador. Pai de Fábio Camargo.

**Deni Schwartz**

- Paranaense de União da Vitória. Engenheiro civil. Prefeito de Francisco Beltrão em Ministro dos Transportes do governo Sarney. Secretário do Estado da Agricultura e dos Transportes

**Dinorah Botto Portugal Nogara**

- Superintendente técnica da Secretaria Municipal de Recursos Humanos e do IMAP em 1991-1992. Secretária Municipal de Recursos Humanos em Curitiba de 1997-2000. Diretora Presidente da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba em 2002.

**Doático Santos**

- Paranaense de Palmas. Assessor prefeito Requião 1985. Candidato a vereador pelo PMDB em 1982, assumiu suplência do PMDB em 1987. Candidato a vereador de Curitiba em 2000 e 2004. Presidente do Diretório Municipal do PMDB desde 2004.

**Donato Gulin**

- Paranaense de Curitiba. Empresário do transporte coletivo. Vereador em Curitiba durante a ditadura. Presidente da Câmara Municipal de Curitiba em 1975-1976 e 1979-1982.

**Edésio Passos**

- Paranaense de Tomazina. Advogado e jornalista. Fundador do PT. Assessor jurídico de entidades sindicais. Deputado Federal pelo PT 1990. Candidato à reeleição pelo PT em 1994. Candidato ao senado pelo PT em 2002. Conselheiro da Itaipu-binacional para 2003-2006.

**Edson Seild**

- Funcionário IPPUC.

**Eduardo Rocha Virmond**

- Advogado. Crítico de arte. Diretor do Museu de Arte do Paraná em 1984. Secretário de Estado da Cultural do Paraná 1994-1997. Secretário Estadual da Justiça e Cidadania do Paraná em 1998-2002. Conselheiro Nato da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Paraná.

**Eleonora Fruet**

- Economista. Mestre em economia. Professora da UFPR. Filha de Maurício Fruet. Secretária do Estado do Planejamento do Paraná 2002-2004,. Secretária Municipal de Educação de Curitiba de 2005-2008.

**Erondy Silvério**

- Paranaense de Guarapuava. Economista. Empresário do setor de transporte coletivo. Vereador de Curitiba, durante três mandatos. Deputado estadual no Paraná em 1966, reeleito sucessivamente pela ARENA, em 1986 e 1990 pelo PTB. Líder do Governo na Assembléia de 1967-1969 e 1979-1982.

**Ervin Bonkowski**

- Formado em Direito pela UFPR, Jornalismo pela PUC-PR e Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas de Curitiba. Empresário das Comunicações. Foi presidente da Associação de Emissoras de Radiodifusão no Paraná. Eleito deputado estadual em 1983 pelo PMDB. Eleito deputado federal em 1986 pelo PMDB.



### **Euclídes Scalco**

- Gaúcho de Nova Prata. Formado em Farmácia e bioquímica pela UFRGS. Economista agrário formado na Bélgica. Vereador de Francisco Beltrão em 1961-1962 e em 1965-1968. Vice-prefeito de Francisco Beltrão, completou mandato do prefeito Valter Pecoits de 1963-1964. Em 1974 suplente do senador Leite Chaves. Eleito deputado federal pelo MDB em 1978, reeleito em 1982 e 1986. Chefe da Casa Civil de José Richa. Presidente de Itaipu-binacional em 1994-1998. Um dos coordenadores da campanha de reeleição de Fernando Henrique Cardoso para presidência. Secretário geral de Presidência da República em 2002, na presidência de Fernando Henrique Cardoso. Um dos coordenadores da campanha de Beto Richa à prefeitura de Curitiba em 2004.

### **Ezequias Moreira Rodrigues**

- Assessor Beto Richa. Candidato deputado estadual pelo PSDB em 2002. Chefe de gabinete do prefeito Beto Richa para mandato 2005-2008.

### **Fabiano Braga Cortes**

- Paranaense da Lapa. Primo de Ney Braga. Deputado estadual pela ARENA de 1967-1970, reeleito sucessivamente para mandatos de 1971-1974, 1975-1978, 1979-1983. Chefe de gabinete do governador do Paraná Ney Braga no seu primeiro mandato. Presidente da Assembléia Legislativa de 1979-1980. Candidato ao senado pelo PDT em 1986.

### **Fabiano Braga Cortes Jr**

- Paranaense de Curitiba. Engenheiro florestal. Filho de Fabiano Braga Cortes, político ligado a Ney Braga. Eleito vereador de Curitiba em 1988 pelo PFL. Reeito em 1992, também pelo PFL. Candidato (não entrou) a vereador em 1996 pelo PDT. Chefe de gabinete do prefeito Cássio de 1997-99. Secretário Municipal de Comunicação Social de 1999-2000.

### **Fábio Camargo**

- Paranaense de Curitiba. Advogado formado pela TUIUTI. Neto do ex-presidente do Tribunal de Justiça do Paraná Desembargador Helianto Camargo, filho do Desembargador Cleyton Camargo, irmão da Juíza Vanessa e genro do conselheiro do Tribunal de Contas Rafael Iatauro. Eleito vereador pelo PSC em 2000. Candidato a deputado estadual em 2002 pelo PSC. Reeito vereador em Curitiba pelo PFL. Primeiro Secretário da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Curitiba, mandato 2005-2006.

### **Fanny Lerner**

- Esposa de Jaime Lerner. Secretária Municipal do Menor de 1989 -1993. Secretária Estadual da Criança e Assuntos da Família de 1995-1998 e 1999-2002.

### **Felix do Rego Almeida**

- Paranaense de Curitiba. Médico clínico geral, presidente da Santa Casa (Curitiba). Irmão de Cecílio do Rego Almeida.

### **Fernão Accioly Rodrigues da Costa**

- Paranaense de Curitiba. Formado em engenharia agrônoma pela Universidade Federal do Paraná. Professor da UFPR. Filho de Francisco Accioly Rodrigues da Costa Neto. Ingressou no IPPUC em 1991, fazendo parte da equipe de Cássio Taniguchi. Assessor do presidente da COMEC em 1995, gestão do governo estadual de Jaime Lerner. De 1997-2002, Secretário Municipal Extraordinário de Assuntos Metropolitanos. Secretário de Governo de 2001-2004, desligou-se da prefeitura junto com vários aliados do vice-prefeito Beto Richa.

### **Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha)**

- Paranaense de Rolândia. Formado em Medicina pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Pediatra. Médico da Prefeitura Municipal, desde 1980. Eleito vereador em Curitiba pelo PT para 1989-1992. Eleito deputado estadual pelo PT em 1990. Candidato a prefeito de Curitiba pelo PT em 1992. Deputado Federal pelo PT 1999-2002. Reeito deputado federal pelo PT para mandato 2003-2006.

### **Franchete (Francisca) Rischbieter**

- Arquiteta. Casada com Karlos Rischbieter. Grupo de acompanhamento do Plano Preliminar de Urbanismo, posteriormente Plano Diretor de Curitiba. Coordenadora Geral de Programas da Prefeitura de Curitiba em 1979-1983. Faleceu em 1989.

### **Francisco Borsari Neto**

- Engenheiro civil. Professor de engenharia da UFPR. Secretário de Estado no governo Ney Braga. Deputado estadual pela ARENA de 1971-1975.

### **Fric Kerin**

- Funcionário do IPPUC. Superintendente da Secretaria Estadual do Planejamento e Coordenação Geral em 1994-1996. Presidente URBS de 1997-2001.

### **Geraldo Bobato**

- Eleito vereador de Curitiba em 1988 pelo PTB e reeleito em 1992 pelo PTB. Candidato a vereador em 1996 pelo PTB. Volta à Câmara em 2000 pelo PFL e reelege-se em 2004 pelo PFL.

### **Geraldo Bond**

- Advogado. Assessor técnico-legislativo da prefeitura desde 1993 até hoje.

### **Giovani Gionedis**

- Paranaense de Curitiba. Formado em Direito. Procurador geral do Município de Curitiba em 1989-1992 e 1993-1996. Chefe da Casa Civil do Governo Lerner em 1996-1997. Presidente do Conselho do Banestado em 1997-2000. Secretário Estadual da Fazenda em 2000. Candidato ao governo do Estado do Paraná pelo PSC em 2002.

### **Gustavo Fruet**

- Paranaense de Curitiba. Filho do político Maurício Fruet. Formado em direito pela Universidade Federal do Paraná, mestre e doutor em Direito Público pela mesma universidade. Vereador de Curitiba pelo PMDB de 1997-98. Deputado federal em 1999-2002 e de 2003-2006. Saiu do PMDB em 2003 para o PSDB.

### **Gustavo Taniguchi**

- Filho de Cássio Taniguchi. Empresário.

### **Heinz Georg Herwig**

- Catarinense de Blumenau. Engenheiro Civil pela UFPR. Secretário do Planejamento da Prefeitura de Londrina em 1978. Deputado Secretário de Estado dos Transportes 1985-1990. Secretário estadual de Transportes do Paraná de 1998-2000. Conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná desde 2000. Presidente do Tribunal de Contas do Paraná a partir de 2005.

### **Heitor Wallace de Mello e Silva**

- Primo de Roberto Requião. Secretário Municipal das Finanças em Curitiba 1985-1988.

### **Hermas Brandão**

- Paranaense de Andirá. Formou-se em Direito pela Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro. Empresário do setor agropecuário e serventuário da Justiça. Elegeu-se prefeito de Andirá em 1976. Deputado estadual eleito em 1982 pelo MDB. Reelegeu-se para sucessivos mandatos em 1986 pelo PMDB, 1990 pelo PSDB, 1994 e 1998 pelo PTB, e 2002 pelo PSDB. Entre 1995 e 1998, ocupou a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná, governo Lerner. Eleito Presidente da Assembléia desde 2000.

### **Hirotohi Taminato**

- Secretário Municipal de Abastecimento de 1989-1992. Secretário Municipal de Obras Públicas de 1997-2000. Candidato a vereador de Curitiba pelo PSC em 2000.

### **Horácio Rodrigues**

- Carioca. Comerciante. Eleito vereador em 1982 pelo PMDB. Presidente da Câmara Municipal de Curitiba em: 1985-1988 e 1991-1992. Reeleito vereador pelo PL para mandato 1993-1996. Deputado estadual assumindo suplência pelo PL em 1994-1998. Candidato à reeleição para vereador em 1996 pelo PL.

### **Íris Simões**

- Paranaense de Pato Branco. Bancário e radialista. Curso de ciências Econômicas na UFPR, incompleto. Assessor do Sindicato das Empresas de Ônibus do Estado do Paraná, Curitiba, 1987-1992. Vereador de Curitiba eleito pelo PL de 1993-1996, reeleito pelo PSDB para 1997-1999. Presidente da Câmara Municipal de Curitiba em 1995-1996. Eleito Deputado Federal pelo PTB 1999-2003 e reeleito pelo mesmo partido para 2003-2007.

### **Ítalo Conti**

- Militar. Deputado federal pela ARENA de 1971-1975, reeleito sucessivamente para os mandatos de 1975-1978, pelo PDS em 1979-1982 e 1983 –1987. Administrador Regional do Portão de 1997-2000.

### **Jaime Canet**

- Paulista de Ourinhos. Não concluiu o curso de engenharia civil da UFPR. diretor da Exportadora Canet e da Bley Canet de Comercialização de Café e presidente da Construtora Harbour, responsável pela construção e incorporação de grandes edifícios residenciais em Curitiba. Além de proprietário da rede de hotéis Deville. Integrou ainda o conselho de administração do Banco Bamerindus e adquiriu três fazendas em Londrina, principal cidade do norte do Paraná, onde se especializou na criação de gado da raça Nelore. Coordenou campanha de governador de Ney Braga em 1960, Foi presidente da Companhia Café do Paraná de 1961-1965 e do Banco do Estado do Paraná em 1966. Governador do Paraná de 1975-1978 pela Arena. Fundou o PP, que depois se uniu ao PMDB. Desvinculou-se do PMDB, indo para PDC, PPR e depois PP de Paulo Maluf.

### **Jaime Lerner**

- Paranaense de Curitiba. Formado em engenharia civil e arquitetura pela UFPR. Arquiteto e planejador urbano da Assessoria de Pesquisa e de Planejamento Urbano, equipe encarregada de auxiliar a elaboração do novo Plano Diretor de Curitiba durante a gestão do prefeito Ivo Arzua em 1962-1965. Foi do grupo local de acompanhamento do Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba em 1965. Foi prefeito de Curitiba nomeado em 1971-1975 (governadores Hamilton Leon Peres/Parigot de Souza/ Emílio Gomes) e de 1979-1983 (Ney Braga). Presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro- FUNDREM- indicado pelo governador do Rio de Janeiro, Floriano Peixoto Faria Lima de 1975-1978. Coordenador estadual de transporte e assessor para questões metropolitanas do Rio de Janeiro, no governo Brizola. Candidato a prefeito em 1985 e candidato a vice-governador em 1986 pelo PDT. Prefeito de Curitiba pelo PDT em 1989-1992. Governador do Paraná de 1994 pelo PDT e em 1998, reeleito pelo PFL.

### **Jaime Paciornik**

- Superintendente (presidente) do Instituto de Previdência e Assistência do Estado do Paraná 1988-1994.

### **Jaime Tadeu Lechiski**

- Secretaria Municipal de Comunicação Social em 1989-1992. Auditor do Tribunal de Contas do Paraná desde 2000.

### **Jair César**

- Paranaense de Londrina. Formado em técnico em Contabilidade. Fez Turismo na UFPR e Direito na PUC-PR. Radialista. Eleito vereador de Curitiba em 1989 pelo PDT e reeleito em 1992 e 1996 pelo mesmo partido. Reeleito em 2000 e em 2004 pelo PTB. Foi líder do Prefeito Casio Taniguchi.

**Jairo Marcelino**

- Catarinense de Curitiba. Motorista de ônibus. Elegeu-se vereador de Curitiba em 1982 pelo PDS. Reelege-se sucessivamente: em 1988 pelo PL, em 1992 pelo PDT, em 1996 pelo PDT, em 2000 pelo PSB e em 2004 pelo PDT.

**João Cláudio Derosso**

- Paranaense de Curitiba. Formado em engenharia cartográfica pela UFPR. Filho de João Derosso, que também foi vereador de Curitiba, de família fundadora do bairro do Xaxim em Curitiba. Eleito vereador de Curitiba em 1989 pelo PL, reeleito em 1992 pelo PDT, em 1996 pelo PDT, em 2000 pelo PFL e em 2004 pelo PSDB. Presidente da Comissão que elaborou a Lei Orgânica do Município em 1991. Presidente da Câmara Municipal desde 1997.

**João Derosso**

- Paranaense de Curitiba. Filho dos pioneiros do bairro Xaxim em Curitiba. Pai de João Cláudio Derosso. Formado em administração de empresas e economia. Vereador por diversas legislaturas, desde pelo Partido de Ney Braga e em seguida ARENA. Última legislatura de 1982, eleito pelo PDS.

**João Elísio Ferraz de Campos**

- Paranaense de Paranaguá. Formado em Direito pela PUC-PR. Superintendente da FUNDEPAR, no governo Emílio Gomes. Secretário de administração no governo Jaime Canet Jr, 1975-1978. Deputado estadual pela ARENA 1978. Presidente do BADEP em 1983, Secretário de Fazenda 1985-86 e vice-governador do governo José Richa. Presidente do Bamerindus em 1998. Presidente da Federação Nacional nas Empresas de Seguros 1998.

**João Simões**

- Paranaense. Irmão de Carlos e Iris Simões. Foi presidente do Sindicato das Empresas do Transporte Coletivo (Setransp).

**Joaquim dos Santos Filho**

- Empresário de Comunicações. Deputado Federal pelo PFL 1999-2002.

**Jorge Bernardi**

- Catarinense. Formado em Direito e jornalismo. Eleito vereador de Curitiba para o mandato 1983-1988, pelo PMDB. Reeleito em 1988 pelo PDT. Reeleito em 1992, em 1996, 2000 e 2004 pelo PDT. Foi presidente da Câmara Municipal de Curitiba em 1989 e 1990.

**Jorge Samek**

- Paranaense de Foz do Iguaçu. Engenheiro Agrônomo. Foi chefe do Instituto de Terra Cartografia e Florestal de União da Vitória em 1979 e do litoral do Paraná em 1981. Chefe de gabinete da Secretaria da Agricultura em 1983. Secretário Municipal do Abastecimento de Curitiba em 1985-1988, acumulando o cargo de presidente do CEASA –PR de 1986-1988. Eleito vereador pelo PMDB para legislatura de 1989-1992, em seguida mudou para o PT. Reeleito vereador em 1992, 1996 e 2000 pelo PT. Deputado federal pelo PT em 2002. Presidente da Itaipu – Binacional desde 2003.

**José Alencar Furtado**

- Deputado estadual pelo MDB em 1967-1971. Candidato ao governo do Estado do Paraná em 1986 pelo PDT.

**José Carlos Gomes Carvalho**

- Empresário grupo Gomes Carvalho (ex-Corujão). Vice-prefeito de Curitiba em 1993-1996. Presidente do sistema FIEP (Federação das Indústrias do Estado do Paraná) de 1997 até 2003(outubro). Em 1998 foi presidente do PFL- PR. Secretário de Estado da Indústria e Comércio do Paraná 1987-1990. Secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho do Paraná 1998-2000. Suplente do senador Álvaro Dias em 2002. Faleceu em 2003.

### **José Carlos Martinez**

- Formado em Administração pela Faculdade Karnig Basarian de Itapetininga SP. Administrador de empresas, diretor presidente da CNT desde 1975. Eleito deputado federal em 1983-1986 pelo PDS. Reeleito para deputado federal constituinte de 1987-1990 pelo PMDB. Candidato a governador do estado do Paraná em 1990 pelo PRN. Eleito deputado federal em 1998 pelo PTB e reeleito em 2002. Faleceu em 2003.

### **José Cid Campelo Filho**

- Advogado. Subprocurador Geral do Município 1989-1992. Secretário Estadual de Governo do Paraná 1999-2002.

### **José Eduardo Vieira**

- Banqueiro (ex-proprietário do Banco Bamerindus). Empresário. Agropecuarista. Senador pelo PTB em 1990. Ministro de Estado da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária 1995- .

### **José Richa**

- Fluminense. Formado em odontologia pela UFPR. Empresário. Oficial de gabinete do governo do Paraná em 1961, durante a gestão de Ney Braga, e chefe do gabinete da Secretaria do Interior e Justiça do mesmo estado em 1962. Elegeu-se deputado federal 1963-1967 pelo Paraná na legenda do Movimento Democrático Renovador. Prefeito de Londrina pelo MDB 1973-1977. Senador da República pelo MDB em 1978 e pelo PMDB 1987-1995. Governador pelo PMDB em 1983-1986. Fundador do PSDB. Candidato do PSDB ao governo do Estado do Paraná em 1990. Representante da firma de engenharia Nativa Construções Elétricas S.A., membro do conselho de administração da Itaipu Binacional, em substituição ao ex-governador Ney Braga, do conselho da VASP e da empresa Racimec Informática. Faleceu em 2003.

### **Josué**

- Assessor vereador Mauro Moraes 1989.

### **Jotapê**

- Radialista e apresentador de TV. Eleito vereador em 1988, reeleito em 1992 e 1996 pelo PDT, em 2000 pelo PSB. Líder do prefeito Rafael Greca . Não se reelegeu em 2004 pelo PSB.

### **Juarez Moraes Silva**

- Advogado. Juventude do PDS. Juarez Moraes e Silva, presidente da Terminais Portuários da Ponta do Félix (Antonina) desde 2003.

### **Julieta Reis**

- Paranaense de Curitiba. Formada pela Escola de Música e Belas Artes do Paraná, em Artes Plásticas. Filha de Sobrinha de Fabiano Braga Cortes, prima de 2º grau de Ney Braga. Funcionária da Prefeitura Municipal de Curitiba desde 1973, tendo participado da equipe do ex-prefeito Jaime Lerner que criou a Fundação Cultural de Curitiba. Candidata à vereadora em 1992 pelo PDT. Eleita vereadora em 1996, pelo PFL, reeleita em 2000 pelo e em 2004 pelo PFL.

### **Julio Ando**

- Vereador de Curitiba pelo PFL em 1989-1992, reeleito pelo PDT em 1992. Candidato a vereador pelo PL em 2004.

### **Julio César**

- Filho e assessor do vereador Jair César.

### **Lubomir Antônio Ficinski Dunin**

- Arquiteto. Funcionário Público. Presidente IPPUC 1971-1992 e 1975-1978. Secretário Estadual do Desenvolvimento Urbano 1995-2002. Candidato a vice-governador em 2002.

### **Luciano Ducci**

- Paranaense de Curitiba. Médico pediatra formado pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Em 1988 foi aprovado em concurso público para a Prefeitura Municipal de Curitiba. Foi da equipe do Secretário de Saúde de Rafael Greca, Armando Baggio, de 1993-1996 Secretário Municipal de Saúde de 1998-2002. Eleito Deputado estadual pelo PSB em 2002. Vice-prefeito eleito pelo PSB para gestão 2005-2008.

### **Luciano Pizzato**

- Formado em engenharia Florestal na Universidade Federal do Paraná. Empresário no setor florestal de reflorestamento, consultoria, indústria, locação, sonorização e turismo. Suplente de deputado estadual em 1989-1990 pelo PMDB, eleito deputado federal pelo PRN para mandato 1991-1994 Deputado federal pelo PFL em 1995-1998, e 1998-2002. Candidato ao Senado pelo PFL em 2002.

### **Luiz Carlos Alborghetti**

- Paulista. Formado no curso de Jornalismo do Instituto Guttemberg – RJ. Radialista. Deputado estadual eleito em 1986, reeleito pelo PRN em 1990, pelo PTB em 1994 e em 1998 pelo PFL.

### **Luiz Cláudio Romanelli**

- Secretário Municipal de Material de 1986-1988. Suplente vereador pelo PMDB chamado em 1991. Secretário Estadual 1990-1994. Eleito deputado estadual em 1994 pelo PMDB. Presidente da COHAPAR 2003-2006.

### **Luiz Felipe Haj Mussi**

- Advogado. Secretário Estadual do Paraná em 1983-1986. Secretário de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul do Paraná 2003-2006.

### **Luiz Hayakawa**

- Paranaense de Curitiba. Formado em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal do Paraná. Ingressou no IPPUC no início da década de 80 como estagiário e posteriormente funcionário. Secretário Municipal de Urbanismo de 1990-1992. Presidente da COMEC de 1995-1998, na gestão estadual de Jaime Lerner. Presidente do IPPUC de 1999-2004.

### **Marcos Isfer**

- Paranaense de Curitiba. Formado em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba. Assumiu como suplente de vereador em 1986 (candidatura pelo PDS) filiado ao PFL. Reeleito vereador em 1988, pelo PFL. Reeleito vereador em 1992. Ficou como suplente de deputado estadual em 1994. Foi diretor do Detran na gestão do governo de Estado de Jaime Lerner em 1995 –1997. Secretário do Governo Municipal de Curitiba em 1997 e em 1999. Deputado estadual eleito em 1998 pelo PFL e reeleito em 2002 pelo PPS.

### **Margarita Pericás Sansone**

- Paranaense de Curitiba. Formada em Ciências Econômicas pela UFPR. Tem coluna no Jornal Gazeta do Povo. Esposa de Rafael Greca de Macedo. Criadora da FAS e do Instituto Farol do Saber. Presidente da Fundação Cultural de Curitiba em

### **Maria Eliza Paciornik**

- Paranaense de Curitiba. Advogada. Assessora do Gabinete do Prefeito (1971/1972), Diretora da Fundação Cultural de Curitiba de 1973-1976, Consultora Administrativa da Procuradoria Geral do Município de 1984-1985, Presidente do Instituto de Administração Municipal de 1989-1992, Presidente da CIC de 1993-1996. Representante do Brasil na ONUDI (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial) em Paris, nos anos de 1997 e 1998, Diretora de Relações Exteriores da Renault do Brasil de 2000/2002. Sócia da Ferraz Paciornik Planejamento e Consultoria Ltda.

### **Marina Klamas Taniguchi**

- Paranaense de Araucária. Formada em Administração pela Faculdade de Ciências Econômicas do Paraná. Empresária do ramo de indústrias gráficas. Trabalhou no BADEP. Esposa de Cássio Taniguchi. Presidente da Fundação de Ação Social de Curitiba de 1997 até 2004.

### **Mário Celso Cunha**

- Paranaense de Curitiba. Jornalista profissional e Radialista. Eleito vereador em 1976 pelo MDB. Eleito deputado estadual pelo MDB em 1978. Assessor de imprensa do prefeito Maurício Fruet de 1983-1985. Assessor de gabinete de Requião 1986-1987. Secretário Municipal do Menor em 1987. Assessor de gabinete do governador Álvaro Dias 1988. Eleito vereador de Curitiba em 1988 pelo PMDB. Reeleito em 1992 pelo PL, em 1996 pelo PSDB, em 2000 pelo PFL e 2004 pelo PSB. Presidente da Câmara Municipal de Curitiba em 1993-1994. Foi líder do prefeito na Câmara por vários anos 1999-2003 e 2005.

### **Mario Celso Petrágia**

- Empresário da INEPAR. Assessor do prefeito Jaime Lerner em 1989-1990.

### **Maristela Requião**

- Jornalista. Trabalhou, no início de sua profissão na Cocaco – primeira galeria de arte paranaense – e foi também a primeira marchand de Juarez Machado. Esposa de Requião. Diretora do Museu Oscar Niemeyer 2003-2006

### **Maurício Fruet**

- Advogado e jornalista. Foi jornalista esportivo. Vereador em Curitiba em 1968 pelo MDB. Deputado estadual pelo MDB 1972 e reeleito em 1976. Eleito deputado federal em 1978. Indicado como prefeito de Curitiba pelo Governador José Richa do PMDB para a gestão 1983-1985. Foi eleito deputado federal em 1986 pelo PMDB. Foi candidato ao senado pelo PMDB em 1990. Faleceu em 1998.

### **Maurício Requião**

- Paranaense de Curitiba. Psicólogo e professor universitário. Irmão de Roberto Requião. Assessor do prefeito 1986-1988. Eleito Deputado Federal em 1994 pelo PMDB. Candidato a prefeito de Curitiba em 2000 pelo PMDB. Secretário Estadual de Educação do Paraná 2003-2006.

### **Maurício Schulman**

- Engenheiro Civil. Chefe e Superintendente-técnico do departamento de engenharia civil da Copel no governo Ney Braga. Diretor do Departamento de Águas e energia Elétrica do Estado em 1961. Diretor administrativo da CODEPAR em 1962. Assessor do Ministro do Planejamento e Coordenação Econômica, Roberto Campos, entre 1964-1966. Secretário da Fazenda nos governos estaduais de Parigot de Souza e Emílio Gomes de 1971-1973 e 1973-1975. Presidente do Banco Nacional da Habitação do governo Geisel. Presidente da ELETROBRÁS no governo Figueiredo até 1980. Diretor-coordenador do grupo de empresas de crédito imobiliário do grupo Bamerindus. Em 1994 foi presidente do Conselho de Administração do Bamerindus e da FEBRABAN.

### **Mauro Magnabosco**

- Arquiteto. Funcionário do IPPUC. Presidente do IPPUC em 1995-1996. Assessor especial do Ministério do Esporte e Turismo de 1999-2000.

### **Mauro Moraes**

- Paranaense de Tomazina. Formado em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba, pós-graduado em administração de empresas pela FGV. Eleito vereador de Curitiba em 1982 pelo PMDB. Reelegeu-se sucessivamente: em 1988 pelo PMDB, em 1992 pelo PRN, em 1996 pelo PSDB e em 2000 pelo PSC. Elegeu-se deputado estadual pelo PSC em 2002. Candidato à prefeitura de Curitiba pelo PL em 2004.

### **Misael de Almeida**

- Assessor vereador Marcos Isfer 1989.

### **Moses Lupion**

- Paranaense de Jaguariaiva. Empresário do grupo familiar Lupion, investimentos em diversas áreas: Madeireira, indústria de papel, imprensa, banco, etc. Governador do Estado do Paraná de 1947-1950 pelo PTB e de 1956-1960 pelo PSD. Senador pelo PSD em 1954. Ordem de prisão preventiva em 1961. Exílio na Argentina 1961-1962. Cassados seus direitos políticos em 1964. Anistiado em 1970. Faleceu em 1991.

### **Neivo Beraldin**

- Gaúcho. Empresário (tecidos naturais) sem formação superior. Eleito vereador de Curitiba em 1982 pelo PMDB. Candidato a deputado estadual em 1986. Assessor político do governador Álvaro Dias em 1986. Assume suplência de deputado estadual em 1988 pelo PMDB. Reeleito deputado estadual em 1990 pelo PP, 1994 pelo PPB reeleito em 1998 pelo PSDB. Reeleito em 2002, pelo PDT.

### **Nely Almeida**

- Licenciada em Geografia e História pela Universidade Federal do Paraná. Esposa de Felix Almeida, cunhada do Cecílio do Rego Almeida. Vereadora de Curitiba pelo PMDB em 1988. Reeleita em 1992 pelo PSDB e em 1996 pelo PSDB. Em 2000 ficou na 1ª Suplência, pelo PSC.

### **Nestor Batista**

- Paranaense de Ponta Grossa. Advogado e radialista. Deputado estadual em 1978 pelo MDB, reeleito pelo PMDB em 1982. Líder do Governo na Assembléia legislativa do Paraná neste mandato. Reeleito em 1986 pelo PMDB. Conselheiro do Tribunal de Contas. Presidente do Tribunal de Contas do Paraná 1994 -1995.

### **Ney Amintas de Barros Braga**

- Paranaense da Lapa. Oficial superior do Exército, reformado como general da artilharia. Chefe de Polícia entre 1952-1954 do Governo Estadual de Bento Munhoz da Rocha Neto. Prefeito de Curitiba pelo PDC em 1958-1960. Governador do Estado do Paraná, eleito pelo PDC, de 1961-1965. Ministro da Agricultura do Governo Castelo Branco em 1965. Senador da República eleito em 1966 pela ARENA. Ministro da Educação do governo Geisel em 1974. Escolhido por eleição indireta em 1978 para governo do Estado do Paraná até 1982. Candidato ao senado em 1982, pelo PDS. Fundador do PFL em 1985. Presidente da Itaipu Binacional no Governo Sarney. Faleceu no ano 2000.

### **Nireu Teixeira**

- Advogado. Chefe de gabinete do prefeito de Curitiba 1979-1982. Secretário Municipal do Governo em Curitiba 1989-1992.

### **Norton Macedo**

- Carioca. Formado em administração pública pela Fundação Getúlio Vargas e bacharel em direito pela UFPR. Procurador do Estado do Paraná a partir de 1961. Chefe de gabinete da Secretaria de Interior e Justiça do 1º Governo Ney Braga no Paraná. Secretário de Ney Braga até 1961-1965. chefe de gabinete Ney Braga no Ministério da Agricultura. Assessor dos governadores Haroldo Leon Peres 1970 e Parigot de Souza 1971-73. Deputado federal pela ARENA em 1974, reeleito em 1978 e 1982.

### **Professora Oda Salamuni**

- Esposa de Riad Salamuni. Mãe e assessora de Paulo Salamuni.

### **Omar Akel**

- Arquiteto. Presidente do IPPUC 1986-1987. Foi presidente da Mineropar. Administrador da regional Matriz para mandato de 2005-2008.



### **Orlando Bertoldi**

- Empresário dos transportes e postos de gasolina. Pai de Osmar Bertoldi.

### **Orlando Pessuti**

- Paranaense de Califórnia – Apucarana. Formado em Medicina Veterinária pela UFPR. Funcionário público da EMATER. Eleito deputado estadual pelo PMDB em 1982, reeleito sempre pelo PMDB em 1986, 1990, 1994 e 1998. Líder do governo na assembléia em 1991 – governo Requião.. Presidente da Assembléia Legislativa de 1993-1994. É vice-governador do Estado do Paraná, para o mandato 2003-2006. Secretário Estadual da Agricultura e Abastecimento 2003-2006.

### **Osmar Bertoldi**

- Paranaense de Curitiba. Pedagogo. Empresário. Empresas da família atuam na área de transporte coletivo e postos de gasolina. Sempre esteve na mesa executiva da CMC , desde 1997. Eleito vereador de Curitiba em 1992 pelo PL. Reeleito em 1996 e em 2000 pelo PPB. Candidato a prefeito de Curitiba pelo PFL, apoiado pelo Cássio Taniguchi, em 2004.

### **Osmar Dias**

- Paulista. Formado em engenharia agrônoma pela Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, Bandeirantes - PR. Produtor rural. Presidente da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná de 1983/1986. Secretário da agricultura no governo de Álvaro Dias e Requião. Senador eleito em 1994 pelo PP e reeleito em 2002 pelo PDT.

### **Oswaldo Navarro Alves**

- Funcionário público. Presidente IPPUC 1998-1999.

### **Paulo Pimentel**

- Paulista. Formado em Direito pela USP. Empresário das Comunicações. Secretário da Agricultura da 1º gestão de governo Ney Braga 1961-1965. Eleito Governador do Paraná pelo PTN em 1965. Eleito deputado federal pela ARENA em 1978. Candidato à prefeitura de Curitiba em 1985 pelo PDS. Deputado federal pelo PFL em 1986. Candidato ao senado pelo PFL em 1990. Candidato ao Senado em 2002 pelo PMDB. Presidente da Copel de 2003-2004.

### **Paulo Salamuni**

- Paranaense de Curitiba. Formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Procurador do Município de Curitiba (concurso). Líder escotista. Membro do Clube Sório-Libanês de Curitiba. Secretário Municipal do Desenvolvimento Social de Curitiba 1987- 1988. Assume suplência do PMDB de vereador de Curitiba em 1991-92. Vereador eleito pelo PMDB para mandato 1993-1996. Assume suplência da vaga de Gustavo Fruet na Câmara dos vereadores em 1998-2000. Eleito vereador pelo PMDB para 2001-2004 e reeleito pelo PMDB 2005-2008.

### **Rafael Dely**

- Arquiteto. Presidente da Companhia de Habitação Popular de Curitiba 1979-1982. Funcionário do IPPUC. Assessor especial do Prefeito Rafael Greca 1993-1994. Presidente do IPPUC em 1972-1975 e 1995-1996. Secretário de Estado de Habitação do Paraná 1995-2002. Presidente da COHAPAR no mesmo mandato.

### **Rafael Greca**

- Paranaense de Curitiba. Formado em Economia e engenharia civil pela Universidade Federal do Paraná. Diretor de Casa Romário Martins, 1979 (prefeitura de Curitiba). Diretor Fundador da Casa da Memória de Curitiba 1980. Funcionário público. Vereador pelo PDS para mandato 1983-1988. Deputado estadual eleito pelo PDT em 1986. Prefeito de Curitiba em 1993-1996 pelo PDT. Secretário de Estado de Planejamento e coordenação geral de 1997-98 e secretário-chefe da Casa Civil do Governo Jaime Lerner de 1997-98. Ministro do Esporte e Turismo do Governo de Fernando Henrique Cardoso de 1999 até 2000. Secretário da Comunicação Social do Paraná de 2000-2002. Deputado estadual pelo PFL de 1999-2002 e pelo PMDB de 2003-2006.

**Rafael Iatauro**

- Jornalista e radialista. Conselheiro do Tribunal de Contas desde 1965. Presidente do Tribunal de Contas do Paraná de 1973- 1974, 1992 - 1993 e 2001 – 2002.

**Reinhold Stephanes**

- Economista. Especializado em Administração Pública na Alemanha Ocidental. Foi técnico do PLADEP. Assessor do Ministério da Agricultura da gestão Ney Braga 1965-1966. Presidente do INPS de 1974-1978. Deputado Federal pela Arena em 1978. Secretário de Agricultura do Paraná de 1979-1982 . Ministro do Trabalho e Previdência Social 1992. Ministro da Previdência e Assistência Social 1995- 1998. Candidato a deputado federal pelo PFL em 1998. Presidente do Banestado 1999. Presidente do Conselho de Administração da Paraná Previdência 1999-2001. Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral de 2002-2006.

**Reginaldo**

- Assessor Julio Ando 1989 e Rui Hara 1997.

**Renato Rodrigues**

- Irmão do ex-vereador Horácio Rodrigues. Assessor Horácio Rodrigues 1983.

**Riad Salamuni**

- Pai de Paulo Salamuni. Professor Universitário da área de geologia. Ex-reitor da Universidade Federal do Paraná.

**Ricardo Mac Donald Ghisi**

- Chefe de Gabinete do prefeito de Curitiba 1983-1985. Secretário Municipal de Governo de Curitiba 2005.

**Roberto Requião**

- Paranaense de Curitiba. Formou-se em direito na universidade Federal do Paraná, e em jornalismo pela PUC-PR e em Planejamento Urbano pela Fundação Getúlio Vargas. Deputado estadual pelo PMDB em 1982. Prefeito de Curitiba pelo PMDB em 1986-1988. Secretário Estadual do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Paraná de 1989-1990. Governador do Paraná pelo PMDB em 1991-1994. Senador eleito pelo PMDB em 1994. Atual Governador do Paraná pelo PMDB para gestão 2003-2006.

**Roseli**

- Assessora Mário Celso 1989.

**Rui Hara**

- Paranaense de Curitiba. Médico cirurgião geral, formado pela UFPR. Descendente de japoneses, fundou o Clube Nikkey de Curitiba. Sócio-proprietário do Hospital Nova clínica de São José dos Pinhais e proprietário da Clínica Santa Paula de Curitiba. Eleito vereador de Curitiba em 1996, pelo PDT, reeleito em 2000 pelo PFLK e em 2004 pelo PSDB. Foi líder do prefeito Taniguchi em 2003. Secretário Municipal para Assuntos metropolitanos, da gestão Beto Richa, 2005-2008. membro do Conselho Fiscal da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba (hoje Curitiba S. A.) em 2004.

**Sandra**

- Assessora Mario Celso 1989.

**Sandra Mara Capriglione**

- Paulista de Santos. Formada em Psicologia pela Universidade federal do Paraná, pós-graduada em desenvolvimento organizacional. Foi assessora da Secretaria Municipal de Administração em 1983. Diretora do Instituto Municipal de Administração Pública (IMAP) de 1991-1994. Assessora da Secretaria estadual de Planejamento e Coordenação Geral de 1995-1996. Presidente do IMAP

em 1997 - 2000. Secretária Municipal de Recursos Humanos em 1998. Presidente do IMAP novamente de 2001-2004.

**Saul Raiz**

- Paranaense de Curitiba. Formado em engenharia civil pela UFPR, especializado em planejamento urbano na França. Diretor do Departamento de Estradas e Rodagens do governo Ney Braga 1961-1965. Juiz do Tribunal de Contas do estado do Paraná. Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes GEIPOT. Secretário de Estado e Negócios de Viação e Obras no governo Pimentel, 1966-1967. Prefeito de Curitiba 1975-1979. secretário de Estado Extraordinário para Assuntos de Desenvolvimento de Municípios 1981.

**Terezana Carvalho de Melo**

- Arquiteta. Esposa de Mauro Magnabosco. Funcionária IPPUC.

**Vera Mussi**

- Historiadora. Professora de História – funcionária pública. Assessora de Paulo Salamuni. Secretária de Estado da Cultura 2003-2006.

**Véspero Mendes**

- Engenheiro civil. Membro do Cursilho da Cristandade. Secretário de Estado da Educação do Paraná 1961-1965 e de Planejamento 1979-1982.

**Vidal Vanhoni**

- Pai de Ângelo Vanhoni. Deputado estadual nos anos 50 pelo PTB.

**Zélia Passos**

- Socióloga. Funcionária Pública. Diretora da área Sócio-econômica do IPPUC 1983-1988. Coordenadora de Programas de Enfrentamento à Pobreza da Secretaria de Estado do Trabalho 2003-2006.